

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA

PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

JOSÉ REINALDO
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águia Portella - PP;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - MDB.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - MDB.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - MDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Oleno Matos - PC do B
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- d) Deputada Ângela Águia Portella - PP
- e) Deputado José Reinaldo - PP

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Valdenir Ferreira - PV
- e) Deputado José Reinaldo - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águia Portella - PP.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - MDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - MDB;
- c) Deputado Oleno Matos - PC do B
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - MDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - MDB;
- b) Deputado George Melo - PSDC;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP;
- e) Deputado José Reinaldo - PP

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP.
- e) Deputado José Reinaldo - PP

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - MDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - MDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Oleno Matos - PC do B
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputada Angela Águia Portella - PP;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- e) Deputado José Reinaldo - PP

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - MDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
 - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
 - c) Deputado George Melo - PSDC;
 - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
 - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:
- 1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
 - 2º - Deputado Oleno Matos - PC do B

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Decreto Legislativo nº 023/2018	02
- Requerimento de Pedido de Informações nº 008/2018	02
- Requerimento nº 115/2018	02
- Ata da 2727ª Sessão Ordinária - Sucinta	03
- Ata da Comissão de Cultura e Juventude	04
- Ata da Comissão de Educação, Desportos e Lazer	04
- Ata da Comissão Especial Externa - Resol. nº 019/2018	04
- Ata da Comissão Especial Interna - Resol. nº 016/2018	05
- Ata da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa	05
- Ata da Audiência Pública - 07/03/2018	05
- Ata da Audiência Pública - 09/11/2017	14
- Ata da Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial	23
- Ata da Comissão de Educação, Desportos e Lazer	33
Superintendência de Gestão de Pessoas	
- Resoluções nº 8091 a 8124/2018	38
Superintendência de Compras e Serviços	
- Edital de Pregão Presencial nº 017/2018	42

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015*, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2018

Aprova a indicação do nome do Dr. Stélio Dener de Souza Cruz para ocupar o Cargo de Defensor Geral-Público da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do **Dr. Stélio Dener de Souza Cruz** para ocupar o Cargo de Defensor Geral-Público da Defensoria Pública do Estado de Roraima, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 11 de dezembro de 2018.

Deputado Estadual **JALSER RENIER**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **CHICO MOZART**

3º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **MARCELO CABRAL**

2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES**REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 008/2018**

Requer que sejam enviadas a esta Casa Legislativa, com a maior brevidade possível, as seguintes informações.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Os Deputados que subscrevem, em conformidade com o art. 192, Parágrafo único, incisos I, alínea "b" e inciso II alínea "b", c/c 196, incisos XII e XVI e art. 209 e parágrafos, todos do Regimento Interno bem como os art. 49 e 62, inciso XVII da Constituição Estadual, **requer informação, acompanhada com as respectivas cópias, de todos as empresas que possuem dívidas com o Governo do Estado de Roraima, devendo a referida autoridade se pronunciar, além daquilo que lhe parecer pertinente, sobre os questionamentos aqui formulados.**

Ainda requer:

- (a) Relação individualizada das empresas que possuem parcelamentos com o Governo do Estado de Roraima, incluindo o saldo devedor;

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2018.

VÁRIOS DEPUTADOS

REQUERIMENTOS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 035/2015 ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 004/2016, Nº 029/2016, Nº 22/2017, Nº 33/2017 E Nº 038/17

REQUERIMENTO Nº 115/2018

A sua Excelência

Deputado Jalsler Renier

Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

Senhor Presidente,

O deputado que a este subscreve, requer de Vossa Excelência, com amparo do §1º do art.43 do Regimento Interno deste Poder, a prorrogação de prazo por igual período para a Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº035/15 alterada pelas Resoluções nº 004/2016, nº 029/2016, nº022/2017, nº 033/17, nº38/17 "Para analisar e dar Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 003/15".

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

Deputado Soldado Sampaio

Presidente da Comissão

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Às nove horas e cinquenta minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezoito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo sexto período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier**, convidou o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*, ao qual solicitou a verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Chico Mozart**, a leitura da Ata da Sessão anterior, bem como do Termo de não realização de Sessão, que foram lidos e aprovados na íntegra. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Expediente. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 80, de 05/12/18, encaminhando para apreciação o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 13, que “dispõe sobre o parcelamento especial de débitos do Estado de Roraima com o Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, das contribuições previdenciárias em atraso, e dá outras providências”. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Proposta de Moção de Aplausos nº 025, de 06/12/18, de autoria do Deputado Zé Reinaldo, à Senhora Maria Aparecida Cury, pelos relevantes serviços prestados em defesa das mulheres; Proposta de Moção de Pesar nº 026, de 06/12/18, de autoria do Deputado Zé Reinaldo, pelo falecimento de Maria dos Anjos da Silva, ocorrido no dia 06 de dezembro do corrente ano, nesta capital; Proposta de Moção de Aplausos nº 027, de 06/12/18, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, à comissão de policiais militares, bombeiros militares e servidores civis que foram nomeados, conforme os Decretos nº 18.999 – E, de 19/06/15 e 19.062-E, de 30/06/15, para elaboração e apresentação do anteprojeto de lei complementar que culminou na sanção da Lei Complementar nº 258, de 24/07/17, que “dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Roraima – RPPM”; Proposta de Moção de Aplausos nº 028, de 06/12/18, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, à comissão de policiais militares e bombeiros militares que foram nomeados, conforme o Decreto nº 20.810 – E, de 15/04/16, para elaboração e apresentação do anteprojeto de lei complementar que culminou na sanção da Lei Complementar nº 260, de 02/08/17, que “acrescenta e altera a redação da Lei Complementar nº 194, de 13/02/12 e da Lei Complementar nº 224, de 28/01/14, e dá outras providências”; Proposta de Moção de Pesar nº 029, de 10/12/18, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, pelo falecimento do Senhor Orlando Marinho da Silva, ocorrido no dia 09 de dezembro do corrente ano, nesta capital; Requerimento nº 112, de 05/12/18, de autoria do Deputado Soldado Sampaio – Relator da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 032/2017, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento; Memorando nº 057, de 05/12/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, comunicando sua ausência às sessões plenárias dos dias 05 e 06 de dezembro do corrente ano; Memorando nº 187, de 06/12/18, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, informando sua ausência à sessão plenária do dia 06 de dezembro do corrente ano. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Mensagem Governamental nº 071/18, de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 002/18, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 17 de junho de 2018, e da Lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001”; Mensagem Governamental nº 072/18, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 008/18, que “autoriza o Poder Executivo a dispor sobre tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às de pequeno porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006”; Projeto de Lei nº 035/17, com apenso ao Projeto de Lei nº 166/17, que “institui o Dia do Agricultor Familiar e a Semana Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 092/17, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual – EPI para agricultor familiar ou trabalhador rural que esteja constantemente exposto a produtos perigosos”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 140/17, que “dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares nas instituições de ensino no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Izaías Maia; Substitutivo ao

Projeto de Lei nº 017/18, que “dispõe sobre a reposição florestal no estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jânio Xingú e Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 035/18, que “dispõe sobre a exploração comercial de madeiras submersas em águas represadas no território estadual e dá outras providências”, de autoria do Deputado Coronel Chagas; Projeto de Decreto Legislativo nº 033/18, que “aprova a indicação do nome do Dr. Stélio Dener de Souza Cruz para ocupar o Cargo de Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, de autoria da Mesa Diretora; Proposta de Moção de Pesar nº 024/18 aos familiares do Senhor Antônio Carlos de Lima Prado Júnior, pelo seu falecimento ocorrido no dia 26 de novembro de 2018, nesta cidade de Boa Vista, de autoria do Senhor Deputado Jalser Renier; Proposta de Moção de Aplausos nº 025/18 à Senhora Maria Aparecida Cury, pelos relevantes serviços prestados em defesa das mulheres, de autoria do Senhor Deputado Zé Reinaldo; Proposta de Moção de Pesar nº 026/18, pelo falecimento da Senhora Maria dos Anjos da Silva, ocorrido no dia 06 de dezembro de 2018, nesta cidade de Boa Vista, de autoria do Senhor Deputado Zé Reinaldo; Proposta de Moção de Aplausos nº 027/18 à comissão de policiais militares, bombeiros militares e servidores civis abaixo relacionados que foram nomeados, conforme os Decretos nº 18999-E, de 19 de junho de 2015, e nº 19062-E, de 30/06/15, para elaboração e apresentação do anteprojeto de lei complementar que culminou na sanção da Lei Complementar nº 258, de 24/07/17, que “dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Roraima – RPPM”; Proposta de Moção de Aplauso nº 028, de 06/12/18, à comissão de policiais militares e bombeiros militares que foram nomeados, conforme o Decreto nº 20.810 – E, de 15/04/16, para elaboração e apresentação do anteprojeto de lei complementar que culminou na sanção da Lei Complementar nº 260, de 02/08/17, que “acrescenta e altera a redação da Lei Complementar nº 194, de 13/02/12, e da Lei Complementar nº 224, de 28/01/14, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Proposta de Moção de Pesar nº 029/18 aos familiares do Senhor Orlando Marinho da Silva, ocorrido no dia 09 de dezembro de 2018, nesta cidade de Boa Vista, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Proposta de Moção de Pesar nº 030/18 aos familiares do Senhor José de Anchieta Júnior, pelo seu falecimento ocorrido no dia 06 de dezembro de 2018, de autoria da Mesa Diretora; Requerimento nº 112, de 05/12/18, de autoria da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 032/17, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Mensagem Governamental nº 071/18, de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 002/18. Colocado em discussão e votação nominal/eletrônica, o veto foi derrubado por 14 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Mensagem Governamental nº 072/18, de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 008/18. Colocado em discussão e votação nominal/eletrônica, o veto foi derrubado por 17 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pudesse emitir parecer às matérias pendentes de análise. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão e solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 024/18, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 025/18. Colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 026/18, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 027/18, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 028/18, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Dando prosseguimento, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 029/18, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Após o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 030/18, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Requerimento nº 112/18, que, colocado em discussão e votação simbólica,

foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/18. Colocada em discussão e votação secreta/eletrônica, a matéria foi aprovada por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 017/18. Colocado em discussão e votação nominal/eletrônica, o projeto foi aprovado, com emendas, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Projeto de Lei nº 033/17, com apenso do Projeto de Lei nº 166/17, que, colocado em discussão e votação nominal e eletrônica, foi aprovado por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Dando continuidade, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Projeto de Lei nº 035/18. Colocada em discussão e votação nominal e eletrônica, a matéria foi aprovada por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** iniciou informando que, no último dia 10, foi celebrado os setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, destacando que a comemoração surgiu após as duas grandes guerras mundiais onde o mundo vivenciou inúmeros atentados contra a vida. Continuando, ressaltou que um dos temas mais discutidos mundialmente da Declaração é o direito à migração, condição vivida em todo o planeta e que, segundo o Parlamentar, precisa ser respeitada. A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** também se reportou às comemorações dos setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, informando que a Deputada Federal Joênia Wapixana, representante indígena na luta pela garantia e defesa da terra em Roraima, recebeu o prêmio das Nações Unidas de Direitos Humanos, se igualando a figuras incontestáveis do mundo. Finalizou agradecendo aos seus pares pela aprovação do nome do Doutor Stélio Dener para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral do Estado de Roraima. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** parabenizou o servidor Alfredo Maia, pela passagem do seu aniversário. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** agradeceu aos seus pares pela aprovação do Projeto de Lei nº 035/18, de sua autoria. E, não havendo mais nada a tratar, às doze horas e dois minutos, o Senhor Presidente encerrou a Sessão e convocou outra para o dia 12 de dezembro, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Zé Galetto e Zé Reinaldo.**

DAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA E JUVENTUDE REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2018

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às onze horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, Extraordinariamente, a reunião desta Comissão sob a Presidência do Senhor Deputado Masamy Eda, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Deputados, Membros titulares, Valdenir Ferreira e Dhiego Coelho. Ausentes os Senhores Deputados Francisco Mozart e Angela Portella. **Abertura:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento verbal do Senhor Deputado Valdenir Ferreira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Reunião. **Expediente:** O Senhor Presidente comunicou aos Senhores Membros desta Comissão que constava no expediente **Ofício nº 001/18**, de autoria do Senhor Leonildo de Assis Silva, Vice-Presidente da Associação dos Artistas do Estado de Roraima, solicitando agendamento para uma Audiência Pública com esta Comissão para discutir sobre a aplicação de verbas destinadas à Secretaria de Estado da Cultura e quais os trabalhos realizados por essa Secretaria em prol da Cultura do Estado de Roraima. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Dhiego Coelho, proferir a leitura do referido Ofício. Feita a leitura, colocou-o em discussão. Após amplas discussões, o Senhor Presidente sugeriu que a Audiência Pública fosse agendada para o dia 03 de maio do corrente. Colocado em votação, a sugestão do Presidente foi aprovada pelos Membros presentes na reunião. Dando Prosseguimento, o Senhor Presidente determinou à assessoria desta Comissão oficiar ao

Presidente da Associação informando a data, hora e local da Audiência Pública. **Ordem do Dia:** Não houve. **Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.

Masamy Eda
Presidente da Comissão.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTOS E LAZER REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às onze horas e quarenta e nove minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião desta Comissão sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Deputados, Membros titulares, Francisco Mozart, Gabriel Picanço e Oleno Matos. Ausente o Senhor Deputado Evangelista Siqueira. **Abertura:** Havendo “quórum” regimental, a Senhora Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento verbal do Senhor Deputado Chico Mozart, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Reunião. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** A Senhora Presidente informou aos Senhores Membros desta Comissão, que constava para a Ordem do Dia **Projeto de Lei nº 109/17** de autoria do Senhor Deputado Mecias de Jesus, que Dispõe sobre a implantação nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio do Projeto “Xadrez na Escola” complemento educacional inserido na disciplina Educação Física como atividade da Polícia Comunitária no Estado de Roraima, nos termos desta Lei, e dá outras providências. Relator Deputado Chico Mozart. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado pelo Membros presentes na reunião. A Senhora Presidente, antes de encerrar a reunião, comunicou aos Membros presentes sobre a Audiência Pública agendada para o dia 7 de dezembro, às 10h., para discutir o tema “Melhoria da Alimentação Escolar”. **Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Lenir Rodrigues
Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 033/18 DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 019/2018 REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e vinte minutos no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 019/18. Composta pelos senhores Parlamentares Oleno Matos, Gabriel Picanço, Brito Bezerra, Lenir Rodrigues, George Melo e Marcelo Cabral para apreciação e arguição por esta Augusta Casa Legislativa, nos termos do art. 33, Inciso XVIII (alterado pela E.C nº 029/11) e Inciso XXXI editado pela E.C. nº 023/09 e art. 47-D, da Constituição do Estado de Roraima, o nome do Senhor Stélio Dener de Souza Cruz indicado para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de Roraima, conforme Mensagem Governamental nº 078, de 30 de novembro 2018. Nos termos do Regimento Interno deste Poder, assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Deputado Gabriel Picanço. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita à chamada, votaram os Senhores Deputados Oleno Matos, Gabriel Picanço, Brito Bezerra, Lenir Rodrigues, George Melo e Marcelo Cabral. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente em exercício proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados: para Presidente, Deputado Oleno Matos; para Vice-Presidente, Deputado Gabriel Picanço; e para Relatora,

Deputada Lenir Rodrigues. O Senhor Presidente em exercício transferiu a direção dos trabalhos ao Presidente eleito. Prosseguindo, o Senhor Presidente registrou a Presença do Senhor Stélio Dener de Souza Cruz, e solicitou à Senhora Relatora Deputada Lenir Rodrigues proceder à leitura da Ficha de Identificação do Candidato. Em seguida, deu início à arguição, passando a palavra ao Senhor Stélio Dener de Souza Cruz que em suas considerações iniciais manifestou sua grata satisfação pela oportunidade de estar sendo sabatinado por esta Casa Legislativa. Ao concluir sua explanação, se colocou à disposição dos Senhores Deputados para quaisquer questionamentos. O Senhor Presidente declarou-se satisfeito com a explanação do candidato, em seguida, franqueou a palavra aos Membros da Comissão e demais Deputados presentes. À vista das informações apresentadas pelo sabatinado, quando da apresentação pessoal de suas atividades, esta Comissão deu-se por satisfeita e recomendou a elaboração do Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a indicação do nome do Senhor Stélio Dener de Souza Cruz ao cargo de Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado de Roraima. Em seguida informou ao arguido o término da sabatina e que o mesmo estava dispensado, agradecendo sua presença. Prosseguindo, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, visando elaborar a Proposição. Após o tempo estipulado, constatou-se na Mesa dos Trabalhos Projeto de Decreto Legislativo nº 033/18, de autoria desta Comissão, que “Aprova a indicação para o cargo nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, o nome do Senhor. Stélio Dener de Souza Cruz ao Cargo de Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, de conformidade com a Resolução nº 019/18. O Senhor Presidente solicitou à Senhora Relatora, Deputada Lenir Rodrigues, proceder à leitura do Parecer. Procedida à leitura, o Senhor Presidente colocou-a em discussão. Não havendo discussão, foi submetida à votação, sendo acatado por unanimidade de seus Membros na Comissão. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Oleno Matos
 Presidente da Comissão.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO Nº 016/18, PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 007/18 REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 016/18, para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 007/18, de autoria Governamental que “Dá nova redação ao art. 154, da Constituição do Estado do Estado de Roraima”, composta pelos Senhores Deputados: Odilon Filho, George Melo, Lenir Rodrigue, Zé Galeto e Jânio Xingu. **Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Deputado George Melo, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Senhores Deputados Odilon Filho, George Melo, Lenir Rodrigue, Zé Galeto e Jânio Xingu. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente em exercício proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados: para Presidente, Deputada Lenir Rodrigues; para Vice-Presidente, Deputado Zé Galeto; e para Relator, Deputado Odilon Filho. Logo após o resultado da eleição, o Senhor Presidente em exercício transferiu a direção dos trabalhos a Presidente eleita. Prosseguindo, a Senhora Presidente agradeceu a todos pela escolha de seu nome e, de imediato, passou às mãos do Senhor Relator a Matéria. Prosseguindo suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer. Após o tempo estipulado, a Senhora Presidente, reabrindo os trabalhos, constatou na Ordem do Dia a Proposição acima epigrafada e solicitou ao Senhor Relator, proceder à leitura do Parecer favorável. Procedida à leitura, o Senhor Presidente colocou-a em discussão. Não havendo discussão, o parecer foi submetido à votação, sendo acatado por unanimidade pelos Membros da Comissão. **Encerramento:** Às nove horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão.

ATA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às doze horas e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa, sob a Presidência do Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**, com a presença dos Senhores Parlamentares: **Isaías Maia**, Vice-Presidente; **Dhiego Coelho** e **Soldado Sampaio**, Membros. Ausente a Senhora Deputada **Angela Águida Portela**. **ABERTURA:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Dhiego Coelho, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. O Senhor Presidente informou aos Membros que esta é a primeira reunião da Comissão e agradeceu o apoio dos nobres pares, no sentido de presidi-la. **EXPEDIENTE:** Requerimento número 004/2017, da Federação das Associações dos Moradores de Roraima - FAMER. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente, Deputado **Evangelista Siqueira** solicitou ao Senhor Relator, o Deputado Soldado Sampaio, que fizesse a leitura do Parecer. Concluída a leitura, foi submetida a discussão. Não havendo discussão, foi posto em votação simbólica, sendo este aprovado pelos membros presentes na reunião. **ENCERRAMENTO:** Às doze horas e dezoito minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Ediangela Maria de Siqueira Lopes, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Evangelista Siqueira
 Presidente da Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE “O COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE SÃO PAULO E RORAIMA SOBRE A ACOLHIDA A MIGRANTES E REFUGIADOS.” REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2018

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas (Plenário), desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, duzentos e dois, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa, solicitada pelo Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**, por meio do Ofício nº zero, um, de dois mil e dezoito para discutir o tema: “**O Compartilhamento de Experiências entre São Paulo e Roraima sobre a Acolhida a Migrantes e Refugiados.**”, datado de vinte de fevereiro de dois mil e dezoito. Presidiu a Audiência Pública, o Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**. Por determinação do Presidente, esta Ata será transcrita na íntegra.

ABERTURA:

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** – Boa-tarde, sob a proteção de Deus e em nome do povo Roraimense declaro aberta a presente Audiência Pública para tratar do tema: “**O Compartilhamento de Experiências entre São Paulo e Roraima sobre a Acolhida a Migrantes e Refugiados.**” sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas, mais uma vez, aqui nós contamos com a presença, além de autoridades, de muitos venezuelanos, da qual saúdo especialmente, sintam-se à vontade em nossa Casa Legislativa. Convidamos para compor a Mesa dos trabalhos desta Audiência Pública: O Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Carlos Bezerra Júnior, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Excelentíssimo Senhor Márcio Rosa, Promotor de Justiça; representando o Ministério Público do Estado de Roraima. Representando a Excelentíssima senhora Doutora Muniz de Souza Cruz, Defensora Pública Geral do Estado de Roraima a Excelentíssima Senhora Ana Elise Amaral, Defensora Pública Estadual; Excelentíssima Senhora Dona Rosilene Gleice Duarte Santiago, Superintendente da Polícia Federal em Roraima; a Senhora Doutora Safira Mira de Araújo Campos, Coordenadora Administrativa do Ministério Público do Trabalho em Roraima, representando o Excelentíssimo senhor Coronel dos Bombeiros Doriedson Silva Ribeiro Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima; o Tenente Troister, o Senhor Cleyton Soares Abreu, Coordenador do Serviço Jesuíta a Migrantes (SJM); o senhor Pablo Matos, representante do Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR; senhora Yssysay Rodrigues, representante da Organização Internacional para Migração. Faça registro da presença dos senhores Deputados: lenir Rodrigues, Oleno

Mattos, Soldado Sampaio. Convidamos a Doutora Marlene Cantanhede, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, para compor a Mesa. Convidamos todos e todas pra, neste momento, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado de Roraima. (Hino Brasileiro), (Hino de Roraima). Em tempo, gostaríamos de registrar que a doutora Marlene Cantanhede é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, registramos também a presença do Doutor Alan Robson, delegado responsável pela Delegacia de Imigração da Polícia Federal, em Roraima. Gostaríamos de chamar para compor a Mesa dos trabalhos, representando a Diocese de Roraima que tem um grande trabalho também com os migrantes, um trabalho com os refugiados, através das suas pastorais; chamamos para compor a Mesa o Padre Jean Carlos da Lospedale, Vigário Geral da Diocese de Roraima. Nós vamos agora assistir a uns vídeos. Primeiro, visto que estamos na semana que comemoramos o Dia da Mulher, e na pessoa da Deputada Estadual Lenir Rodrigues, eu saúdo todas as mulheres que se fazem presentes neste Plenário, sejam nossas funcionárias servidoras da Casa quanto as demais que se encontram, sintam-se homenageadas pela passagem desta data nesta semana, em nome da Deputada Lenir Rodrigues, que tem um grande trabalho, através da Procuradoria Especial da Mulher, através do Chame. É só chamar, não é Deputada Lenir? Qual é o número? A senhora vai providenciar, e eu depois direi o número do zapchame, depois a senhora providencia, que vamos divulgar aqui. Gostaria de pedir que a nossa Coordenação Técnica veicule neste momento um vídeo institucional que fizemos exatamente para esta semana internacional do Dia da Mulher, acompanhemos. (vídeo).

Vamos acompanhar um vídeo institucional que faz parte de uma campanha contra a xenofobia, conduzida pela Organização das Nações Unidas Brasil com a Rede Acolher, a Universidade Federal de Roraima, produzido pela Plator Filmes. (vídeo).

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** – Eu acredito que o questionamento maior que este vídeo nos faz é exatamente isso que deve ficar na nossa cabeça, e se fosse você? Já pensou você que está nos acompanhando em casa? Nesse momento, no trabalho, servidor desta Casa, e se fôssemos nós nesta situação? É algo que nos leva à reflexão, esta Audiência está sendo gravada para posterior transcrição da ATA e transmitida ao vivo pela TV Assembleia. Comunico a todos e a todas que queiram fazer algum questionamento, pergunta ou sugestão à Mesa dos trabalhos, façam por meio de formulários que estão sendo distribuídos por nossa equipe e então encaminhados à Mesa dos trabalhos. Em virtude de ter problemas com a locomoção de São Paulo para Boa Vista, a Coordenadora da Conectas Direitos Humanos, a senhora Camila Lissa Asano, não pôde comparecer a esta Audiência de hoje, mas mandou um vídeo compartilhando a sua experiência, dando assim a sua forma de contribuição para a nossa Audiência Pública. iremos acompanhar, neste momento, através de um vídeo.

A Senhora **Camila Asano** – Boa-tarde a todos, eu sou Camila Asano, Coordenadora de Programas da UNG Conecta Direitos Humanos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Roraima pelo convite e a oportunidade de poder participar desta Audiência por vídeo. Nós estamos aqui em São Paulo e estamos muito felizes de participar nos debates desta Audiência Pública. Estamos aqui para discutir as trocas de experiências entre São Paulo e Roraima na questão da acolhida de imigrantes e refugiados. E, neste ponto, eu gostaria de fazer uma referência ao grande potencial que Boa Vista tem para se colocar como uma referência ao mundo na relação de criar condições de acolhimento solidário e também adequado a populações, no caso, à população venezuelana que tem sido forçada a deixar o seu país de origem por conta da crise socioeconômica que tem aspectos humanitários gravíssimos. O que eu tenho acompanhado nas minhas idas a Roraima e também desse acompanhamento junto aos parceiros nossos é que há inúmeras iniciativas da sociedade civil, seja organizando as entidades, mas também da própria sociedade, um grupo de amigos, igrejas, que tem criado e mostrando esse espírito de solidariedade do povo de Roraima na questão da imigração. Essas iniciativas precisam ser seguidas por ações do Poder Público, e quando eu digo Poder Público estou dizendo desde das Prefeituras de Boa Vista e Pacaraima, o Governo do Estado de Roraima até também o Governo Federal para que as condições de acolhida sejam feitas de formas adequadas, mas nesse aspecto muitas coisas ainda precisam ser feitas em Roraima para prover a adequada acolhida dessas pessoas. São Paulo, que é o Estado de onde eu falo e de onde sou originalmente, é um Estado que foi formado por diversos fluxos migratórios, seja de outras partes do Brasil, também do mundo, a minha própria família é uma prova disso, ela veio do Japão e encontrou em São Paulo um local, onde pudesse reconstruir a sua vida. São Paulo tem esse histórico de imigração, mas também mesmo tendo já toda essa vivência com o tema de migração ainda contava com uma estrutura muito precária de serviços de acolhida e integração da sociedade

local para migrantes, até que o fluxo de Haitianos, que chegou a São Paulo, fez com que essa lentidão, esse papel muito de comodismo da Cidade em não olhar com as devidas políticas públicas a questão da migração teve um impulso. Então, por conta do fluxo migratório de Haitianos, o Poder Público passou a responder de forma mais adequada a necessidade de acolhida para migrantes e refugiados, não que não houvesse outros fluxos em São Paulo. Nós temos aqui registrados não só os antigos, como os Italianos e Japoneses, mas também fluxos de Bolivianos, Peruanos, que já vinham marcando muito essa riqueza da Cidade de São Paulo, mas com a chegada dos Haitianos se tornou mais patente a precariedade da estrutura da Cidade de São Paulo para essa acolhida a migrantes e refugiados, incluindo serviços públicos e a sua inadequação às necessidades dessa população específica que é uma população que está em nosso país, e tem tanto pela Constituição quanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito de ser acolhida. A partir desse fluxo de Haitianos, que chegou a São Paulo, foi criado um sistema verdadeiro de acolhida abrangente que envolvia e que ainda envolve locais de abrigo, não só do Município de São Paulo, mas também de outras partes do Estado. Serviços, que são oferecidos nestes locais, como centros de referência. É algo que já tem sido construído e aventado na Cidade de Boa Vista, que é uma boa prática de fato os locais que reúnem assistência jurídica, assistência social, possam também ter o oferecimento de aulas de português, todos os serviços e atendimentos necessários a essa população de migrante refugiada específica, por conta disso, São Paulo tem sido visto no Brasil como referência. Eu acredito muito na troca ou as trocas entre São Paulo e Roraima muito necessárias para aquilo que foi construído seja compartilhado no âmbito positivo, e aqueles pontos que foram feitos e se mostraram não adequados à migração possam ser superados e não repetidos em outras partes, como, por exemplo, os que vocês estão vivendo em Roraima atualmente. Eu gostaria de terminar a minha participação aqui por vídeo falando sobre o tema da interiorização. Nós sabemos que a migração em qualquer parte do mundo é um fenômeno muito diverso e dinâmico, há pessoas que têm diversos objetivos, como nesse fluxo venezuelano muitos querem permanecer próximos à fronteira com a Venezuela, há uma necessidade de ir até lá levar remessas, levar produtos, até mesmo, em alguns casos, diante da falta de oportunidade lá buscam familiares para vir, são pessoas que querem e têm o direito de permanecer próximas à fronteira, também têm aquelas pessoas que chegam pela fronteira de Roraima, mas desejam buscar outros destinos no Brasil. Aqui a gente sabe que é uma questão geográfica colocar Roraima em uma situação de um certo isolamento. É preciso ter um apoio a essas pessoas, inclusive a quem queriam buscar estes outros destinos. O próprio Conselho Nacional de Direitos Humanos do COLACONECA, onde sou conselheira do CNDH, já fez uma missão longa no começo deste ano de dois mil e dezoito a cinco Municípios do norte do país que tem registrado a chegada de migrantes refugiados venezuelanos. Nós estivemos em Belém, Santarém, Manaus, Boa Vista e Pacaraima, onde a questão da interiorização se mostrou muito necessária, tanto é que uma das recomendações emitidas pelo CNDH, após a missão, foi de que o Governo Federal deveria, sim, fazer o estudo de um plano de interiorização. O ponto inicial é de que isso tem que ser muito bem coordenado entre as diferentes esferas de governo dos diferentes Estados e Municípios envolvidos. O que nós vimos, no caso dos haitianos, foi uma enorme descoordenação, tanto por parte do governo que enviou as pessoas, que era, no caso, o governo do Acre, que não havia tido a devida informação com a Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo, e aqui fica muito evidente também o papel de omissão do Governo Federal naquele momento, porque, é claro, envolvendo dois estados da federação haveria um papel necessário de coordenação por parte deles.

Além disso, o que é importantíssimo garantir nesse processo de interiorização, feito agora por questão do fluxo atual de venezuelanos, é ter todas as garantias de que esse processo vai ser voluntário e, informado, que as pessoas que vão participar participem porque querem ser informadas do que significa essa participação, poderem, inclusive, escolherem para onde querem ir e saber exatamente o que as esperam nesses locais. Nos aqui da COLACONECA, estando na cidade de São Paulo, já estamos trabalhando junto às autoridades locais para garantir a melhor e a mais adequada acolhida a essas pessoas, afinal de contas, migrar é um direito, e nós entendemos que o Brasil tem um papel de promover essa acolhida humanitária a esse povo irmão, que, infelizmente, não têm encontrado outra alternativa a não ser deixar o seu país por conta de fome, desabastecimento de medicamentos e outras razões que infelizmente não tem permitido que eles estejam ainda em seu próprio país. Eu agradeço muito a possibilidade de participar por vídeo e fico à disposição, estarei tentando acompanhar a Audiência por meios remotos e desejo uma boa discussão a todos, obrigada.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Gostaria agora de registrar aqui o número do ZAPCHAME: é o nove, oito, quatro, zero, dois,

zero, cinco, zero, dois para as mulheres terem conhecimento, se precisarem é só chamar. Gostaria de registrar e agradecer a presença do Senhor Júnior da Vanda, do Ponto de Desenvolvimento Comunitário Empreendedor Social; do Doutor Francisco Carlos Nobre, advogado membro dos Direitos Humanos da OAB Roraima; Senhor Lenildo Medeiros do Nascimento, presidente da Ética Cidadania dos Direitos Humanos do Estado de Roraima. Em virtude de usar a tribuna para fazer uso da palavra eu gostaria de passar a presidência dos trabalhos para o Deputado Estadual Soldado Sampaio. Senhoras e senhores, dando continuidade, gostaria de pedir a todos que desejarem ter acesso à fala, que se dará dentro dos moldes estabelecidos pela Assembleia Legislativa através dos formulários que, em um primeiro momento, chegarão à Mesa que analisará e depois a gente pode, visto que, as autoridades ainda se pronunciarão, a Mesa verá a possibilidade de também abrir espaço para quem desejar. Se, assim for estabelecido, senhoras e senhores, eu gostaria de, em nome do Deputado Carlos Bezerra, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cumprimentar todos da Mesa para não perder tanto tempo nominando a todos, mas, desde já, dizer da grande importância da presença vossa, de cada uma das instituições, diante de algum poder de atuação e participação tem importância nesta discussão, sintam-se, através do Deputado Carlos Bezerra, agraciados com os cumprimentos. Essa é a terceira Audiência Pública que nós realizamos para tratarmos do tema da migração Venezuelana desde o ano de dois mil e seis, quando eclodiu, de modo muito grandioso, a presença venezuelana no nosso Estado que nós estamos atuando, enquanto Comissão de Direitos Humanos e enquanto Assembleia, na preocupação com essa situação, visto, em primeiro lugar, que ninguém sai da sua terra, da sua casa, do seu país, do seu habitat por qualquer coisa, ninguém troca a sua vida, o seu chão, o seu torrão para ir para um lugar desconhecido se não for movido por uma grande necessidade e, na grande maioria das vezes, até necessidade vital, a necessidade da fome, e até a necessidade da integridade física. Por esta razão, nós estamos acompanhando essa situação desde o início e nos deparamos com situações lastimáveis, centenas de pessoas transitando pelas ruas, em um primeiro momento, no Município de Pacaraima, no início, quando o fluxo começou, em dois mil e dezesseis e depois em nossos semáforos, pelas ruas, nas praças de Boa Vista. Isso começou a nos preocupar. Primeiro, porque nós estamos falando de pessoas, de vidas humanas, nós não estamos lidando com animais e sim com seres humanos, com dignidade, com aptidões, que estão em trânsito por uma necessidade extrema de seu país. Vimos acontecer a terrível ação da xenofobia, que é a versão, o medo, a antipatia de muitos cidadãos e cidadãs em relação a essas pessoas, tivemos casos de agressão física, tivemos casos de pessoas que foram queimadas, uma série de atrocidades porque, em um primeiro momento, aquilo que não se tem controle, que é novo assusta, ainda mais algo nessa potencialidade, de repente também nos deparamos com a situação em que nós não estamos e não estivemos, não sei se estaremos preparados para um fluxo tão grande de pessoas, milhares de pessoas. Segundo dados da Polícia Federal, me corrijam depois na fala se os dados estiverem avançados, mais de quarenta mil pessoas já adentraram o nosso espaço nos últimos tempos, sendo que vinte e dois mil pedidos de regularização já foram protocolados na Polícia Federal. Eu acredito que vocês, enquanto instituição, têm dificuldade de fazer esse trabalho visto o grande volume. Então, tudo isso nos assusta, mas nós não podemos, enquanto brasileiros, simplesmente entrar na máxima popular que diz que o caminho é fechar a fronteira, é mandar todo mundo embora, o caminho é nos livrar daqui, aí eu volto pro questionamento inicial que foi feito pelo vídeo da ACNUR da ONU (Organização das Nações Unidas): “E se fosse você que estivesse nessa situação?”, Eu acho que a palavra de ordem do momento é a gente também tentar se colocar no lugar do outro, nós sabemos que o Brasil e Roraima enfrentam, por si só, altos índices de pobreza, violência e tantos desafios para os governantes, mas, em nome disso, nós também não podemos simplesmente não olhar o que está acontecendo e passarmos indiferentes pela praça Simon Bolívar, ou por alguma praça da nossa cidade e achar que aquilo são “restos” de seres humanos, pelo contrário, ou nós nos sensibilizamos ou nós vamos entrar em um sistema anárquico que, daqui a pouco, eu terei raiva do cidadão que entrou no Brasil, porque eu acho que ele vai tomar a minha vaga de emprego, ele vai trazer problemas, e aí eu vou para o confronto, e aí nós teremos uma sociedade anárquica onde todo mundo está brigando, discutindo, está entrando em violência, em choque. Então, nós perderemos de vez a racionalidade, e aquilo que é tão precioso para nós que é o sentimento do ser humano. Nós, ao realizarmos as Audiências Públicas, encaminhamos às esferas Municipal, Prefeitura de Boa Vista, Governo do Estado e também cobramos do Governo Federal ações concretas, mas descobrimos que não somente a Prefeitura de Pacaraima, a Prefeitura de Boa Vista e o Governo do Estado de Roraima iriam resolver essa situação sem uma ação concreta do Governo Federal, mesmo o fluxo migratório ter

começado no ano de dois mil e dezesseis com maior intensidade, somente agora parece que o Governo Federal acordou e veio, através de seu staff, para Roraima já trazendo algumas iniciativas, algumas ações concretas, muitas das quais ainda não se concretizaram, enquanto isso, os seres humanos estão pelas ruas. Aí, nós poderíamos dizer: esse é um problema do Maduro, é um problema da Venezuela, mas não, este é um problema brasileiro também, porque os cidadãos venezuelanos não se encontram mais no seu país, saíram de lá por não terem a menor condição de vida, e agora estão aqui no nosso Estado. Resolve o problema fechar a fronteira e mandar todo mundo embora e dizer que eu não quero a presença dessas pessoas aqui? Não resolve, somente através de uma ação muito concreta o Governo Municipal, Estadual e, principalmente, federal é que nós conseguiremos amenizar e, quiçá, resolver esse problema. Também vamos ouvir, dentro de instantes, o relato da experiência do Deputado Estadual Carlos Bezerra, que é Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da ALE-SP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) que é um grande centro que acolhe migrantes refugiados. Então, nós, ao convidá-lo, Deputado Carlos, a Roraima, foi no sentido de Vossa Excelência propiciar para nós um compartilhamento de ideias. O que vocês realizam pela Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo Governo de São Paulo, enquanto Comissão dos Direitos Humanos no sentido do acolhimento, do trato aos migrantes, pode ser realizado em Roraima também? É isso que nós gostaríamos, ansiosamente, de ouvir do senhor. Esta Audiência Pública não vai resolver o problema da migração, é apenas mais um sinal de discussão e também de cobrança que nós temos a fazer de modo que cada um assuma o seu papel. Eu, enquanto Deputado, enquanto Assembleia Legislativa, enquanto Governo, enquanto Prefeitura e enquanto Presidência da República, desejo as boas-vindas, gostaríamos muito de ouvi-lo e as demais autoridades que irão se posicionar, e continuaremos com a nossa Audiência Pública, muito obrigado. Gostaria, neste momento, de convidar para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Carlos Bezerra Júnior, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que terá o tempo que julgar necessário para apresentação da sua temática.

O Senhor Deputado **Carlos Bezerra Júnior** – Muito boa tarde a todos e a todas, é uma honra utilizar a Tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e a alegria de partilhar a Mesa com convidados tão ilustres com uma presença tão significativa da sociedade civil, do poder público, enfim, de todos os poderes aqui representados. Eu quero fazer um cumprimento especial ao colega Deputado Evangelista pela oportunidade do tema, mas, mais do que isso, pela coragem em trazer o tema ao debate, porque muitos, hoje, em nosso país, optam por não fazer essa discussão, optam por virar as costas a essa discussão, se nós falarmos que estamos fazendo isso em ano eleitoral as coisas pioram, porque aqueles que fazem política com o único objetivo de dela obterem ganhos eleitorais ou eleitores não têm a coragem de fazer esse debate dessa forma. Eu queria cumprimentar o Deputado Evangelista, cumprimentar os Deputados aqui presentes, que se colocam, que colocam a cara diante da sociedade, que olham para as pessoas e que dizem: “nós nos interessamos sim”, isso é importante, é um tema que nos desrespeito, e a gente, com coragem, quer participar da possibilidade de soluções para essa questão que se apresenta diante de nós. Fica aqui o meu registro, o meu conhecimento e meu cumprimento nesta tarde. Também quero cumprimentar os que estão na Mesa, e cumprimento todos nas figuras do Doutor Márcio Rosa, Promotor, que já o conheço, e também do Pablo, representando aqui o escritório da ACNUR, ao cumprimentá-los cumprimento toda a Mesa. Eu queria fazer uma breve reflexão, alguém perguntava, logo que cheguei, o porquê de uma Audiência Pública para tratar esse tema, como surgiu essa ideia? Por que falar do diálogo entre São Paulo e Roraima nessa questão que envolve a imigração e refúgio de venezuelanos no país? Eu presido a Comissão de Direitos Humanos lá em São Paulo, onde a gente vem trabalhando atentamente acompanhando essas questões. Tenho uma vida dedicada à temática relacionada ao enfrentamento do trabalho escravo, da escravidão contemporânea, da proteção a crianças contra a exploração sexual e uma série de outros temas ligados a direitos humanos que eu venho colocando a atenção preferencial dos meus mandatos nestes últimos anos: foram três mandatos como Vereador na Capital, estou no meu segundo mandato como Deputado Estadual, e por que trazer esse tema? Esse tema veio à pauta no segundo semestre do ano passado na Assembleia Legislativa de São Paulo, porque as notícias começaram a chegar, a quantidade recorde de pedidos de refúgio feitos por cidadãos e cidadãs venezuelanas no Estado de Roraima. Os estudos mostram e apontam o destino preferencial desses que ali chegaram, era São Paulo, que é um Estado e uma Cidade com tradição de acolhimento de migrantes e de refugiados. E aí eu disse que precisávamos fazer realmente algo, ouvindo a sociedade civil, ouvindo o grupo da CONECTAS – Conselho Nacional de Direitos Humanos,

ACNUR, tanta gente, nós precisamos realmente fazer algo. Enfim nós fizemos uma Audiência Pública no mês de dezembro do ano passado entre tantas coisas com um objetivo primordial, que era o de evitarmos a repetição de erros anteriores que haviam acontecido quando, por exemplo, do fluxo de imigração de haitianos que aconteceu em dois mil e quinze, que demonstrou uma ação governamental federal de absoluto despreparo, uma falta de conexão entre os Estados, entre Acre e São Paulo. O triste de se ver é que a sociedade, na verdade, lá, só se mobilizou quando, de repente, aquilo que tocava a questão migratória dos haitianos começou a ser chamada de crise migratória dos haitianos, quando tomou ares de crise, quando as pessoas começaram a chegar na Rodoviária, aliás, a serem despejadas como caixotes na rodoviária, como se tivesse gente por trás querendo se livrar daquelas pessoas como se elas fossem problemas, como se elas fossem cargas, como se elas fossem qualquer coisa menos seres humanos. Aí parece que as pessoas começaram a se despertar para tentar evitar isso, fizemos uma Audiência Pública para chamar a atenção do Governo Federal e começamos a chamar a atenção do nosso Governo Estadual e Municipal para que algo pudesse ser feito em conexão entre essas três instâncias para que nós nos antecipássemos em termos de proposição de políticas públicas aquilo que pudesse vir a acontecer. Então foi exatamente o que nós fizemos, em uma tentativa de sensibilização dos governos e de sensibilização da sociedade. E, em decorrência disso, a gente está aqui hoje com o mesmo intuito, com o mesmo espírito, tentando nos antecipar a algo que, quem trabalha com isso, quem está estudando a questão, quem se debruça sobre isso sabe que está muito distante de ser resolvido e, mais do que isso, terá elementos agravantes brevemente. É importante a gente dizer que, por exemplo, nosso país vizinho, a Venezuela, vai passar por um processo eleitoral agora em abril e, dependendo do resultado, seguramente outros cidadãos e cidadãs do nosso país vizinho virão ainda em maior número ao Brasil, e o que a gente pode fazer? Como podemos fazer? Como a gente pode se articular? Como poderemos dar voz a esses que aqui estão e que são invisíveis para a sociedade? Como a gente pode conversar com a sociedade? Quebrar mitos? Quebrar preconceitos? O que pode ser feito? É importante lembrarmos que migrar é um direito humano, desde que a humanidade existe, desde que a humanidade é humanidade, homens e mulheres migram, aliás, nós somos todos migrantes, somos todos descendentes de migrantes, nós somos resultado das histórias dos nossos pais, avós e bisavós que, ou vieram para o Brasil ou vieram para os Estados e Cidades onde vivemos, eu fico pensando, o que seria de nós se a reação da sociedade no tempo em que eles se deslocaram, seja por uma nova oportunidade, seja fugindo de violência, seja fugindo da fome, seja fugindo de guerras, o que seria de nós se eles não tivessem encontrado nos lugares em que nós vivemos, gente, como eu e como você de braços abertos e dispostos a oferecer novas oportunidades? Migrar é um direito humano. Eu creio que as nossas fronteiras são imaginárias, foi uma coisa criada pelos homens, essa coisa de: “isso é problema deles!” mas “eles” são nós! Nós somos “eles”, porque se fala tanto de globalização para venda de produtos, a exportação de produtos, mas no momento em que as pessoas querem se deslocar dos seus espaços cria-se esse tipo de barreira, gente vale menos que produto, gente vale menos que dinheiro, eu sempre ouvi,

Aliás, vocês já devem ter ouvido, várias propagandas que foram feitas, que falavam que nós somos um país de braços abertos, é mesmo? Será que a gente é? A propaganda dizia isso, muita gente acredita no mito de que no Brasil nós somos assim, mas a experiência que eu venho visto é a de que nós estamos de braços abertos desde que aqueles que venham fiquem no “quartinho dos fundos”, aí tudo bem, pode vir, se for para nós resolvermos o problema fazendo uma “vaquinha”, por exemplo, fazemos uma vaquinha para eles poderem vender esfirra, vamos dar um jeito de eles poderem sobreviver custurando ali em condições absolutamente indignas e degradantes, o boliviano ou o imigrante andino, isso não tem grandes problemas, estamos de braços abertos, deixa lá no “quartinho dos fundos”. Agora, isso não é acolher, porque acolher de verdade é entender o outro como igual, não como cidadão de segunda classe, como alguém que tem direitos, como alguém que tem direitos humanos invioláveis, quando a gente acolhe olhamos para o outro como igual, a gente respeita como igual, e aí é um exercício nosso, como sociedade, de poder dar a ele a condição, se ele a tem, que ele seja Diretor do Hospital, de que ele seja professor universitário, onde ele exerça a sua profissão, eu sou médico de profissão, eu encontrei hoje, na praça Simon Bolívar, um colega que é médico, ele falou: “olha, eu estou aqui vivendo na rua,” quer dizer, um cidadão que acumulou conhecimento, experiência de vida, que poderia estar contribuindo com essa sociedade aqui de uma forma completamente diferente. Mas que elementos são esses criados por nós mesmos que impedem que seres humanos “floresçam” de forma natural, em espaços diferentes? Que elementos são esses? Como a gente os tira do caminho? Para que essas pessoas floresçam junto com as suas famílias e se

desenvolvam humanamente com suas famílias, para que gerem novas oportunidades para cidadãos e irmãos nossos que vivem no mesmo lugar, isso é muito importante. Estar de braços abertos é tratar os outros como iguais, a minha pergunta é: “será que a gente está, de fato, disposto a integrá-los como um dia nossos pais, avós e bisavós foram integrados neste país? Em São Paulo? Foram integrados em Roraima? ”. Eu não consigo imaginar que alguém vá ao Tancredão, observe aquela tragédia, veja o que está acontecendo lá e não seja tocado, não é possível que nós, como brasileiros, não sejamos tocados ao vermos centenas, milhares de irmãos nossos nas ruas e nas praças sem qualquer expectativa e perspectiva, não é possível! Eu quero dizer uma coisa pra vocês com muita tranquilidade: Eu fico pensando se o argumento da solidariedade não é suficiente, se o argumento da garantia de direito não é suficiente, se o argumento de termos o valor da vida como o valor máximo das nossas sociedades não é suficiente que, pelo menos, sejamos inteligentes, porque os estudos feitos sobre o impacto econômico de integração de imigrantes e refugiados nas sociedades se mostra claramente que há um ganho cultural, há um ganho em termos de criatividade e há um ganho econômico, isso é fato. Estudos, por exemplo, da consultoria mackenzie mostram o impacto de bilhões que acontece no mundo com os deslocamentos humanos, há sociedades que estão desenvolvendo isso de uma maneira muito mais intensa. Na Alemanha, por exemplo, eles estão integrando e, quanto mais eles integram, se não é por uma questão de solidariedade, se não é por uma questão humanitária, se não é por uma questão de garantia de direitos humanos, quando eles integram, quanto melhor integram, mais eficaz é o ganho econômico que essas pessoas trazem. Precisamos desconstruir esse mito de que o migrante vai vir e roubar os empregos de quem aqui vive, isso não vai acontecer, se ele estiver plenamente integrado vai movimentar mais ainda a economia local e vai gerar outros empregos, diretos e indiretos, para aqueles que aqui vivem. Isso é comprovado cientificamente, nós precisamos olhar para o que está acontecendo. Eu não conhecia Boa Vista, eu cheguei aqui e eu olhei uma cidade incrível, eu vi um povo incrível, encontrei um povo sensível, um povo humano, um povo que te olha nos olhos, um povo que te respeita, ao mesmo tempo eu vi a situação dos nossos amigos venezuelanos e falei: “que oportunidade incrível de nós darmos um salto como sociedade, da gente mostrar para o mundo como a gente integra”. Para fechar a minha fala, o que nós estamos fazendo lá e o que a gente propõe a fazer em conjunto com vocês aqui. O Cleiton, da missão jesuíta, é um dos culpados pelo que está acontecendo aqui, eu agradeço a Deus a insistência dele em querer que falássemos aqui. Eu vou falar para vocês que ele fez o relato do que estava acontecendo aqui, mas hoje, pela manhã, depois de ter me reunido com os pastores da cidade e ouvido histórias incríveis de líderes que estão ajudando, tentando fazer “das tripas coração”, compartilhando o que não tem em solidariedade, vindo de um lado, esse coração generoso, o amor desse povo, mas, por outro lado, vendo aquilo que você tinha me descrito, Cleiton, que na sua mais forte descrição não chega nem perto do tamanho da dor e da tragédia que eu vi hoje. A gente não pode ficar impassível diante disso, temos que fazer algo, e o que poderemos fazer? O que a gente propõe? Eu queria aqui fazer três ou quatro apontamentos que eu acho que são importantes: o primeiro é o seguinte: nós propomos em conjunto a criação de um comitê, eu não vou falar dos equipamentos, daquilo que foi apreendido na crise em São Paulo, especialmente, daquilo que envolveu a imigração haitiana, a rede teve que readaptar, centro de referência, acolhimento, que, inclusive, está muito aquém do que poderia estar e do que deveria estar, mas o que eu queria propor: a criação de um grupo de trabalho entre Estados com a mediação das Comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo e da Assembleia Legislativa de Roraima com participação, nesses acertos, desses “atores” que aqui estão, sociedade civil, igrejas, organizações não governamentais, o ACNUR, a OIM, que está aqui, e os governos do Estado e os Municipais. É importante demais termos esse espaço de diálogo, por exemplo, no plano de interiorização, que, aliás, demorou muito, precisamos cobrar do Governo Federal a omissão que ele tem tido em relação a esse tema. Finalmente, o Governo Federal resolveu mexer a questão de algumas semanas, mas ainda tudo muito embrionário, tem que cobrar efetivamente qual será o plano, quais serão as ações concretas, e se, de fato, ele vai assumir a responsabilidade primordial de conduzir isso. Temos no comitês um assento do Governo Federal, Governos Estaduais, legislativos, sociedade civil para monitoramento dos serviços para a cobrança efetiva do Governo Federal sobre o que está sendo feito e como será feito, para que nós nos antecipemos ao que acontecerá, caso contrário, no improviso, em vez de a gente transformar esse tema, transformar esse fluxo migratório em uma oportunidade nós vamos transformá-lo em uma grande crise. Segunda coisa que eu proporia: Em São Paulo, nós estamos debatendo o plano estadual de políticas para migrantes, o Plano Estadual de Migração, acho que seria muito interessante. Vejo aqui vários Deputados que se mostram

extremamente sensíveis ao tema, estão aqui, junto com a sociedade, acho que seria bastante interessante que tivéssemos algo semelhante tramitando aqui na Assembleia, a Assembleia assumindo o protagonismo dessas ações nas diretrizes de políticas públicas de migrantes; terceiro ponto, importante dos quatro: nós aprovamos em dezembro, a partir de uma proposta minha, um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa que isenta refugiados das taxas de revalidação de diplomas. Isso é um enorme obstáculo para quem quer recomeçar a sua vida, para quem quer ser integrado, e é um tosco desperdício dos Estados em relação a inteligências que aí estão disponíveis, não há argumento para isto. Em São Paulo, por exemplo, dependendo do nível de qualificação que tem um refugiado, esta taxa pode variar entre seis a vinte mil reais, sem contar outro problema grave que é a burocracia, a lentidão do encaminhamento da documentação. Nós aprovamos uma lei onde nas universidades estaduais haja uma isenção das taxas de revalidação de diplomas, e eu aposto firmemente que o Governador, na próxima semana, deve sancionar o projeto na íntegra, porque nós temos o apoio dos reitores das universidades estaduais, humildemente aqui eu sugiro que pode ser algo que pode contribuir. Para encerrar, eu deixo os pontos que foram de escuta na Audiência Pública que aconteceu em São Paulo e que eu acho que podem ser muito úteis para serem debatidos pelo grupo de trabalho a ser criado bilateralmente entre nós, através das Comissões de Direitos Humanos. São alguns pontos que eu lerei aqui rapidamente, que vão na direção de um plano de interiorização, da cobrança da formulação de um plano de interiorização onde se prevejam as seguintes ações: primeiro; incluir acolhimento de famílias e não apenas a previsão de acolhimento individual, isso é desumano, isso vai contra qualquer senso, qualquer compromisso com a garantia dos direitos humanos; segundo: incluir não apenas pessoas que estejam em equipamentos públicos de abrigo em Boa Vista e em Pacaraima, mas também de pessoas em moradias precárias e em situação de rua, incluir nos planos de interiorização e cobrar isso dos governos estaduais e federais; terceiro: oferta de abrigos para quem precisar de equipamentos específicos para a população migrante, e não juntamente a pessoas em situação de rua, por se tratar de contextos distintos. Outro dia me arrepiou, eu espero que não seja verdade, o que eu ouvi de um dos Secretários da Prefeitura de São Paulo, responsável por este tipo de política, disse o disparate de que receberia esses migrantes e refugiados nos centros de acolhimento da população em situação de rua da cidade. Não faz o menor sentido, são coisas completamente distintas, nós precisamos deixar isso muito claro a partir dos documentos produzidos pelos grupos de trabalho bilateral. O fornecimento de informações úteis sobre a cidade de destino antes da interiorização ocorrer, incluindo informação sobre a rede de assistência, ou seja, quem tem interesse de se interiorizar tem que ter essas informações em mãos para saber para onde está indo, de que forma e condições está indo. Ofertar outras formas de apoio como transporte, acesso à saúde, educação para quem não necessita de abrigo, em idioma espanhol. Os dois últimos pontos, pra o grupo de trabalho acelerar o processo de reconhecimento dos diplomas dos migrantes em universidades estaduais, como eu já disse aqui, é claro, a oferta de cursos profissionalizantes para migrantes e refugiados, e fica aqui nesta minha sugestão final o estímulo a organizações, como as igrejas católicas e evangélicas, entre tantas outras, para que estas, com a sua capacidade de capilarização, coma a sua capacidade de mobilização de voluntariado e com os prédios que têm, durante a semana, possam ser espaços que possam, de fato, promover esse tipo de ação como a que está sendo proposta na capacitação profissionalizante desse migrantes e refugiados, enfim, de forma sintética, até falei mais do que queria, era isso que queria deixar para vocês, uma humilde contribuição de mais alguém igual entre vocês, que se soma com o compromisso de nós atuarmos em defesa daqueles que não são “eles” são “nós”, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, Deputado Carlos, quero cumprimentá-lo mais uma vez e dizer que as suas palavras no trazem, primeiro, o alento de não se sentir só nessa luta, como você mesmo diz: às vezes, abraças essa causa, e alguns Deputados partilham também dessa mesma experiência, alguns colegas que estão aqui, uma vez que a gente também entende, como Vossa Excelência, muitas são as críticas, porque o mais fácil é fingir que não está acontecendo e mandar todo mundo embora. Então, esse seu posicionamento, a sua colaboração muito enriquece esta Audiência Pública e o debate. Em tempo, eu gostaria de chamar para tomar assento na Mesa a senhora Alba Gonzales, neste ato, representando a população venezuelana e a equipe do abrigo da Fraternidade Sem Fronteiras. Vou também, neste momento só quebrar o protocolo para poder passar a palavra, visto ter compromisso já assumido, e do conhecimento da nossa Comissão e desta Mesa, anteriormente, avisado, gostaria de franquear a palavra ao Deputado Soldado Sampaio, porque em seguida ele tem uma reunião juntamente com o Deputado Estadual Oleno Matos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Boa-tarde a todos e

a todas, cumprimento aqui o nosso Presidente, o Deputado Evangelista Siqueira, conduzindo os trabalhos, ele também faz parte da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, e quero cumprimentar a nossa amiga Deputada Lenir Rodrigues do PPS (Partido Popular Socialista), o Deputado Estadual Oleno Matos, cumprimentar a todos da Mesa, o colega

Deputado Carlos da Assembleia de São Paulo, obrigado. A sua vinda nos motiva, o senhor que deslocou por quase cinco horas de voo com a sua equipe para promover este debate com todos nós. Essas discussões se dão diariamente nos nossos lares, nas redes sociais, nas igrejas, em especial, nas redes sociais que viraram “uma terra sem lei”, onde todo mundo publica o que quer, da forma que quer sem medir as consequências e tem-se criado em Roraima uma discriminação, uma xenofobia, de fato, em relação aos imigrantes da Venezuelana no nosso Estado. Muitos, como já foi bem colocado aqui, preferem jogar pedra, criticar, tomam posicionamento político, uma leitura política, aliás, vivemos em um momento de intolerância com todo mundo, começando pela maior nação do mundo, que se propõe criar um muro dividindo os Estados Unidos do México, aqui já ouvimos essa asneira também, de criar uma barreira na Venezuela, com muro e exército, mas, no geral, Carlos, você presenciou, que o povo Roraimense e o brasileiro é um povo acolhedor, as igrejas evangélicas, a igreja católica, as organizações sociais, a gente vivencia, diariamente, pessoas estendendo a mão, dando todo o apoio necessário aos venezuelanos. Infelizmente, o nosso Estado, é um estado pequeno, a nossa população talvez não chegue a um grande bairro de São Paulo, toda a nossa estrutura é pequena: de saúde, de educação, da segurança, de fato, não estamos preparados para isso, sem mencionar a crise econômica que o país vive e que atinge diretamente Roraima. Um Estado onde setenta e oito por cento das suas receitas é oriunda do Governo Federal, do FPE (Fundo de Participação dos Estados), quando a economia brasileira sofre qualquer abalo nós somos atingidos visceralmente aqui na “ponta”, que é Roraima. Os governos, as Prefeituras de Pacaraima, de Boa Vista e o Governo do Estado têm reais dificuldades em lidar com a situação. O Governo Federal perdeu uma oportunidade, um país que se coloca como líder da América Latina, da América do Sul não está à altura de conduzir esse processo, o Brasil era para estar na vanguarda desse processo todo e resolver essa questão diplomaticamente, estendendo parceria com a Venezuela, e não Roraima porque nós não aguentamos, mas o Brasil, o Brasil como um todo tem essas condições. Recentemente, recebi a visita de uns Ministros que queriam despachar com a Governadora no Aeroporto, eles estavam de passagem, com destino ao Suriname, param para abastecer, foi quando a classe política, liderada pela governadora, pelo Presidente desta Casa, se negaram a ir até o aeroporto para despachar com os Ministros. Houve toda uma movimentação política dos nossos Senadores, desta Casa, da Governadora e logo em seguida, dois ou três dias depois, apareceu o Presidente Temer aqui, de surpresa, que, após ouvir as autoridades, e foram encaminhadas propostas, pedidos de soluções concretas. Porém pouco aconteceu até agora, colocaram uma meia dúzia de policiais da Força Nacional lá em Pacaraima, partindo para um processo muito mais de repressão, mas algo de concreto foi feito muito pouco ainda, essa é a grande realidade. Nós precisamos, aí eu quero parabenizar o Deputado Evangelista e os demais Deputados aqui presentes, ontem mesmo tivemos uma reunião com todos os Deputados desta Casa, envolveremos, a partir da próxima semana, um grande movimento desta Casa com toda a classe política para uma conversa franca, mais do que nunca, com o Governo Central, buscando um apoio de fato. Roraima sozinha não vai dar conta. Essa “história” de levar os migrantes para outros Estados não vai funcionar como se imagina, como bem se falou, agora, há a pouco. As pessoas preferem ficar em Roraima, porque acham que é uma questão de tempo, a Venezuela vai se realinhar e então as pessoas voltarão para as suas cidades, para os seus parentes, ou seja, enquanto isso está descarregando na estrutura de Boa Vista, da Capital, na estrutura do nosso Estado, nós, infelizmente, não damos conta, e aí ficam as pessoas “à mercê do abandono, descaso”, tem aumentado a rotação do Sistema Prisional, nos hospitais, aumentando a violência urbana, mas eu acho que tão importante como nós conseguirmos estrutura, abrigo, alimentação, é nós não permitirmos que essa discriminação se perpetue em nosso Estado. Eu não tenho dúvida que, seja brasileiro, seja haitiano, seja inglês, americano, venezuelano que venha a cometer qualquer delito no nosso Estado, nós teremos os órgãos de segurança, a justiça, o Ministério Público que vai fazer o seu papel com certeza, mas se atribui boa parte da violência urbana, hoje, à questão venezuelana, nós já vivemos esse embate com o enfrentamento das facções criminosas no nosso Estado. Então, nós temos que ter prudência e cautela ao nos posicionarmos em relação à violência urbana e não atribuir, pois, assim, nós criaremos um processo mais ainda de exclusão. Carlos, já sentamos aqui com a Comissão de Direitos Humanos, através do nosso Presidente, vamos acatar as suas sugestões e outras que possam vir para liderar esse processo. Aqui, temos um professor, Deputado Evangelista;

Deputada Lenir Rodrigues, professora e defensora pública; Deputado Oleno Matos, defensor público, pessoa ligada à segurança pública, e temos outros deputados comprometidos e que têm essa leitura parecida com a das pessoas que aqui estão. Só através do diálogo, estendendo a mão e pedindo ajuda a quem pode nos ajudar é que daremos um encaminhamento a essa crise migratória como um todo. É uma experiência ruim para o nosso país, nunca vivemos isso, nessa magnitude, houve algo parecido lá no Acre com os Haitianos, mas longe do que nós estamos vivendo aqui. Nós temos a oportunidade, de fato, de comprovar que estamos em um país que recebe os irmãos com amor, com carinho, com atenção, é uma oportunidade ímpar que nós temos de demonstrar que somos hospedeiros, somos parceiros, somos uma nação pacífica, é uma oportunidade concreta que estamos vivenciando, é dolorido! Sabemos disso. As pessoas encontram dificuldades no acesso à saúde, à educação, à segurança, mas nós, enquanto brasileiros, enquanto roraimenses, sempre que pudemos, estivemos na Venezuela curtindo as suas belas praias, fazendo as nossas compras com o câmbio baixo, comprando todo o produto derivado do petróleo que é bem mais em conta. Às vezes, não fomos recebidos por um ou outro comerciante, um ou outro cidadão, mas a grande maioria, praticamente, cem por cento do povo venezuelano sempre recebeu os brasileiros e faziam, exatamente, Carlos, o que você colocou aqui, faziam uma oportunidade de aquecimento da economia, geração de emprego lá com o turismo brasileiro, com as compras do povo brasileiro. Então, nós temos que receber o povo venezuelano e encontrar caminhos, mas para isso precisamos de um grande gesto, queremos envolver a Assembleia de São Paulo, todos os órgãos aqui presentes, de convencimento do governo federal. Nós precisamos, mais do que nunca, do governo federal, neste momento de crise, para sair dessa crise que nós enfrentamos aqui em Roraima, era isso. Parabéns, eu quero pedir desculpas, eu estou com outro evento agora às dezessete horas, juntamente com o Deputado Oleno e a Governadora Suely Campos, portanto, vou ter que me retirar, mas estou muito bem representado pelo nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, professor Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Obrigado Deputado Sampaio, passo a palavra ao eminente Deputado Estadual Oleno Matos.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Deputado Evangelista, ilustre Presidente destes trabalhos, em nome do Deputado Carlos Bezerra, da ALE-SP, eu quero me congratular com todos os integrantes da Mesa e todos que se dispuseram estar aqui nesta tarde para a gente debater essa temática de tamanha relevância e importância para o nosso Estado e, principalmente, nesse momento, que precisamos realmente de todas as forças para que tenhamos a capacidade de evoluir e encontrar o mecanismo ideal para recebermos os nossos irmãos venezuelanos e combater esse mal, o xenofobismo, que, infelizmente, tem tomado conta, principalmente, como o Deputado Sampaio falou, através das nossas redes sociais. Nós causa uma grande preocupação essa distorção que vem acontecendo. Estou com um dado que recebi agora, há pouco sobre o que tenho acompanhado há algum tempo e deixo para a reflexão de todos quanto à minha preocupação. Agente tem escutado, cotidianamente, matérias a respeito do cometimento de vários crimes familiares, Doutor Márcio, pessoas que estão furtando alimento em supermercados pela sobrevivência dos seus filhos e seus familiares, tanto que os nossos supermercados, na medida em que a gente vai fazer compras, geralmente tem vários venezuelanos, crianças, mães na porta com aquele semblante igual ao do senhor, Doutor Carlos, quando se emocionou agora, há pouco, de desespero, pedindo a Deus que uma mão amiga olhe por eles. Essa situação me reporta à condição, aí eu peço permissão para colocar uma palavra mais chula, que nós falamos no Brasil, que a prisão é reservada para aos “três Ps”: pretos, putas e pobres. Há trinta dias, eu fiz um levantamento de quantos venezuelanos nós tínhamos no Sistema Prisional. Naquela época, esse número já era de quarenta e dois venezuelanos, distribuídos na Penitenciária Agrícola, Cadeia Pública, Cadeia de São Luiz e Centro de Progressão Penitenciária. Hoje, antes da Audiência, eu fiz questão de buscar atualizar esse número, é importante frisar que na época esse número de presos representava um, ponto, oitenta e seis dos presos do Sistema. Hoje esse número, em trinta dias, saltou para cinquenta e sete venezuelanos, o que representa dois, ponto, cinquenta e três daqueles que estão dentro do Sistema. Eu acho que é de uma relevância enorme, um número por si só não faz muita coisa, mas quando a gente traz para o parâmetro de percentual é assustador. Me leva a uma reflexão de Deputado, mas principalmente de Defensor Público que sou, fazer uma análise mais criteriosa de como isto está se dando. Agora, alojando no meu Gabinete, recebi algumas pessoas que estão em uma frente de batalha como a ACNUR está em uma frente de batalha, a igreja católica, vários de nós estamos espalhados em solidariedade, tentando minorar os efeitos dessa migração, o sofrimento do povo venezuelano e também do povo brasileiro, porque isso também termina por atingir as nossas políticas públicas. E eu estava sendo informado de que o prédio da antiga Secretaria

de Educação tinha sido invadida hoje por cento oitenta venezuelanos que foram desalojados das praças aqui do centro, da Capitão Clóvis, da Praça do Centro Cívico e também da Praça da Bandeira, inclusive com o uso de excesso de força em relação à qual eu já estou tomando providências para que a Corregedoria, tanto da Polícia Militar quanto da guarda Municipal, que agiram nessa situação, tomem providências e se, de fato, realmente ocorreu, porque nós temos venezuelanos bastante machucados lá nesse local, que apurem e punam aqueles que merecem ser punidos por usar do excesso, Doutor Carlos, quando o senhor fala, para quem não sabe, eu sou Deputado Estadual, mas fui chefe da Casa Civil do Estado de Roraima por dois anos, retornei às atividades agora, em dezembro, eu tive a oportunidade de participar desse debate junto com a ACNUR e várias outras entidades, desde quando o Governo do Estado abriu o primeiro abrigo e contando com algumas parcerias. Então, de lá para cá, vem se ampliando esse atendimento, mas sempre de forma precária, porque, realmente, as condições do Governo do Estado de atender a todas as demandas é muito difícil, se não fosse a solidariedade de muitas entidades que atuam no nosso país e no exterior e têm uma expertise muito grande ao lidar com a migração nós estaremos em situação muito pior, e fica aqui o nosso agradecimento. Doutor Carlos, o senhor falou em cobrar do governo federal, eu lhe juro que não aguento mais cobrar do governo federal. Eu já cheguei em um ponto que, na minha visão, vou implementar um estudo em relação a isso, urgentemente. Acho já cabe uma denúncia, aos organismos internacionais em reação à falta de chamar a atenção do governo federal ao que está acontecendo na fronteira e no Estado de Roraima e principalmente em Boa Vista. Eu não tenho dúvida, porque o governo brasileiro, o Estado brasileiro, é signatário de todos os tratados internacionais que tratam sobre isso, ele é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um estudante de direito, talvez, no primeiro ano, está com aquela empolgação do início da carreira, certamente, ele vai apontar uma série de infringências, ou, pelo menos, omissões que o Governo Federal tem tido para com essa situação. A minha fala é muito mais um desabafo, nós roraimenses que amamos a nossa terra, que amamos o nosso país, nos compadecemos com essa situação dos venezuelanos, e a grande maioria presente aqui, senão todos, têm feito um pouco a sua parte, enquanto cidadão, têm dado a sua força para ajudar o povo venezuelano, que está ocorrendo em nosso Estado em busca, como o senhor falou, de viver, em busca de um alimento, em busca de um teto, nós estamos fazendo muito e cada vez mais, a solidariedade não para de crescer, por exemplo, para essa situação que eu aponte hoje, já estamos juntando forças para que possamos colocar água lá nesse prédio, pelo menos de forma improvisada, e ver como podemos melhorar a situação dos que lá estão até que possamos ter um abrigo com todas as condições necessárias para eles. A minha fala é mais um desabafo com relação ao Governo Federal. Em janeiro, eu apresentei aqui nesta Casa um requerimento, ainda estávamos em Recesso, pedindo que a Assembleia criasse uma Comissão Especial Externa para tratarmos dessa temática. Ontem o Presidente nos prometeu que vai colocar na Mesa, vai colocar em Plenário para que a gente possa montar essa Comissão, ou nesta semana, ou no início da semana que vem, aí nós vamos para cima do governo federal, a Assembleia Legislativa não vai ficar em silêncio quanto a isso. Nós vamos levar esse problema não só ao governo federal, mas, principalmente, aos organismos internacionais, o governo federal tem que agir, não adianta o Presidente Temer vir ao nosso Estado, em pleno carnaval, fazer uma reunião, receber uma série de pedidos, dizer que vai fazer alguma coisa, enquanto nós estamos caminhando para meados de março e praticamente nada foi feito. Nós vivemos em uma situação de emergência, uma situação de urgência, onde toda a legislação orçamentária, financeira, licitatória pode ser suprimida em nome de um povo que está padecendo junto com o nosso também, porque o povo de Roraima também sofre as consequências. A nossa Maternidade, cuja capacidade não aumentou, tem, diariamente, que ser usada por vinte e cinco por cento de mães venezuelanas, o nosso hospital, tanto de Pacaraima quanto o Hospital Geral também, em média, atendem uma clientela em torno de vinte a vinte e cinco por cento de venezuelanos sem que o governo federal “desse o up” financeiro para que o Estado pudesse melhorar o atendimento. Os números da população de Roraima cresceram absurdamente e sequer o governo federal aceitou um rediscussão urgente com relação ao percentual do FPE (Fundo de Participação dos Estados), como bem foi dito pelo nosso Deputado Carlos Bezerra. Essa é uma situação que não vai se resolver da noite para o dia, nós temos ainda muitos anos pela frente e, com um agravante, as eleições na Venezuela, onde brevemente, esses quarenta, cinquenta, sessenta mil, que eu alertava há seis meses, numa matéria no “Globo News” que nós chegaríamos a duzentos mil venezuelanos, o governo federal sabe disso, e ele precisa agir. Doutor Carlos, fica aqui o meu pedido, que, nesta Audiência Pública a gente formule, ao final, o entendimento de que já cabe a análise de uma denúncia às esferas internacionais com relação, pelo menos, à omissão do governo federal. Os

meus parabéns ao Deputado Evangelista e a todos que tiveram a brilhante ideia de, nesta tarde, debater essa temática. Quero dizer, Deputado Evangelista, que, ao sair daqui, conte com a assinatura do Deputado Oleno Matos. Acredito que nós aqui construiremos saídas, como foram apresentadas pelo Doutor Carlos em sua fala, Projetos de Lei, já conversei com a Deputada Lenir aqui para que os Deputados que estão nesta Audiência Pública abracem conjuntamente e, imediatamente, formulem propostas para apresentação como Projeto de Lei nesta Casa e que nós votemos como regime de urgência e, por fim, eu quero pedir desculpas por não poder participar do debate até o final, haja vista que a gente tem um compromisso com a governadora do estado em outro local, eu e o Deputado Sampaio precisaremos nos ausentar. Meus parabéns e muito obrigado pela oportunidade.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, Deputado Oleno, o vosso compromisso e o do Deputado Estadual Soldado Sampaio já havia sido previamente estabelecido pela Mesa. Gostaria de cumprimentar e convidar para tomar assento o senhor Pastor José Prado, Coordenador da Rede Evangélica de Áspora de Acolhimento e Refúgio; e o Pastor Wellington Oliveira, Diretor Nacional da JOCUM (Jovens Com Uma Missão). Gostaria também de citar e cumprimentar, já se encontra conosco o Pastor Célio Moraes Correia, da Igreja Metodista Wesleyana. Obrigado pela presença. Passo, neste momento, a palavra ao senhor Cleyton Soares Abreu, Coordenador do Serviço Jesuíta a Migrantes (SJM), que pediu Audiência Pública nesta referida tarde.

O Senhor **Cleyton Soares Abreu** – Boa-tarde a todos; boa-tarde, Deputado Evangelista Siqueira, Deputado Carlos Bezerra Júnior, em nome de quem, eu cumprimento toda a Mesa, os presentes aqui, especialmente, ao povo venezuelano, que veio até esta Audiência Pública para debater e também ouvir propostas para a própria população. Inicialmente, eu queria fazer um elogio à composição desta Mesa, pela diversidade de instituições aqui representadas, apesar de não termos a presença do Poder Executivo, seja local, seja estadual, mas diversos órgãos que podem e têm capacidade de fazer uma transformação legislativa com foi proposto aqui, aos quais eu fico muito grato mesmo. Minha fala será muito curta, no ano passado propusemos, também, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, uma Audiência Pública sobre a questão dos venezuelanos, especialmente, aqueles em alta vulnerabilidade, e de lá saíram cinco propostas, cinco recomendações deixadas a esta Assembleia. A primeira recomendação é política pública, estadual para migração, foi contemplada aqui como uma nova sugestão do Deputado Carlos Bezerra Júnior, que será acolhida pela Casa, conforme a fala dos Deputados aqui presentes que falaram anteriormente a mim. Além dessa recomendação, a construção e a implementação de um processo formativo nos diversos espaços públicos, porque percebemos que há falta de comunicação no ambiente público para venezuelanos e para nacionais acaba acirrando a violência entre a população, porque, inicialmente a falta de informação leva ao medo, leva à fobia. Uma terceira recomendação que ficou nesta Audiência Pública no ano passado foi a construção de uma política pública, de uma política social, de médio e de longo prazos, que atendesse a população venezuelana, não só em critério emergencial, com são hoje os abrigos que estão instalados na cidade, mas sejam voltados para a autonomia dos migrantes, uma autonomia eficaz, pudessem dar conta do número de imigrantes que buscam os aparelhos públicos na cidade e no estado. A quarta recomendação é desenvolver uma política estadual de comunicação, integrando as políticas públicas disponíveis sobre o fenômeno migratório; e a quinta e última é um apoio efetivo do poder público na criação de um fórum de debates e acompanhamento da política estadual sobre migrações. O que nós começamos a ver como um plantio, uma primeira frutificação, esta reunião entre as Comissões de Direitos Humanos de São Paulo e de Roraima, levantando esse histórico, eu passo aqui a falar sobre o momento em que estamos, é um momento crítico, diferente daquele momento em que chamamos a primeira Audiência Pública no ano passado, no segundo semestre, o número de migrantes aumentou, a negligência do poder público continua similar à do ano passado, mas diferentemente do ano passado, começamos a enxergar a necessidade de uma ação sistêmica, seja pelos atores mais diversos, agências das Nações Unidas, sociedade civil, igrejas aqui presentes, universidades. Diversas são as ações fragmentadas que nós fazemos, mas o que eu noto desde o semestre passado até agora é uma consciência de que nós só podemos alcançar uma política pública migratória se a sociedade civil e se os agentes públicos agirem de forma integrada para uma maior cobrança, não só do governo federal, mas de cada ente da federação que tem responsabilidade sobre a população que chega ao nosso país. Não é um favor, mas sim um dever dos poderes públicos, seja pelos tratados que o Brasil assinou ou pela Constituição Federal ou, ainda, pelo “tecido” normativo infraconstitucional que o Brasil tem como uma perspectiva de proteção e de direitos aos migrantes. Esta é a minha fala, eu gostaria de trabalhar novamente a Mesa e a todos que estão aqui para apoiar

essa continuidade dessa frutificação, dessas ações positivas a partir do viés legislativo para a população migrante, obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, senhor Cleyton, antes de passar a palavra ao próximo componente da Mesa, eu só quero registrar a seguinte questão de ordem: esta Audiência Pública foi solicitada pelo Serviço Jesuíta a Migrantes, quando enviaram à Comissão de Direitos Humanos um ofício solicitando esta Audiência o principal objetivo foi ouvir o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, através do compartilhamento de ações que são desenvolvidas naquele Estado, e que também poderão ser desenvolvidas no Estado de Roraima. A entidade, que pediu a realização da Audiência Pública previamente, apresentou à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia a relação das pessoas que teriam direito à fala e à composição de Mesa. A Comissão de Direitos Humanos está apenas seguindo o que foi pedido pela instituição que se apresentou. E aí eu peço a compreensão de todos que irão falar, porque nós teremos um pouquinho de rigor no tempo para poder propiciar aos demais, me refiro a isso por conta dos Deputados terem a prerrogativa de terem tempo desejado por regimento. O Presidente da comissão que também era o mais aguardado e o senhor Cleyton por ser o solicitante desta Audiência tiveram o tempo necessário. Peço a colaboração e compreensão dos demais para que façam uso da palavra em, no máximo, três minutos. Convido para fazer uso da fala, neste momento, a senhora doutora Safira Nila de Araújo Campos, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Estado de Roraima. Senhora pode usar o microfone da Bancada ou se dirigir a Tribuna, é facultado à senhora.

A Senhora **Safira Nila de Araújo** – Boa-tarde a todos. Agradeço a esta Casa Parlamentar pelo convite e também pela possibilidade da Audiência Pública na pessoa do Deputado Evangelista, em nome de quem eu cumprimento todos os presentes aqui na Mesa. Eu gostaria de fazer um cumprimento especial aos migrantes venezuelanos e brasileiros, brasileiros porque eu também me considero uma migrante interestadual já que saí do meu estado do Ceará e resido atualmente aqui em Roraima. Eu gostaria também de fazer um cumprimento especial ao Deputado Carlos Bezerra que é autor de instrumentos importantes, principalmente, uma Lei estadual contra a exploração do trabalho escravo, que é uma das bandeiras das lutas do Ministério Público do Trabalho. Senhores. Minha segunda visita a Pacaraima, em que fiz na companhia da Organização Internacional do Trabalho no ano de dois mil e dezessete, eu pude verificar a situação de migrantes venezuelanos arrastando malas pela estrada, aquela situação me fez pensar: se fosse eu? Se fôssemos nós? O que colocar naquela mala? Como seria a última noite que dormiríamos em nossa cama? Usaríamos o nosso chuveiro e teríamos que nos deslocar para outro país? Essa reflexão me acompanhou, de modo que, quando cheguei em Boa Vista, seja quem reside aqui, seja quem vem visitar, é comum nos sinais vemos o apelo através de placas de papelões seguradas por muitos venezuelanos que estão pedindo aqui, atualmente, clamando por trabalho. Não vemos pedido de dinheiro, pedidos de roupas. Nós vemos: “preciso de trabalho” nesse clamor por trabalho, temos que partir sempre de uma premissa básica da igualdade de direitos trabalhistas, seja esse trabalhador um brasileiro ou venezuelano, essa igualdade tem de ser respeitada. Infelizmente, no quadro laboral, atualmente, aqui no Estado de Roraima o Ministério Público do Trabalho tem se deparado com irregularidades, as mais diversas, da substituição de mão de obra de brasileiros por de venezuelanos no sentido de precarizar o mercado de trabalho sem observar normas básicas, como: a assinatura de carteira, o pagamento de décimo terceiro, um salário-mínimo sequer. Exploração sexual de mulheres venezuelanas que, muitas vezes, no desespero de manter necessidades básicas comercializam o seu corpo, trabalho infantil. Diante das inúmeras irregularidades que nós percebemos aqui em Boa Vista, uma das alternativas que têm se ventilado é a questão da interiorização, mas o Ministério Público ainda não conseguiu colher dados no sentido de saber que critérios seriam utilizados para proceder a essa interiorização, que órgão faria essa seleção? Então, o clamor ministerial é no sentido de que esse processo seja transparente, que esse processo possa se dar de maneira que os órgãos ministeriais possam fiscalizar se essa interiorização está obedecendo o acolhimento humanitário e a empregabilidade.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Agradeço à senhora Safira, passo a palavra, neste momento, para a excelentíssima senhora delegada Rosilene Gleide do Arte Santiago, Superintendente da Polícia Federal de Roraima.

A Senhora **Rosilene Gleide do Arte Santiago** – Boa tarde a todos, serei breve, quero cumprimentar o Deputado Evangelista, agradecer pelo convite, dizer que esta é uma oportunidade digna de muitos elogios. Agente precisa que o Estado e a Assembleia Legislativa se envolvam e trabalhem para minimizar essas questões que têm se apresentado em

nosso Estado. Inicialmente, o que eu quero dizer é que a migração é um fenômeno humano, natural e assim deve ser visto. A legislação brasileira sofreu recente modificação e, mesmo assim, antes disso, já tínhamos os tratados internacionais que deveriam ser observados, de modo que o migrante hoje entrará no território nacional sem nenhum obstáculo, não se impedirá a entrada do migrante nem haverá deportação desse migrante, isso é ponto indiscutível. A Polícia Federal exerce dois papéis constitucionais, um voltado à Polícia Judiciária e o segundo relacionado à atividade administrativa, nessa atividade administrativa se insere o controle e registro de migrantes. Dessa forma, esse fluxo de venezuelanos para Roraima tem representado um grande desafio. Para vocês terem uma ideia, em dois mil e quinze a Polícia Federal registrou pouco mais de trinta pedidos de refúgio; em dois mil e dezesseis, esse número cresceu para, em torno de, três mil e oitocentos pedidos de refúgio; em dois mil e dezessete registramos em torno de vinte e dois mil pedidos de refúgio e residência; e, neste ano, nestes dois primeiros meses, a gente já está registrando em torno de oito mil pedidos, isto considerando, também, na verdade, mais cerca de cinco mil pessoas procuraram a polícia e agendaram esse atendimento. Fazendo um cálculo ligeiro, passou pelas portas da Polícia Federal pedindo para permanecer no Brasil cerca de quarenta mil venezuelanos nestes últimos anos.

A migração venezuelana representa para a Polícia Federal um desafio, esses números mostram, a nossa estrutura era muito pequena, teve que crescer, mas também representou e representa uma oportunidade, a Polícia Federal tem desenvolvido o seu trabalho, sem falsa modéstia, temos nos esforçado e trabalhado. Tivemos a oportunidade de nos aproximar da Universidade Federal, da Sociedade Civil, a Pastoral Universitária está conosco, o ACNUR também nos apoiando, o CMDH tem tido uma atuação muito importante. A migração venezuelana, para a Polícia Federal, hoje é vista como uma oportunidade, sem dúvida, e um desafio que, juntos, vamos enfrentar e vencer, obrigada.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, doutora. Neste momento, a palavra está franqueada ao excelentíssimo senhor Doutor Márcio Rosa, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Estado de Roraima.

O Senhor **Doutor Márcio Rosa** – Boa-tarde a todos. Deputado, parabéns pela Audiência Pública e obrigado pelo convite. Deputado Carlos Bezerra, nós já nos conhecemos há muito tempo, eu acompanho o trabalho dele com relação ao tráfico de pessoas, o combate ao trabalho escravo e, hoje, tenho o prazer de conhecê-lo pessoalmente, minha saudação, e a todos os demais brasileiros e irmãos venezuelanos. O Ministério Público, que represento hoje aqui, tem o papel de defender o Estado democrático de direito e também a promoção da justiça, especialmente, para pessoas mais vulneráveis, evidentemente nessa crise toda nenhum órgão, nenhuma pessoa é capaz de resolver alguma coisa sozinha, é preciso uma articulação, mas dentro das nossas atribuições temos tomado algumas ações de modo pontual, mas também temos tomado algumas ações como indutores de políticas públicas que somos, o Ministério Público é um indutor de políticas públicas. Nós entendemos que os nossos irmãos venezuelanos também são detentores de todos os direitos previstos na Constituição, porque a própria Constituição diz que todos são iguais perante a lei, que a dignidade da pessoa humana é para todos, sem distinção, inclusive, de origem e nacionalidade. O Ministério Público do Estado de Roraima tem estado atento a isso, tanto é que criou uma Comissão, recentemente, para acompanhar esse movimento migratório, mas nas promotorias de justiça, no dia a dia das promotorias nós estamos atentos à vulnerabilidade gerada a crianças e adolescentes, por exemplo, a mulheres venezuelanas, à exploração sexual. Nós temos visto também alguns casos de submissão à condição análoga de escravos e nós temos trabalhado com relação a isso dentro das atribuições das promotorias de justiça, evidentemente houve um crescimento abrupto dentro da demanda pelos serviços públicos de saúde, serviços de educação. Isso também tem sido objeto de trabalho nas promotorias de defesa da saúde, nas promotorias de defesa da educação, com ações civis públicas, inquéritos civis públicos, tanto para que não falte a vaga na escola para a criança venezuelana e nem, obviamente, para a criança brasileira. Temos ações civis públicas com relação a superlotação nos hospitais para que os nossos irmãos venezuelanos sejam atendidos, como também para que isso não deixe que os brasileiros fiquem sem atendimento, também na Promotoria da Cidadania nós temos já alguns procedimentos com relação ao combate ao discurso de ódio, de hostilidades e xenofobia. Eu trouxe aqui, mas o tempo é muito curto, um Relatório da Promotoria de Pacaraima que tem trabalhado bastante lá na fronteira, o fato é que, o MP (Ministério Público) está bastante atento. Nós estamos aqui atentos para ouvir as demandas e, dentro das nossas atribuições, nós vamos identificar essas demandas, vamos usar o nosso poder de ação, o nosso “jus postulandi” para induzir políticas públicas, porque nós entendemos, afinal, que todos nós somos migrantes e que nenhum de nós pode se omitir, obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Muito obrigado pela sua fala, Doutor Márcio Rosa. Neste momento, passamos a palavra para a excelentíssima senhora, neste ato, representando a Doutora Terezinha Muniz de Souza Cruz, Defensora Pública Geral do Estado de Roraima.

A Doutora **Terezinha Muniz de Souza Cruz** – Obrigada, boa-tarde a todos, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Evangelista, o Deputado Carlos Bezerra e a Deputada Lenir Rodrigues. Quero agradecer a oportunidade da participação da Defensoria Pública nesta Audiência, quero dizer que a Defensoria Pública, assim como as demais instituições, também, se preocupam com este movimento migratório porque, assim como estamos para defender os brasileiros nas mais diversas situações, também estamos para defender os imigrantes. Nesse sentido, a Defensoria Pública criou um grupo de trabalho para acompanhamento das diversas situações, ela conta com seis componentes, sendo dois deles nas regiões de fronteira, em Pacaraima e Bonfim, e os demais atuando nas diversas áreas. Nós temos acompanhado a situação dos abrigos, acompanhado as necessidades das pessoas que aqui estão, necessidades de remédios, de matrícula escolar, entre outras situações. Nós já estamos encaminhando pedidos de acordo com a necessidade e também na nossa atuação judicial. Eu atuo na área criminal e vejo que, como o Doutor Oleno Matos comentou, infelizmente, é crescente a situação de venezuelanos envolvidos em crimes em decorrência da fome e nós, enquanto defensores públicos estaduais, estamos aqui para garantir os direitos dessas pessoas, garantir que o Consulado seja comunicado, que eles sejam acompanhados por tradutores públicos, porque nós sabemos o quanto é difícil uma situação dessas. A Defensoria está aqui para ajudar também, para participar de eventos como esse no fomento de políticas públicas, obrigada.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, Doutora, por sua fala, muito contribui para enriquecer a nossa Audiência Pública. Neste momento, a palavra está franqueada ao excelentíssimo senhor Tenente Troster, neste ato, representando o Coronel Bombeiro Militar Doriedson Silva Ribeiro, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima.

O Senhor **Tenente Troster** – Gostaria de dar boa-noite a todos da Mesa, para todos os presentes, neste momento, representando a Defesa Civil Estadual, que cumpre um papel de atuar em situações de emergência e Estado de Calamidade Pública. Pelo histórico do nosso estado, essa tradição vem se cumprindo em eventos ligados a incêndios florestais, em enchentes, mas já em agosto de dois mil e dezesseis, quando começaram a surgir indígenas que ninguém sabia direito de onde tinham vindo, mas estavam ocupando toda a cidade. O Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, viram que havia uma situação onde há anormalidade, buscaram fazer estudos, ouvir essas pessoas, foi até Pacaraima para entender a situação e, frente a isso, se iniciou a criação de um Centro de Referência ao Migrante, na sede do SITRACOMO-RR. Aí começaram as atividades de assistência, de alimentos, de atendimentos médicos com apoio da fraternidade, da Federação Humanitária Internacional, aí começaram os primeiros trabalhos de assistência aos imigrantes. Naquele momento, para muitos, poderia até parecer uma atitude precipitada, mas com o desenrolar dos meses, e dois anos depois se viu que a situação foi aumentando e houve a necessidade dos abrigos e, obviamente, que a resposta da Defesa Civil foi muito importante, mas se mostrou também uma abrangência tão grande e tão profundo na sociedade para que possa ver uma resposta, a Defesa Civil como um sistema para ordenar e coordenar atividades de diversos órgãos a gente faz um clamor a todos os órgãos municipais, estaduais e federais para que a gente possa atuar em conjunto, e que essa situação em que se encontra a sociedade de, hoje, dos venezuelanos, dos brasileiros é uma situação de emergência social. Então, uma resposta deve ser dada e não pode ser dada de forma lenta porque as pessoas que estão sofrendo nas ruas, nos abrigos estão necessitando de um apoio, de uma ajuda. A gente espera que esta Audiência possa promover todas essas mudanças nas leis, na ações que possam levar a um avanço, um progresso, e que essas pessoas em extrema vulnerabilidade social possam sair dessa situação, são essas as palavras.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado por suas palavras, Tenente. Neste momento, a palavra está franqueada ao senhor Pablo Matos, representante do Comissariado das Nações Unidas para refugiados, ACNUR.

O Senhor **Pablo Matos** – Boa-tarde a todos, gostaria de agradecer à Mesa e a todas as autoridades aqui presentes, é um prazer para a ACNUR estar aqui para poder compartilhar um pouco da nossa experiência. O ACNUR tem presença aqui em Boa Vista desde junho de dois mil e dezessete, desde então tem buscado apoiar o Estado brasileiro e todas as esferas de governo federal, municipal e estadual para uma resposta satisfatória ao fluxo de refugiados venezuelanos que aqui chega, em que pese as dificuldades que se enfrentam, entendemos que Boa Vista tem sim todo potencial para se tornar um exemplo regional na resposta a esse

fluxo, da mesma forma o Brasil, como um país de tamanho continental, construído por imigrantes, tem todas as ferramentas para prestar uma resposta de excelência aos irmãos e irmãs venezuelanas que aqui chegam. O papel do ACNUR, neste contexto, é salvar vidas, e com isso criar um ambiente positivo tanto à população de acolhida, no caso, os brasileiros, quanto à população deslocada, no caso, os venezuelanos, ou seja, como o Deputado Carlos Bezerra colocou: é possível sim criar um ambiente favorável para todas as populações que aqui chegam e possam se beneficiar nesse fluxo. Gostaria de citar três pontos rápidos em relação a boas práticas que observamos em São Paulo e podem sim ser replicadas aqui. Primeiro, o que já está sendo feito é a criação de um Centro de Referência para imigrantes, refugiados, um só espaço onde as pessoas possam buscar todas as informações, ou a maioria das informações relevantes para quem chega de outro país. Isso está sendo construído com o esforço do ACNUR e Universidade Federal, como no próprio Campus aqui da universidade que deve ser inaugurado já no próximo mês; segundo ponto: eu gostaria de citar a lei municipal da cidade de São Paulo que fala sobre a integração e a política pública para imigrantes e refugiados, algo que pode sim ser replicado aqui na cidade de Boa Vista; e um terceiro ponto: como o Deputado Carlos colocou, uma Lei estadual que facilite o reconhecimento dos diplomas dos irmãos e irmãs venezuelanas que aqui chegam. Outros pontos que merecem a nossa atenção: registro e identificação dessas pessoas, a Polícia Federal tem feito um trabalho de excelência, assim como os companheiros do CMDH e jesuítas no pré-atendimento e documentação dessas pessoas que aqui chegam. É fundamental que essas pessoas tenham acesso a essa documentação para depois ter acesso aos demais direitos. O segundo direito que eu gostaria de colocar é a inauguração de abrigos e moradias dignas para essas pessoas, e não estamos falando de alguns abrigos e localidades que temos hoje, falo de moradia digna. O Estado brasileiro, como parceiros, tem sim capacidade de estabelecer isso; terceiro ponto: uma política de integração, tanto localmente quanto conectada com um sistema de integração a outros estados da federação. E aí eu gostaria de fazer algumas ressalvas já colocadas sobre a necessidade de coordenação com os demais governos, outros estados, informação às pessoas que vão participar desse programa, sobretudo das condições de acolhimento nesses estados que vão os receber. Para finalizar, esses pontos que eu coloquei são claramente situações de responsabilidade compartilhada, ou seja, necessitam de uma coordenação de várias entidades e organismos internacionais, entidades da sociedade civil e governo, por isso é de se lamentar que em dois mil e dezoito em pleno continente americano irmãos e irmãs estejam morrendo de fome por falta de acesso à medicação e tendo violado os seus direitos mais fundamentais. Entendemos que isso é inadmissível, e se fosse você? Pois a história será testemunha do papel que cada um de nós está desempenhando neste período, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, Senhor Pablo, passamos a palavra, neste momento, para a Senhora Yssysay Rodrigues, representante da Organização Internacional para Migrações(OIM).

A Senhora **Yssysay Rodrigues** – Boa-tarde a todos os presentes, eu gostaria de saudar a Mesa e agradecer a esta Casa pelo convite e a todo o público presente aqui. Gostaria de começar falando que eu também sou uma migrante e, coincidentemente, eu sou do Estado de São Paulo, nós da OIM Brasil temos aqui muitos parceiros que são do Estado de São Paulo e que vêm trabalhando junto aos migrantes e refugiados nessa luta pela garantia dos seus direitos humanos já há algum tempo. Então, é uma oportunidade e um prazer muito grande estar aqui hoje para poder fazer essa troca, esse compartilhamento. Como a ideia é de trocar um pouco das experiências, eu vou contar um pouco sobre o trabalho que temos realizado aqui em Roraima. Nós somos uma agência também para migrações de uma maneira geral, nós abrimos o nosso escritório de campo aqui em agosto de dois mil e dezessete e vimos trabalhando também na área do registro e documentação, especialmente, com residência temporária, na capacitação em gestão de abrigo e na articulação com a sociedade civil aqui em Boa Vista e também em Pacaraima, especialmente, nas áreas de inclusão laboral e assistência direta aos migrantes com os nossos parceiros, alguns dos quais presentes aqui, como o CMDH. Em dois mil e dezoito, a gente tem seguido com essas parcerias e também na produção de conhecimento, algumas pesquisas voltadas, principalmente, para as políticas públicas para os indígenas e também uma pesquisa que a gente vem realizando aqui no Brasil e já realizamos em outros países, chamada DTM, que busca conhecer um pouco mais do perfil e dos planos desses migrantes para poder apoiar o Governo brasileiro na construção de políticas públicas mais adequadas às suas expectativas. Para finalizar, eu trouxe aqui alguns números para a gente pensar de uma maneira um pouco mais global, porque, às vezes, a gente fica aqui no Estado de Roraima, em Boa Vista, muito localizada e não percebe a amplitude dessa questão que a gente está vivendo. Em dois mil e

dezessete, por exemplo, a Colômbia recebeu seiscentos mil venezuelanos, o Chile recebeu cento e vinte mil, a Argentina cinquenta e sete mil e o Equador trinta e nove mil, só para citar alguns países. Eu tenho certeza que o Brasil, um país de duzentos milhões de habitantes, tem um Estado forte, uma sociedade civil articulada e um povo solidário suficiente para receber e acolher esses quarenta mil irmãos venezuelanos que têm chegado aqui no país. Era essa a minha contribuição, muito obrigada.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Muito obrigado por sua fala. Neste momento, convidamos para se pronunciar, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Roraima, a Doutora Marlene Cantanhede.

A Doutora **Marlene Cantanhede** – Senhor Presidente, Deputado Carlos Bezerra, demais membros aqui da Mesa, Deputados aqui presentes, senhores e senhoras. Quero comunicar a vocês que a OAB Roraima, seccional Roraima, tem feito um trabalho intenso em relação à problemática toda que está envolvendo os migrantes que estão chegando em Roraima. Através da OAB Roraima, nós temos mandado Relatórios, feito cobranças aos órgãos estaduais e municipais, relatando toda esse sofrimento que o migrante tem passado aqui em nosso Estado. O nosso Presidente é incansável e tem levado também a Brasília, à nossa OAB federal todos os reclames que têm chegado em nossa seccional Roraima. Nós não estamos omissos e indiferentes ao sofrimento dos nossos irmãos venezuelanos. Gostaria também de dizer que Roraima é um Estado pequeno, um dos menores Estados da federação. Com relação aos empregos, não temos indústrias, vivemos dependendo do governo federal, do repasse que é feito para o nosso Estado. Há uma dificuldade, realmente, para que se encontre emprego aqui em Roraima, atualmente. Com relação à revalidação que o nobre Deputado falou, que já existe uma legislação no Estado de São Paulo, no meu conhecimento essa revalidação tem que ser feita, através do Ministério da Educação, a não ser que seja feita uma legislação estadual para que isso possa ser cumprido. É um processo longo, se você entrar com um pedido no Ministério da Educação, esse processo demanda muito tempo, a não ser que os nobres Deputados façam uma legislação estadual para que seja cumprida dentro do nosso Estado. Tive lendo que houve uma preferência dos migrantes para a Colômbia e hoje o número de venezuelanos na Colômbia estão mais, em torno de um milhão de venezuelanos que entraram na Colômbia, inclusive, eu escutei um pronunciamento do Presidente da Colômbia fechando as fronteiras e só deixando entrar quem tivesse uma capacitação profissional. Isso, eu acho que demanda mais ainda porque os nossos irmãos vêm para Roraima. Com relação também à eleição que ocorrerá no Brasil, nós teremos um fluxo maior de imigrantes chegando ao nosso Estado. Eu gostaria de fazer uma referência aos indígenas que aqui chegam, nós temos um órgão que se chama FUNAI(Fundação Nacional do Índio), e esse órgão não tem dado nenhuma assistência a esses indígenas que chegam, porque dentro da legislação indígena, o indígena, que é um povo nômade, não tem fronteira. Então, eles deveriam ter uma assistência também pela FUNAI aqui no nosso Estado para não ficarem abandonados à sua própria sorte, como a gente vê, por exemplo, crianças, mulheres indígenas nos sinais pedindo esmola, moedinhas, são crianças de sete, cinco, seis anos que a gente vê expostas, totalmente vulneráveis. Eu quero enfatizar, mais uma vez, que a OAB não está omissa. Está realmente vigilante. Os venezuelanos que quiserem fazer reclames podem fazê-los na OAB, obrigada.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Neste momento, franqueamos a palavra para o representante da Diocese de Roraima, Vigário Geral, Padre Gean Carlo da Los Pedale.

Padre **Gean Carlo da Los Pedale** – Eu queria, em nome de Dom Mário, que não pôde estar presente por motivos de compromissos fora da Diocese, saudar a Mesa e toda a Assembleia, e agradecer todas as contribuições aqui da Mesa, do Deputado, que veio de São Paulo, que veio acender as nossas esperanças, caso as autoridades competentes acatem as sugestões. Em Setembro de dois mil e dezesseis, quando nós acolhemos aqui em Roraima o novo Bispo, nós já apontávamos para ele, no momento da posse, o grande desafio emergente para a nossa Igreja e o nosso Estado são as migrações vindas da Venezuela. Ainda não imaginávamos que este fenômeno migratório fosse assumindo tamanha proporção. A Igreja junto à sociedade civil procurou organizar-se para dar uma resposta emergencial com campanhas várias. De início e, depois, procurando articula-se através das Pastorais Sociais, com todas as forças e entidades que se sensibilizaram diante do sofrimento dos migrantes e quiseram dar a própria ajuda na linha do voluntariado. Vários grupos também se organizaram por iniciativa própria, dando um bonito testemunho de solidariedade, que é de comover e amolecer os corações mais endurecidos, a emergência, porém, é emergência, não pode durar indefinidamente, ocorre uma intervenção institucional, como foi lembrado, já houve Seminários sobre o fenômeno com a participação dos próprios migrantes, mas, até hoje, não se conseguiu

fazer com que as instituições públicas cumpram com o seu papel de dar condições dignas aos refugiados que aqui chegam, como a Constituição manda. A Comissão da CNBB, que nos visitou nestes últimos dias, ficou tocada pela gravidade da situação e pelo descaso das instituições públicas. Na carta aberta, a sociedade civil se diz, entre outros: “a preocupação com a beleza das praças tem mais importância do que o cuidado à pessoa humana.” é de esfaquear o coração quando a gente se depara com cada caso, com cada drama que atinge hoje as famílias Venezuelanas. A diocese está dando um novo passo com a implantação da Pastoral do Imigrante para uma mais eficiente articulação de todas as forças eclesiais e da sociedade civil no acolhimento dos migrantes. Lamentamos a morosidade das instituições públicas em responder essa urgência. O nosso muito obrigado pela iniciativa desta Audiência, muito obrigado a todos que estão fazendo o possível para aliviar o sofrimento dos nossos irmãos venezuelanos, obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, Padre Carlos da Los Pedale, neste ato, representando o Bispo da Diocese de Roraima Dom Mário Antônio e todo o trabalho pastoral que é realizado por diversas paróquias da Diocese, como, por exemplo, o CMDH, cuja representante é a irmã Telma Lages. Lembramos mais uma vez que a realização desta Audiência Pública foi um pedido do serviço jesuíta a migrantes que enviou ofício a esta Comissão de Direitos Humanos solicitando, que ouvíssemos o Deputado Carlos Bezerra e algumas autoridades que, segundo o serviço jesuíta de migrantes, tem poder de atuação neste caso. Avisamos que, assim como foram registrados os telefones e e-mails, nós vamos destinar os questionamentos e sugestões aqui apresentado para as autoridades que foram citadas para, assim, termos os encaminhamentos da devida resposta, representando o povo venezuelano. Gostaríamos de convidar, neste momento, para fazer uso da fala a senhora Alba Gonzales que se encontra nesta Mesa de trabalhos.

A Senhora **Alba Gonzales** – Boa-tarde. Eu sou Alba, venezuelana, obrigada pelo convite, não vou aprofundar na realidade do meu país porque todos a conhecem, é verdade sim que tem famílias catando no lixo para sobreviver, tem um povo que perdeu a esperança e veio caminhando e, a cada passo, se desumanizando até chegar em Boa Vista onde vem com ideia do sonho americano de encontrar no solo brasileiro a esperança que perderam. Hoje, como é um dia de experiências positivas, vou falar da nossa experiência no nosso Centro de Acolhimento que foi criado pela organização que eu represento, a Fraternidade sem Fronteiras. Nosso Centro de Acolhimento tem duas questões importantes que vou ressaltar, foi totalmente construído por venezuelanos, as Mesas, o Teto, onde eles moram, dormem, comem, tudo foi feito por eles e é gerido por eles. Lá nós somos uma comunidade que vive em harmonia e em paz. Lá as pessoas tentam recuperar a sua cultura e a sua dignidade. Isso deixa claro que nós somos capazes sim de dar uma experiência positiva ao Brasil. Não só de pedir ao Brasil, mas também de dar, o que nós somos capazes, nossos talentos, nossas capacidades. O segundo que eu tenho percebido é que nada foi feito só, foi o povo brasileiro solidário que apoiou. Nós ganhamos cinquenta por cento de desconto na madeira no Centro de Acolhimento, vinte por cento de desconto nas telhas, pessoas, que foram fazer a terraplanagem gratuitamente, doaram os postes. O povo brasileiro tem apoiado o Centro de Acolhimento e todos os projetos da Fraternidade sem Fronteiras, sem pedir nada. É uma corrente do bem que tem se despertado no Brasil e que tem demonstrado que o Brasil é capaz de acolher sim. Agora eu vou falar para o meu povo que está aí, nós somos embaixadores da Venezuela. Estou segura que vamos deixar nosso nome no país em alto, somos guerreiros e confiamos que vamos ter êxito.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, senhora Alba, agradecemos a presença de todos, agradeço de coração a presença da Deputada Lenir Rodrigues, que conosco esteve desde o início, suspendeu toda a sua agenda só para estar aqui no dia de hoje Deputada, muito obrigado, estamos juntos nessa luta, pois a gente sabe que a senhora é parceira como em tantas outras batalhas que já vivemos. Convido, neste momento, para que as autoridades, cumprido o protocolo estabelecido pelo ofício do Serviço Jesuíta a Migrantes, fizeram o pedido desta Audiência Pública, na pessoa do Cleyton, a quem a gente também agradece e se coloca à disposição para sempre continuar dialogando, conversando todas as vezes que forem necessárias. Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Audiência Pública e convido as autoridades da Mesa para o registro oficial.

Evangelista Siqueira
 Presidente da Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE “A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS EM ALTA VULNERABILIDADE NO ESTADO DE RORAIMA” REALIZADA NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2017

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas e cinco minutos, no Plenário Valério Magalhães (Plenarinho), desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa, solicitada pelo Serviço Jesuíta a Migrantes, por meio do Ofício nº 100/2017-SJM/RR, datado de 02 de outubro de 2017, na pessoa do seu Coordenador, o Senhor Cleyton Soares Abreu, para discutir sobre “A situação dos Venezuelanos em alta vulnerabilidade no Estado de Roraima”. Presidiu a Audiência Pública o Senhor Deputado Evangelista Siqueira. Por determinação do Presidente, esta Ata será transcrita na íntegra.

ABERTURA:

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Olá, amigos e amigas e vocês que me acompanham pela TV Assembleia, falamos aqui do Plenarinho da Assembleia Legislativa, vamos iniciar, neste momento, uma Audiência Pública para tratar sobre a imigração venezuelana no Estado de Roraima. Gostaria de agradecer a sua presença neste momento e a todos e a todas que se encontram neste auditório, sejam bem-vindos. Esta é uma Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa desta Casa Parlamentar, que está sempre aberta para acolher as demandas da sociedade no tocante a qualquer ferimento aos direitos humanos no âmbito estadual. Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, eu declaro aberta esta Audiência Pública, solicitada pelo Serviço Jesuíta a Imigrantes com o objetivo de discutir a situação dos venezuelanos em alta vulnerabilidade no Estado de Roraima. Neste momento, convido para compor a mesa nesta tarde o senhor Hérick Feijó, representando a Casa Civil do Governo do Estado de Roraima; Dr. Miguel de Almeida Lima, representante da Procuradoria da República; Drª Joselane Girão, representante do Ministério Público do Trabalho; Dr. Alan Robson Alexandrino, Superintendente em exercício da Polícia Federal; o senhor Cleyton Soares de Abreu, Coordenador do Serviço Jesuíta a Imigrantes – SJM; o senhor Pablo Matos, Chefe do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas; Dr. Hélio Abozaglo Elias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Queremos, neste momento, registrar e agradecer a presença do senhor Fredy Omar Antônio Viana Tovar, Representante da Asociación de Venezolanos em Brazil; irmã Telma Lage, Coordenadora do Centro de Imigrações e Direitos Humanos - CMDH; Pe. Jesus Lopes Fernandez de Bobadilha, Coordenador do Centro Pastoral de Migrante em Pacaraima; irmã Clara, Coordenadora da Fraternidade Federação Humanitária Internacional - Missão Roraima; o Senhor Ronildo Rodrigues dos Santos, Representante do Escritório do Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH; Antónion Ronilson Braga de Sousa SJ, Coordenador da Pastoral Universitária; ainda registrando a presença do Bispo de Santa Helena de Úairen, o Senhor Felipe Gonzales. Tenente Emerson Gouveia, neste ato, representando o Corpo de Bombeiro do Estado de Roraima. Queremos ressaltar que foram convidados a Prefeitura de Boa Vista e o Ministério Público Estadual, mas, até o momento, as referidas Instituições não compareceram e não registraram o motivo de seus não comparecimentos. Convidamos todos para, neste momento, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado de Roraima. Gostaria de agradecer a todos que se encontram neste Plenário, sobretudo, você que nos acompanha pela TV Assembleia, lembrando que eu já fui procurado no início desta Audiência Pública por algumas pessoas que desejam discutir demais temas, que também são relevantes e referentes a alguma situação que envolva direitos humanos. De antemão, quero declarar, que nossa Comissão acolhe toda e qualquer demanda que chegar, seja ela referente a essa temática dos direitos humanos e que, necessariamente, nós deveríamos nos encontrar, ouvir, dialogar e depois interferir sobre o tema. Esta Audiência Pública, a pedido do Serviço Jesuíta a Migrante, é específica para tratar da situação dos venezuelanos que se encontram em alta vulnerabilidade no Estado de Roraima, outros temas que, por ventura, surjam, estejam aqui, eles também podem ser contemplados por esta Comissão no devido tempo, quando deliberado por ela, e a gente encaminha com toda certeza. Convidamos algumas pessoas, algumas Entidades que foram designadas pelo Serviço Jesuíta a Migrantes, que fez o pedido desta Audiência Pública, na pessoa do Senhor Cleyton Soares Abreu, lembrando que já realizamos uma primeira Audiência Pública aqui nesta Casa Legislativa pra discutir essa temática no ano de 2016, ouvimos naquele período o município de Pacaraima, que é a porta de entrada para o nosso estado pelo caminho da Venezuela. Foi relatado pela Prefeitura, por órgãos, como a Igreja Católica, as dificuldades encontradas naquele Município a

crescente demanda por saúde e educação na cidade, em Boa Vista e de modo geral no Estado de Roraima. Depois daquela Audiência Pública, foram formados alguns encaminhamentos e designados ao Governo do Estado, à Prefeitura de Boa Vista, e algumas ações foram realizadas, mas, transcorrido o espaço de tempo de um ano, como está a situação dos venezuelanos em Roraima? Como se encontram os dados, os números? Em que situação eles vivem? O que foi feito pelo Poder Legislativo, Municipal e Estadual e, principalmente, pelo Poder Federal, a quem cabe grande demanda, grande parte por Roraima ser área de fronteira? O que é preciso e necessário ser feito para que esta situação, esta problemática seja amenizada e o problema solucionado? Nós sabemos que não é tão fácil quanto parece falando, porque exigem ações coordenadas em cadeias em todas as esferas e instituições que têm poder de atuação, mas a Assembleia Legislativa, ao propor mais uma vez em trazer esse tema à discussão, mostra sua preocupação para que o problema seja resolvido, para que possamos dialogar sobre ele. Sabemos que a xenofobia, infelizmente, é muito grande, nós sabemos que, infelizmente, o senso comum manda todo mundo embora, fecha-se a fronteira do país, não recebamos mais ninguém, mas, muitas vezes, esquecemos que Roraima, na sua essência, na sua maioria é formada por imigrantes, o Brasil, na sua essência, é formado por imigrantes, que o Brasil faz parte de tratados internacionais que o impedem de fazer isso. Então, o problema é mais profundo, a discussão exige ainda mais um poder de conhecimento muito maior e de sensibilização de todo mundo, por todos nós, porque nós estamos falando de vidas humanas, pessoas que estão buscando alternativas para a sua vida em outros lugares. Pessoas que estão fugindo, por exemplo, da fome, da falta de saúde e de perspectiva de emprego; famílias, pessoas, por exemplo, que não têm o que fazer para almoçar, jantar, mas a situação em que se encontram em Boa Vista, transitando pelas ruas, se alojando em determinados locais, fazendo suas necessidades de céu aberto, sem a menor salubridade, também é algo que preocupa o Poder Público brasileiro, o Poder Público Estadual e a Assembleia Legislativa. Por isso, nós estamos mais uma vez aqui, levantando a temática e para fazer alguns encaminhamentos que são necessários para que nós possamos encaminhar, tentar amenizar e também resolver a situação. Gostaria de, neste momento, registrar a presença do Excelentíssimo Vereador da Câmara Municipal de Boa Vista, o professor Linoberg, ao qual, eu peço ao Cerimonial que propicie a sua estadia dentro, mais próximo a esta Bancada, ao qual, desde de já, designo direito à fala neste Plenário. Neste momento, passo a fala para o senhor Cleyton Soares de Abreu, coordenador do Serviço Jesuíta a Migrantes, para as suas considerações, uma vez que foi o senhor quem solicitou esta Audiência Pública, através da sua instituição para contextualização do tema, lhe designo dez minutos, e aí também queria pedir a compreensão dos demais que, daqui pra frente, vão se manifestar, quanto mais pessoas puderem falar nós agradecemos, mas, para isso, precisamos do rigor ao tempo e eu tentarei fazer da melhor maneira possível, mas, para o senhor, designo o tempo de dez minutos, que o senhor pode usar da bancada ou do púlpito, a sua escolha.

Senhor **Cleyton Soares Abreu** - Bom-dia a todos! É com imensa satisfação que eu me dirijo ao Deputado Evangelista Siqueira, especialmente, pela acolhida da sociedade civil deste ofício, mostrando a importância de acolher esse tema no âmbito do legislativo. E também é com muita felicidade que vejo a sociedade civil aqui reunida, tentando, de certa forma, fazer o seu papel de pressionar politicamente aqueles que devem fazer algum tipo de alteração na legislação e na política pública por excelência para a acolhida desses imigrantes com uma melhor regularização. Para uma contextualização geral, eu não gosto de ficar tomando muito a palavra, eu também concordo com o Deputado quando diz que essa fala tem que ser dividida. Então, eu vou para uma breve consideração geral e, no final, eu faço cinco recomendações depois da fala de todos aqui. O Serviço Jesuíta a Migrantes é uma instituição no âmbito da Companhia de Jesus, que nasceu há cerca de cinquenta anos e hoje está em cerca de cinquenta países também. Essa instituição tem o dever de acolher, defender e promover o direito ao migrante a ser acolhido em terras diferentes da que ele nasceu, no princípio dá uma só comunidade humana. Através disso, vimos a necessidade de um serviço mais local, aqui na região de Roraima, especialmente em Boa Vista para um atendimento, uma primeira visualização de qual é a situação em que se encontram aqueles migrantes que chegam da Venezuela, sejam eles venezuelanos ou não, nosso serviço tem pouco tempo aqui, cerca de três meses, resulta do que normalmente as pessoas chamam de crise. Este fluxo migratório que vem da Venezuela é anterior, muitos dos atores que estão aqui estavam antes de mim, antes do serviço jesuíta. Então, eu gostaria que vocês relevassem qualquer erro que eu cometer aqui nessa contextualização. A Venezuela passa por uma situação de crise, isso é evidente, e essa crise leva a violência, essa violência não precisa ser uma violência policial, mas uma violência contra os direitos

humanos, como, por exemplo, o direito à alimentação, o direito à saúde, o direito a uma habitação. Essas pessoas que viveram durante toda a vida na Venezuela ou parte da vida se viram impelidas a saírem de sua terra, muitas vezes uma terra que era de seus antepassados há séculos, como é o caso das comunidades indígenas, especialmente, os Warao. E aqui vejo a irmã Clara, que tem um *know-how* maior nessa questão para tratar especificamente com esse público, e essa população vem sendo violentada em seu direito, transita para cá ou outros países. Existe uma verdadeira diáspora acontecendo na Venezuela e alguns chegam ao Brasil. Esses que chegam ao Brasil por terra, passam por Pacaraima, na fronteira, alguns ficam lá e a situação de alguns em Pacaraima não era das melhores. Alguns dias atrás, a situação de vulnerabilidade era imensa e, recentemente, houve a abertura de um Centro de Acolhida, onde a comunidade indígena tem um espaço para convivência. Essa acolhida, durante muitos meses foi a única entidade que fez alguma coisa ali, não foi o Poder Público, mas a Igreja Católica, na pessoa do padre Jesus, que aqui está, que acolheu em detrimento da grande xenofobia que existia lá. Além disso, alguns continuam até a cidade de Boa Vista, onde enfrentam também outras violências, e aí, eu posso falar um pouco melhor, porque é a minha região de atuação. Aqui em Boa Vista, os imigrantes vêm, chegam e tentam fazer a sua regularização migratória, o atendimento que é limitado e a sociedade civil também é limitada, por isso, nós chamamos alguns voluntários pra trabalhar conosco e todos estão estafados pelo grande trabalho que temos por parte da sociedade civil nessa regularização migratória, ainda assim, apesar da grande dedicação neste ponto, existem outros pontos que estão sendo deixados de lado, porque nós não temos muito braço pra alcançar, como a inserção laboral, a maioria dos imigrantes hoje, dos recentes que estão em Boa Vista encontram-se ou desempregados ou numa situação de subemprego. E esse ponto da inserção laboral do trabalho decente é um dos pontos que eu gostaria de trazer aqui. Além disso, outras violências em cima de outras violências, especialmente com crianças e mulheres, as mulheres acabam, por vezes, tendo que se prostituir para conseguir ter algum alimento, e isso não é exclusivo das mulheres, apesar de serem as que mais aparecem na mídia e tudo mais, é o que mais chama a atenção, além disso crianças também, já houve diversos casos de abusos dessas crianças, afastamento de escolas e pouca proteção. O que temos aqui no Estado, em regra, é uma atuação incisiva, ativa da sociedade civil, enquanto o Poder Público age de forma discreta. É, mais ou menos, isso que eu gostaria de falar, trazer esses pontos para a orientação da Mesa e continuar a fala a partir daqui. Eu queria agradecer, mais uma vez, ao Deputado Evangelista e a toda a sociedade civil que está aqui, que também terá o seu tempo de fala, muito obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Convidamos, neste momento, para fazer uso da palavra o Senhor **Érick Feijó**, representando o chefe da Casa Civil, falando em nome do Governo do Estado. O senhor tem o tempo de até cinco minutos.

O Senhor **Érick Feijó** - Boa-tarde a todos, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o excelentíssimo Deputado Evangelista Siqueira pela convocação desta Audiência Pública e pela preocupação com essa situação tão deplorável e sensível por que passamos em nosso Estado. Em nome dele, cumprimento todos da Bancada para ser o mais breve possível e, com altivez, reiterando as palavras do colega que me antecedeu. Eu vejo com bastante alegria a participação da sociedade civil e de todos os cidadãos aqui presentes neste dia tão importante para a nossa sociedade. Eu gostaria falar, como representante do Governo, que, apesar de, às vezes, transparecer uma omissão sistemática, eu, particularmente, participo de algumas reuniões junto com a Agência das Nações Unidas para refugiados. Conheço alguns colegas que estão aqui na Bancada e outras pessoas que fazem frente a fraternidade e fazem parte da organização da sociedade civil, assim como os representantes da Defesa Civil, que é uma das organizações estatais mais presentes que realizam ações do Executivo junto aos Venezuelanos. Realmente, há uma necessidade de uma harmonização e integração muito maior nos órgãos públicos. Eu posso dizer, de maneira categórica, que o Governo do Estado de Roraima tomou a frente disso como ente estatal. Eu não vejo, de plano, nenhuma atuação muito efetiva do Governo Federal e muito menos do Municipal. Então, junto com a organização da sociedade civil, em oitenta por cento, o Governo do Estado vem atuando naquilo que é possível. Nós sabemos que tem limitações legais, burocráticas, principalmente orçamentárias, eu costumo dizer que nenhum Estado brasileiro talvez estaria preparado para receber esse fluxo migratório, hoje com um fluxo muito considerável, só para ressaltar, apesar de ainda transparecer que há pouca efetividade por parte dos entes estatais, o Governo do Estado de Roraima tem consignado várias matrículas de crianças e adolescentes na Rede Pública Estadual, tem feito vários atendimentos no âmbito da saúde, e isso, para que fique bastante claro, requer uma capacidade orçamentária gigantesca e há um esforço muito grande para que isso seja executado, mas é importante deixar

isso consignado. Hoje nós temos dois abrigos no Estado de Roraima, na verdade, são três, tem um em Pacaraima recém-inaugurado, mas os dois são mantidos principalmente pelas organizações da sociedade civil, em conjunto e coordenação da Defesa Civil com o Corpo de Bombeiros, com várias atuações da CAER (Companhia de Águas e Esgotos de Roraima), ITERAIMA e outros órgãos estatais que, de maneira quase que integral, disponibilizam agentes públicos para estarem naquela área. O que é importante deixar consignado é que, apesar de nossas limitações, principalmente legais, burocráticas e principalmente orçamentárias, o Governo do Estado de Roraima não tem medido esforços para fazer frente a esse fluxo migratório, ajudando naquilo que é possível e propondo algumas medidas que possam suavizar essa situação, considerando, evidentemente, aquilo que é permitido, tentando cumprir na sua máxima efetividade a Constituição da República e a Constituição do Estado de Roraima, obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Convidamos para fazer uso da palavra o Doutor Miguel de Almeida Lima, representante da Procuradoria da República.

O Doutor **Miguel de Almeida** - Boa-tarde a todos, boa tarde ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira, na pessoa no qual, eu cumprimento aos demais membros da Mesa, agradecendo a oportunidade. Eu queria fazer algumas observações rápidas: em primeiro lugar, a crise na Venezuela é uma situação notória, não requer muito contato, mas, às vezes, a gente esquece de que o Brasil não é o lugar preferido dos venezuelanos, só vem para cá quem não conseguir ir para outro lugar, as informações que nós temos das Agências da ONU (Organização das Nações Unidas) é que aqui é o quinto destino, quem não conseguiu ir para uma série de atividades acaba vindo para o Brasil. Então, não há uma invasão de venezuelanos o que está acontecendo aqui, por outro lado, a gente tem uma visibilidade muito grande de pessoas na rua porque Boa Vista não tinha essa questão, eu cheguei aqui em dois mil e quinze e fiquei positivamente surpreso porque era uma cidade muito arrumada, muito limpa, e de lá para cá, a gente vê muita gente na rua, mas existe um grande quantitativo de venezuelanos que não estão na rua. Então, existe muita gente que conseguiu trabalho e que está reconstruindo a sua vida aqui no Brasil. O ponto que eu estou querendo levantar é que existem venezuelanos que estão se integrando na sociedade brasileira e existem outros que estão com dificuldades, e existem ainda entre aqueles que estão com dificuldades, precisando separar entre os indígenas e os não indígenas que têm realidades bem diferentes. Então, é preciso ter em mente que não é uma situação só, são várias situações que precisam de atendimentos específicos, porque vai funcionar para um grupo e não vai funcionar para outro, há pessoas com uma formação muito grande que terão oportunidade, e outras pessoas com formações menores que terão outras oportunidades, existe ainda o caso dos indígenas que requer uma atenção toda especial. Nesse ponto é preciso haver uma atuação muito refletida e planejada de todos os entes da federação para aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade, que é o objeto desta Audiência Pública. A nossa visão em relação ao Ministério Público Federal é de que a ênfase tem de ser em um serviço de assistência social e não, como às vezes tem acontecido, ter uma visão de segurança pública. Naturalmente, em um universo de milhares de imigrantes terá alguns que serão criminosos, assim como acontece com a sociedade brasileira, mas, a maior parte das pessoas não é, são pessoas que, muitas vezes, estão em um alto risco social, estão na rua ou desempregados tentando dar um jeito de sobreviver, isso é um caso de assistência social dar um apoio para a pessoa se reestruturar e conseguir retomar a sua vida. São pessoas que trabalhavam na Venezuela, que estudavam, precisaram ir embora para não morrer de fome, e aqui estão em uma outra sociedade, mas sem uma casa, sem laços de amizade, laços profissionais, laços de educação. Então precisam reconstruir esses laços para que possam retomar as suas vidas e contribuir com a sociedade brasileira, isso é uma função da Assistência Social e não uma função da polícia. não estou desmerecendo a polícia, nem a civil nem a militar, nem a Federal e nem a Rodoviária, mas a visão que tem que ser dada nessa questão da imigração eu repito, tem que ser uma visão de assistência e não uma função da polícia, tem que ser de assistência e não de segurança, eventualmente em uma situação específica será uma situação de segurança, porque, às vezes, terá uma pessoa que cometerá um crime, então você atuará em cima daquela pessoa e não em cima da coletividade. Esse é um ponto que achamos importante. Com relação à atuação do Poder Público é uma atuação bem delicada, porque ela exige coordenação da União, do Estado e dos Municípios, é a natureza do atendimento da Assistência Social, a atuação coordenada nesse ponto, a agente reconhece que de fato o Estado de Roraima, dentre os entes, tem sido talvez mais atuante, embora com uma série de falhas, uma série de coisas que precisam melhorar e que precisam ser feitas, além do mais, de fato, é um ente que tem sido mais atuante.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Um minuto.

O Doutor **Miguel de Almeida** - A gente está cobrando no âmbito do MPF (Ministério Público Federal) para cobrar uma atuação do Município e também da União, temos ações, temos recomendações, temos uma tentativa de diálogo com a União no sentido que ela dê aporte financeiro para o correspondente no atendimento à educação, à saúde para que ela exerça a sua atividade na coordenação, porque esse problema não é específico de Roraima, tem uma quantidade razoável de imigrantes que foram para o Amazonas, já temos notícias de imigrantes também no Pará, não é uma questão só de Roraima é uma questão nacional. E como questão nacional, precisa ter uma coordenação e um apoio na questão da União, e a gente tem tentado fazer isso funcionar, ainda não está do jeito que gostaríamos, mas vamos continuar trabalhando nesse sentido. São essas as considerações que eu queria fazer. Obrigado e desejo a todos um excelente trabalho.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, Doutor Miguel, por suas colocações, gostaria de registrar a presença do Padre Carlos Caripá, Pároco de Santa Helena do Hairem, e Padre Eleazá Maior, Pároco de Quadiem na Venezuela, sejam bem-vindos à nossa Audiência Pública. Eu passo a palavra, neste momento, ao Senhor Alan Robson Alexandrino, Superintendente em Exercício da Polícia Federal em Roraima, também com o tempo de até cinco minutos.

O Senhor **Alan Robson Alexandrino** - Muito boa tarde a todos, eu represento aqui a Polícia Federal, que tem um papel na questão do fluxo migratório, na questão do fenômeno migratório venezuelano de primeiro atendimento. Nós fornecemos esse primeiro atendimento ao cidadão migrante, seja na delegacia de Pacaraima, seja na nossa unidade aqui na Capital, na Superintendência de Polícia Federal e temos atendido hoje aproximadamente duzentos imigrantes, em sua maioria venezuelanos e documentado esses imigrantes. Primeiramente, esses imigrantes buscavam a Polícia Federal apenas com o intuito do refúgio, era o único meio de regularização que o imigrante venezuelano, falando da questão do fluxo migratório, buscava; compreendendo que seria ou não o intuito correto, era dado esse atendimento. O refúgio não exige muitos requisitos, sem documentação, sem qualquer burocracia, o imigrante saía da Polícia Federal com o protocolo de refúgio e assim poderia exercer os atos da vida civil. O Governo Federal, através da Resolução cento e vinte e seis do CENIG, em março de dois mil e dezessete, propôs um outro meio de regularização no Brasil que é o instituto da residência temporária. Hoje, nós trabalhamos na Polícia Federal também com a regularização, através da residência temporária, há uma lista de requisitos na Resolução cento e vinte e seis no CENIG, alguns documentos que devem ser apresentados. O imigrante sai da Polícia Federal hoje regularizado com um protocolo de residência temporária, depois ele vai obter uma carteira de identidade de imigrante que ele está no Brasil podendo exercer os atos da vida civil, podendo estudar, podendo trabalhar, os seus filhos irem a uma escola, abrir uma conta em um banco. Então, a Polícia Federal tem sido um local de regularização. Até dezembro de dois mil e dezesseis, em paralelo à questão da regularização, a Polícia Federal fazia a deportação, nós íamos às ruas, principalmente por uma demanda da sociedade local, e quem não buscava essa regularização era levado e, forçosamente, com ônibus, com transporte da Polícia Federal até Santa Helena de Uairem em uma ação louvável do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União. O Judiciário deferiu uma medida para que cessassem essas deportações imediatas de forma que hoje os imigrantes irregulares são deportados, mas através de um processo em que são garantidos o contraditório e ampla defesa, e dado um prazo. E, agora, com a nova Lei de imigrações que entrará em vigor em poucos dias, esse imigrante documentado tem oportunidade, inclusive de se regularizar, o que não era possível na Lei anterior. Então, estamos trabalhando com a questão da segurança, estamos regularizando pessoas com a preocupação de consulta aos sistemas, consulta ao Banco de Dados, à Polícia Federal, todo imigrante regularizado passou por uma pesquisa, passou por um processo de identificação, passou por um processo de coleta de dados, de documentos. A sociedade precisa saber que todos que estão ali, que passaram pela Polícia Federal passaram por esse filtro, por consulta de dados internacionais, Banco de Dados da Interpol. Há um meio de segurança, e aliado à questão da segurança, há a questão dos Direitos Humanos e, em uma ação inovadora, aqui eu vejo vários atores que trabalham diariamente na Polícia Federal em uma ação que deve ser copiada em todo o Brasil, que vem sendo propagada em todo o Brasil. Nós temos trabalhado dentro da Polícia Federal com organizações não governamentais, e aqui eu vejo os voluntários, religiosos, jesuítas, essas pessoas são um aprendizado para nós, nós com a "dureza policial", com a arma na cintura, estamos aprendendo muito com esses voluntários que trabalham ali para dar dignidade a essas pessoas, essas pessoas chegam, às vezes, o imigrante chega na polícia e não sabe o que

quer, ele quer dignidade, ele quer exercer os seus atos da vida civil. E, ali, com esses voluntários, é dado esse primeiro atendimento: preenchimento de formulário, tira foto, identifica vulnerabilidades, e ali são identificadas crianças desacompanhadas e dado o devido encaminhamento ao Judiciário, ao Conselho Tutelar; identificada a vulnerabilidade de pessoas exploradas por trabalho, por exploração sexual, isso gera investigações, tem gerado trabalhos policiais a gente tem trabalhado aliando a segurança, aliando a concessão de Direitos Humanos, a concessão de dignidade às pessoas para que esses imigrantes possam sair da Polícia Federal no mesmo dia, ou recebendo o protocolo no dia seguinte ou em dois dias para poder exercer os atos da vida civil seja em Boa Vista ou em qualquer lugar do Brasil, porque, com Protocolo de Refúgio ou de Residência Temporária, ele pode trabalhar, tirar uma carteira de trabalho, retirar um CPF, abrir a sua conta, obter um emprego, obter o acesso ao Sistema Único de Saúde, que independe dessa documentação. Mas a gente sabe que a documentação é fundamental para que ele chegue em qualquer lugar. E eu peço a colaboração da sociedade civil aqui presente, que confie na Polícia Federal, que a gente tem investigações em curso para descobrir explorações. O que nós temos aqui é uma situação de vulnerabilidade como já foi dito aqui, aproveitada não por venezuelanos, mas por brasileiros que pagam valores ínfimos que exploram essa situação de vulnerabilidade com o trabalho por pagamento de vinte reais o dia todo, trabalho o dia todo apenas pela alimentação. Então, eu peço que confiem na Polícia Federal, levem essas informações, nós estamos abertos à sociedade civil para que nos comunique essas violações para que insturemos investigações e apuremos como já foi feito nas operações neste ano, Operação A Sombra, que houve ali nos prostíbulos que têm no Caimbé, onde houve prisões em flagrantes de efetiva exploração de mulheres e crianças venezuelanas aqui no Brasil, se aproveitando dessa situação de vulnerabilidade. Eu agradeço pela Polícia Federal, agradeço a presença e estamos abertos a todos, muito obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, Doutor Alan, pelas suas palavras, convido, neste momento, para fazer uso da fala o Doutor Hélio Ablosago Elias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB(Ordem dos Advogados do Brasil).

O Doutor **Hélio Ablosago Elias** - Boa-tarde a todos, cumprimento o Deputado Evangelista, na pessoa do qual, eu me estendo a todas as autoridades da Mesa. Nós da OAB estamos preocupados cem por cento com a violência, e atualmente a violência maior em Roraima é a Imigração venezuelana, porque nós detectamos qualquer pessoa que ande em especial na cidade de Boa Vista e notamos que: nos cantos de ruas, nos sinais de trânsito, nas loterias, nas portas dos bancos, nas feiras têm crianças, tem índias que, de um modo geral, são venezuelanos. Isso nos preocupa bastante, infelizmente, nós da OAB podemos fazer pouco, não temos muito o que fazer além de orientar esses venezuelanos que nos procuram no sentido da documentação, encaminhá-los à Polícia Federal, fazer alguns contatos com as autoridades, mas é pouco. Quem, realmente, pode fazer é a União, o Estado e o Município, assim nós fazemos contatos com as várias autoridades no sentido de conseguir que a União se sensibilize, assim com o Estado e, principalmente, a Prefeitura de Boa Vista e, assim, minore a situação dos venezuelanos. Também temos que ver a situação dos brasileiros, dos nossos roraimenses, que também estão em situação difícil, antes dos venezuelanos virem aqui já tinha o problema da falta de emprego, o desemprego já estava ruim para os brasileiros, e agora, com a vinda dos venezuelanos, piorou. Então, não se pode bloquear a entrada desses venezuelanos, mas nós temos que ter uma atenção especial para que sejam atendidos tanto os venezuelanos quanto os brasileiros, a preocupação da OAB também é nesse sentido e acompanhar de perto, ver o que as autoridades estão fazendo e o que a gente pode fazer a mais. É isso que nós tínhamos a dizer.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, por suas palavras Doutor Hélio, convido, neste momento, para fazer uso da palavra o senhor Pablo Matos, Chefe do Escritório do Alto-comissariado das Nações Unidas.

O Senhor **Pablo Matos** - Boa tarde a todos e a todas, gostaria primeiramente, saudar todos aqui presentes, na pessoa do Deputado Evangelista Siqueira e o meu querido Cleyton por ter solicitado essa importante Audiência Pública. Agradeço, portanto o espaço e a oportunidade de falar aos meus colegas das outras agências da ONU (Organização das Nações Unidas), em especial, a (inaudível) que está aqui presente, e um agradecimento especial ao povo de Roraima, à sociedade civil que tão bem tem acolhido e tomado medidas ao acolhimento dos imigrantes refugiados venezuelanos que aqui se encontram. Nesse sentido, eu não poderia deixar de citar o meu querido Padre Jesus, a irmã Telma, a irmã Clara e a professora Júlia da Universidade Federal aqui presente. O papel primordial do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para

os Refugiados) agente humanitário é salvar vidas e, nesse sentido, criar um ambiente favorável tanto para a comunidade deslocada, ou seja, os venezuelanos que aqui chegam, quanto para a comunidade acolhida, ou seja, os brasileiros que aqui estão. Nesse sentido, eu não poderia deixar de citar os perfis vulneráveis que aqui chegam, em especial, mulheres, crianças, indígenas e idosos, porém isso coloca, sim, um desafio ao Estado. Roraima tem uma particularidade que é tanto uma porta de entrada quanto um destino para essas pessoas. Isso sim impõe um desafio, porém eu não posso deixar de citar os perfis muito qualificados das pessoas que aqui chegam, pessoas jovens, com um bom nível de educação que podem sim contribuir, e muito, para o crescimento não só da região quanto do nosso país, portanto reconhecemos sim os desafios desse fluxo, mas eu gostaria de salientar as oportunidades que podem advir desse fenômeno, como já se viu, a experiência mostra em outros lugares do mundo. Além disso, eu gostaria de destacar então o trabalho que o Senhor tem feito junto ao Estado brasileiro, acompanhado de outras ações, organismos internacionais e a sociedade civil, sobretudo em ações de registro e identificação dessas pessoas em parceria com a Polícia Federal que tem feito um trabalho exemplar aqui na região, que é um exemplo para todo o Brasil, ações de abrigamento, ações de integração e atenção a esses perfis mais vulneráveis, entendemos que a responsabilidade, neste caso é compartilhada entre todos os entes do Estado brasileiro, ou seja, em nível federal, Estadual e Municipal, e claro, também junto com os organismos internacionais e sociedade civil. Em termos de ações imediatas, entendemos que seria muito positivo a criação de um fórum permanente de discussão para este fenômeno, como já aconteceu em alguns meses atrás a criação de um Gabinete integrado, entendendo, sim, que seria uma ação positiva a criação de um fórum permanente para discussão. E não podemos deixar de citar também, que entendemos como positivas, que sejam desencadeadas ações de interiorização dessa população. Aí eu destaco que as duas populações, no caso a indígena e não indígena, podem sim seguir fluxos diferentes de interiorização. Para os indígenas, eles já têm seguido o fluxo Roraima, Amazonas e Pará; para os outros não indígenas, seria adequado que sejam interiorizados para os outros Estados da Federação, em especial, os que são os grandes centros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e os Estados do Sul. Por fim, o ACNUR entende primordial que sejam observados alguns princípios básicos que o Estado brasileiro reafirmou perante a comunidade internacional e na própria legislação nacional. Quando eu digo isso, eu me refiro, em especial, ao princípio da não devolução, que essas pessoas não sejam devolvidas para o Estado, onde a sua vida corre perigo e também o princípio do acesso universal ao pedido de refúgio, é quando a pessoa, chegando até a fronteira, tenha sim a possibilidade de fazer o seu pedido de refúgio ou regularização migratória. Por fim, eu saliento que os “olhos” do mundo apontam para Roraima, neste momento, somos testemunhas e artífices dessa história, e o que fazemos hoje será lido nos livros de história para a posteridade, muito obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, senhor Pablo, pelas suas palavras, por reafirmar e também sugerir ações tão importantes. Eu gostaria de registrar que quem deseja fazer algum encaminhamento de pergunta, solicitação também, nós temos uma outra maneira para quem não quiser se manifestar, através do microfone, nossa equipe está espalhando formulários específicos, no qual você pode se identificar, preencher e encaminhar para a Mesa, que nós faremos a designação de quem foi indicado para aquele questionamento ou aquela contribuição. Gostaria de, neste momento, passar a palavra a Sua Excelência o Vereador do Município de Boa Vista, professor Linoberg Almeida.

O Professor **Linoberg Almeida** - Boa-tarde, Evangelista, eu Juro que não vim para fazer uso da palavra, eu vim como espectador, e espectador que acompanha o seu esforço de fazer com que essa temática seja debatida com a sociedade local. Eu queria estender a Dolane, que eu estou vendo aqui, e a todos que se dispõem a trabalhar com a temática que, para as pessoas que estão dentro desse espaço, é um tema importante a ser debatido, mas, às vezes, a gente tem o desafio de convencer quem está fora da Assembleia hoje de que as pessoas de Boa Vista entendam que existe um assunto que precisa ser discutido com mais intensidade, sem o medo, sem o desrespeito e sem a xenofobia que tem sido construída diariamente. Eu acho legal também a gente lembrar que, em tempos de conservadorismo nefasto que a gente está vivendo trazer para uma Assembleia, mesmo que seja em um Plenarinho, é emocionante ver gente reunida, que seja capaz de pensar em novos rumos. E pensar em novos rumos que eduquem uma sociedade para tempos de oportunidades. Me cansa um pouco a gente insistir, a gente usar demais a palavra “crise”, vamos reforçar o que tem na cabeça das pessoas de que é um problema que não tem solução e que você tem que jogá-lo para debaixo do tapete, especialmente, em uma cidade que tem se esforçado para higienizar, a gente tem se esforçado para tirar da frente da gente para esconder, empurrar

para o Píntolândia, mandar de volta para a Venezuela, esconder a lata de pirulim que você não quer ver no semáforo, mas que você foi à Venezuela comer pirulim durante décadas, e agora quer escondê-lo, parece que resolve o problema, e não resolve. Esconder gente que está vendendo sabão em pó, o mesmo sabão em pó que você foi comprar para lavar a sua roupa durante anos. Às vezes, é bom que a gente perceba que é preciso “tirar” debaixo do tapete, é dolorido tirar debaixo do tapete, mas temos que educar as pessoas para elas entenderem que dói em quem está dentro do carro, em um ar-condicionado, mas deve doer muito mais em quem está do lado de fora do carro. Como eu não vim só como professor da universidade, mas eu também estou como Vereador aqui, é sempre bom lembrar que educar, esclarecer e sensibilizar a opinião pública é também papel do Vereador, é papel do Deputado, é papel da sociedade civil organizada que está aqui, é papel das instituições, é papel da gente também educar a imprensa e educar a imprensa nos seus mais variados formatos e modelos e, tempos de dedos nervosos, muita gente se percebe imprensa porque gera conteúdo midiático o tempo inteiro. Então, a dona de casa, o estudante universitário, mesmo sem formação em jornalismo, também gera conteúdo nervoso o tempo inteiro e, às vezes, esse conteúdo nervoso gera mais violência em vez de informar as pessoas. Eu queria que a gente, hoje, também fosse embora não só com essas demandas que são de uma Audiência Pública, mas também com a necessidade de educar as pessoas que estão nesta cidade para que elas possam falar do tema migrante, que elas possam se educar, falar do outro. Uma das coisas que a gente tem feito, não só eu, mas a gente já fez uma Audiência Pública na Câmara Municipal, às vezes, a sociedade não entende que o papel da Audiência Pública é realmente esse, é você continuar falando sobre o assunto e pingando gotinhas de esclarecimento em quem faz política pública diretamente. E não adianta, a gente imagina que você vai fazer a Audiência Pública na Câmara de Vereadores, vai fazer Audiência Pública aqui, e você não vai sensibilizar Senadores e Deputados Federais que diretamente têm o papel de mobilizar o Governo Federal que diretamente tem o papel de mobilizar a Prefeitura que tem um vínculo muito próximo com o Governo Federal para que a gente possa mudar as estruturas da nossa cidade. A gente faz o trabalho semanal no Gabinete que as pessoas me deram a oportunidade de representá-las, toda semana a gente vai a postos de saúde e vai à Escola Municipal e uma das ações que temos no gabinete é descobrir quais são as estratégias de acolhimento que as professoras nos bairros da cidade têm com as mais de quinhentas crianças que estão regularmente matriculadas nas Escolas de Boa Vista. Então, tem experiência positiva sim acontecendo em Escolas Municipais de professoras esforçando-se para usar o espanhol, palavras novas, incluir essas crianças no método de ensino das escolas, acolher na sala de aula é fazer com que a sociedade boa-vistense do futuro não fique de costas para a Venezuela como ela ficou até meses atrás. A Venezuela sempre esteve aí, não é de ontem, não brotou do nada a Venezuela e seus problemas com o Chaves, Maduro e companhia, o problema é que a gente ia à Margarita, a gente comia pirulim, a gente usava sabão em pó, a gente não olhava os venezuelanos, a gente os chamava de mal-educados, que nos tratavam mal, dizíamos que eles não nos recebiam bem e coisas do tipo, mas agora a gente está sendo convidado a enxergar o outro que você resolveu não enxergar durante muito tempo. Eu acho que a outra coisa que a gente do Gabinete, além de visitar, eu tenho um exemplo legal: a semana retrasada a gente esteve no Posto do Olenca no Caimbé ou Asa Branca, onde o atendimento vai até meia noite, uma da manhã, trinta e cinco por cento dos atendimentos no Olenca são de Venezuelanos, e as pessoas que atendem. Eu porque talvez não seja um personagem da política tradicional. Então, eu entro nos espaços e ninguém percebe que eu sou Vereador, eu sou “mais um”. Você chega nos lugares e você sabe que as pessoas estão se esforçando na medida do possível para atender bem as pessoas. Então, você tem muito servidor público Municipal que, apesar de ser confrontado e instigado à violência diariamente, também está fazendo o seu papel de acolhimento, tratamento e sensibilização tanto nas escolas quanto nas unidades básicas de saúde, mas a gente é ser humano, se você não se educar a tratar bem e falar sobre o assunto de maneira positiva nem o Servidor Público Municipal vai achar que está fazendo o seu papel bem, porque ele vai acreditar que aquilo não era o seu dever. Então, a gente como sociedade é que temos que nos reinventar na maneira como tratamos o assunto migração. Outra coisa que a gente também fez para que em dois mil e dezoito ninguém diga em documentos oficiais que a Cidade ou o Estado não tem dinheiro, a gente fez Emendas no orçamento para que haja dinheiro em dois mil e dezoito para tratar sobre o assunto. Isso é uma coisa prática que a gente tem que fazer. Se o Governo Federal não ajuda, se a gente tem dificuldades com o orçamento, que tal criar a prioridade, tratamento a pessoas em vulnerabilidade social com mais recursos para dois mil e dezoito e dezenove, vinte, vinte e um, porque o planejamento é de quatro anos. Isso a gente está fazendo na Câmara Municipal. Eu vi as pessoas

falarem em Segurança Pública, algumas vezes que não é um assunto de Segurança Pública, em primeiro lugar é muito mais de assistência social, e uma coisa que eu defendo muito é que seja um assunto de segurança humana. A partir do momento em que a gente aqui em Roraima passar a entender que temos de tratar assuntos da segurança da gente como segurança humana, vai passaremos a acolher e tratar melhor todas as pessoas que fazem parte do território Roraimense independentemente de serem venezuelanas, Roraimenses ou Boa-vistenses. Que esta Audiência, Evangelista e todos os parceiros, seja mais um passo nesse acolhimento e redefinição de como a gente quer Roraima daqui para a frente e que discurso sobre migrantes a gente quer daqui para a frente. Obrigado e parabéns pelo trabalho que todos vocês fazem. O Emerson faz um trabalho legal, o pessoal das fraternidades, religiosos, eu via a Júlia e o pessoal do acolhimento, do trabalho que a Júlia faz, o pessoal do ACNUR, o pessoal da Polícia Federal com aquela fila enorme. Várias vezes eu entro nas redes sociais, tem gente postando vídeos da fila da Polícia Federal, nunca é com um discurso positivo, é sempre com um discurso negativo, imagina todos os dias a gente receber um “videozinho” de WhatsApp com: “olha quanta gente na fila da Polícia Federal!!” como se ele fosse o culpado pelas pessoas na fila, e nós não fôssemos todos culpados de continuar violentando as pessoas. Que Deus nos abençoe e continue abençoando e acolhendo essas pessoas que escolhem Roraima como casa, assim como eu escolhi. Obrigado e boa tarde.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, Vereador Linoberg, pelo trabalho que Vossa Excelência faz no Município de Boa Vista muito visível nessa situação dos migrantes Venezuelanos, também por já antecipar aquilo que é o trabalho que Vossa Excelência faz em relação ao orçamento para dois mil dezoito e, sucessivamente, no Município de Boa Vista. Passo a palavra agora para o Tenente Emerson Gouveia, que, neste ato, representa o Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima e também a Defesa Civil para falar sobre as ações que o Governo do Estado tem desenvolvido ao longo deste período, seja nos abrigos, seja desde quando se iniciou o fluxo migratório, o Senhor tem o tempo necessário para fazer as suas colocações.

O Senhor Tenente **Emerson Gouveia** - Boa tarde a todos, em nome do Deputado Evangelista, quero agradecer a oportunidade e saudar todos que estão compondo a Mesa neste exato momento. Nós da Defesa Civil estamos atuando na questão migratória desde agosto do ano passado, quando pela primeira vez nós fomos ao Município de Pacaraima avaliar a situação dos indígenas que estavam em situação de altíssima vulnerabilidade social. Em princípio, não seria uma ação, assim como o Doutor Erick falou, não é uma ação legalmente da Defesa Civil, mas por questão humanitária o Governo do Estado buscou, da melhor forma possível, atuar na situação, até para amenizar a questão da vulnerabilidade alimentar e também da segurança das pessoas que estão em condições de rua. Hoje estamos atuando em dois abrigos aqui na Capital e um lá em Pacaraima, que é gerido pela Prefeitura de Pacaraima, juntamente, com a fraternidade internacional. Hoje estamos atuando com mais de trezentos e cinquenta mil atendimentos já realizados, até porque a principal demanda é de alimentação, encaminhamento ao mercado de trabalho e também problemas de saúde. Desde então, nós não medimos esforços para trabalhar e minimizar esse impacto negativo da imigração, como a gente vê, não é uma condição que eles buscaram, então estamos aqui da melhor forma para acolher e estamos abertos à sociedade, às autoridades e também à sociedade civil que possa nos apoiar da melhor forma possível para que nós possamos desempenhar e distinguir essa carga que, realmente, não é leve, é muito pesada. A minha equipe trabalha diuturnamente pela manhã, pela tarde e à noite, assim como o Corpo de Bombeiros Militar, que está atuando e também se desdobrando para poder atuar nessa situação. Hoje o Frei, que está aqui, no princípio, eu não entendia o que ele falava, hoje eu já entendo, a gente já brinca, ficou até difícil chegar em casa e não falar espanhol, até pelo cotidiano que a gente leva normalmente dentro dos abrigos e também no acolhimento da população de rua. Nós da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros estamos atuando efetivamente em parceria com outras instituições e também secretarias do Governo Estadual para realmente oportunizar e dar melhores condições de vida a essa população que está aqui não por opção, mas porque necessita do nosso apoio e do nosso acolhimento, muito obrigado a todos pela oportunidade.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Gostaria, neste momento, de passar a palavra à Senhora Telma Lage, Coordenadora do Centro de Migrações e Imigrações e Direitos Humanos (CMDH).

A Senhora **Teima Lage** - Boa-tarde, peço licença a vocês para cumprimentar a Mesa na pessoa da Doutora José, a única mulher presente na Mesa, nós mulheres temos um papel fundamental, é só olhar para este Plenário que vemos isso. Migrar é direito e os migrantes não são, é eles que estão em perigo, nós vemos isso diariamente nos atendimentos que a gente

faz. É muito sério quando a gente escuta da boca de quem deveria defender direitos à incitação à violência, e a gente vê isso, vemos isso infelizmente dentro desta própria Casa com representantes que deveriam defender o povo. Isso é uma coisa muito séria, não é crise não, é oportunidade, mas é uma oportunidade que aparece de uma maneira deteriorada, feia, quando a gente percebe que tem uma ocorrência, e determinados membros da imprensa, e eu falo determinados, porque tem muita gente boa e consciente na imprensa de Roraima, mas que chega lá e pergunta: “o venezuelano fez o quê? Não, ele não fez nada, ele foi vítima - ah! Então não me interessa.” Essa é a nossa realidade, a gente tem uma senhora de setenta e três anos, a senhora Jamile, quem faz compras lá no DB já deve ter visto ela vendendo os biscoitos dela lá em baixo, nesta semana ela foi vítima de um assalto e foi espancada. A gente tem uma senhora de sessenta anos que o Padre Ronilson acompanhou, ela faleceu de desnutrição, eu nunca tinha visto um adulto morrer de desnutrição, tem crianças, temos crianças de um ano e três meses pesando seis quilos, desnutrição grave. Então, minha gente, o que estamos falando aqui não é sobre números, o que nós estamos querendo mostrar é uma realidade, são histórias de pessoas e, às vezes, a gente esquece da nossa própria história. Eu estou aqui em Roraima já tem quatro anos e eu já escutei muitas histórias de gente que migrou para cá, buscando uma condição melhor de vida e que conseguiu. Quem chega em um lugar, onde tem muitas pessoas que vão procurar uma cadeira vazia para sentar e nunca em uma ocupada. Então, esses venezuelanos e venezuelanas que são pessoas dignas e que merecem o nosso respeito querem é ocupar as cadeiras que estão vazias, não querem tirar o lugar de ninguém. Nós precisamos mudar, viu, Doutor Hélio? Essa nossa maneira de enxergar a vida, de substituição de direitos, garantir o direito ao venezuelano não vai tirar o direito do brasileiro, por que eles não podem se somar? Nós somos o somatório, somos mineiros, baianos, maranhenses, paraenses, amazonenses, gente de toda a parte do país e de fora do país, não é, Padre Jesus? E a gente trabalha, e a gente constrói dignidade, vamos permitir que os nossos irmãos e irmãs venezuelanos também tenham esse direito. E aquelas filas na Polícia Federal, Doutor, só existem porque lá existe um serviço que é prestado, porque se o serviço não é prestado não tem fila, porque as pessoas nem irão lá. Precisamos ter um olhar mais corajoso, e eu carrego aqui duas coisas importantes: a camiseta da REPAM, como Rede Eclesial Pan-Amazônica, porque eu acredito que toda a resposta que a gente der será muito mais bem dada se a gente fizer em rede, por isso que a gente trabalha junto, agências da ONU (Organização das Nações Unidas), fraternidade, defesa civil, poder público, igreja, serviço de Pastoral do Migrante, Pastoral Universitária, Universidade Federal e tantas outras entidades, sindicatos que sempre nos apoiam. E cada vez que eu chego no CMDH, e vejo uma fila de pessoas famintas precisando ser alimentadas é a essa rede que recorro, e à Diocese de Roraima eu agradeço, porque as paróquias, áreas missionárias, as comunidades sempre nos dizem sim, isso faz a diferença. “Irmã, como é que vocês conseguem atender mais de cinquenta famílias por dia?” É porque a gente não está sozinho, e quando a gente descobrir que pode trabalhar junto, independente da sigla partidária que carrega a gente vai descobrir que podemos ir muito mais longe e poderemos dar respostas que ainda não foram dadas, a sociedade civil tem feito a sua parte. O Estado, muitas vezes, tem nos acompanhado, o Município e a União ainda se escondem atrás de falsos argumentos, porque o que nós queremos não é política de um Governo, a gente quer política pública do nosso Estado, Estado com letra maiúscula, muito obrigada.

O Senhor Presidente Evangelista **Siqueira** - Gostáramos de, neste momento, passar a palavra ao senhor Frediomar Antônio Viana Tová, Presidente da Associação de Venezuelanos no Brasil.

O Senhor **Frediomar Antônio Viana Tová** - Boa tarde a todos, não falo português muito bem, sou representante da Associação de Venezuelanos no Brasil.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Senhor Frediomar, eu peço só um minuto da sua fala e aqui o desafio, se alguma pessoa que está presente tiver a disponibilidade e compreender para poder traduzir, agradeceríamos muito, aí nós disponibilizaremos o microfone para ficar mais fácil a compreensão que é de grande importância a sua colaboração nesta temática. Temos a jovem Nicole. Por favor, Nicole, a nossa equipe tem o microfone logo acima. Eu peço ao senhor Frediomar que abra o espaço, e ela traduzirá para nós.

O Senhor **Frediomar Antônio Viana Tová** - Boa-tarde a todos, sou da Associação de Venezuelanos no Brasil. Eu, como representante da Associação, irei dizer-lhes como ela surgiu, como foi o seu nascimento: eu tinha uma lanchonete na Avenida Venezuela, no bairro Liberdade, e observava como os Venezuelanos ingressavam aqui no Brasil, sem um destino próprio, eu sentia, expressava e falava com eles e dava comida para eles. Desde então foi tomando “corpo” a associação que começou a surgir, com isso o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal começaram a ir até

o Liberdade, no Pintolândia, no Jardim Floresta, Mecejana, e Asa Branca e em muitas partes de Roraima. Eu vou contar algo que me comoveu muito que era quando o Venezuelano ingressava aqui e chegava com uma expectativa diferente, sem saber onde vai viver, assim foram chegando na minha lanchonete, lá se tomou um refúgio para eles. Eu quero também que os Venezuelanos enxergam uma oportunidade de crescer aqui. Primeiro, eu vim sozinho para cá, depois fiquei aqui uns dois meses e depois trouxe a família, minha mulher e filhos e familiares. A gente tem uma lanchonete e, assim, fomos crescendo. Então, eu vi mais uma oportunidade para crescer nesta terra. Assim como falou a irmã Telma, nós não somos um perigo, estamos em perigo, existe um desprezo dos brasileiros para com os Venezuelanos, em supermercados, lojas, perseguem a gente, porque sabem que somos Venezuelanos e acham que todos nós roubamos, mas não são todos que roubam, que fazem outras coisas indevidas, tem uns que fazem isso, mas muitos outros não, e vocês já estão tomando como certo que todos os Venezuelanos são assim. Outra coisa também que nós estamos fazendo, como Associação, um trabalho de alimentação, estamos ajudando na parte de documentação, estamos regularizando também as pessoas que estão na rua e procurando unir uns aos outros e assim dar um aluguel para eles não ficarem na rua. Estou muito agradecido, obrigado por me darem esta oportunidade de participar desta grande reunião, esperamos que daqui saia um grande resultado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, Frediomar e Nicole, pela participação na nossa Audiência Pública. Neste momento, eu gostaria de franquear a palavra para quem desejar fazê-la, para quem desejar direcionar algum questionamento, alguma contribuição à Mesa, ou, simplesmente, fazer a sua colocação, para que nós possamos saber quantas pessoas desejam participar. Vamos estipular um tempo de, no máximo, dois minutos, para a colocação daqueles que desejam fazer algum apontamento ou simplesmente uma sugestão para a Mesa dos trabalhos ou colocar a sua opinião acerca do tema. A nossa equipe vai direcionar o microfone sem fio até vocês que se identificarão, dizendo seu nome, caso você esteja aqui representando alguma instituição você se identifica como tal e direciona o seu questionamento. Neste momento, também eu gostaria de fazer registro da presença do Departamento dos aposentados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado de Roraima, a quem também eu direciono a palavra para que possam se expressar de uma simples atividade, mas que tem contribuído bastante ao Sindicato, ao Departamento relacionado a esta situação dos migrantes e imigrantes venezuelanos. O Sindicato, através do Departamento, disponibilizou condições aos Aposentados fazer oficinas de construção, de bonecas, de diversos materiais; dando o material e proporcionou assim às venezuelanas e aos venezuelanos que desejarem uma oportunidade para aprender. E nós já temos conhecimento que alguns imigrantes já estão, inclusive, fazendo uso para vender e, assim, também ter um pouco do seu sustento. Eu quero que vocês, no momento da fala, tragam essa experiência bonita que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado está desenvolvendo com uma forma de contribuir nesta situação dos venezuelanos. Poderíamos começar com vocês, por favor, a minha equipe vai levar o microfone até vocês, você se identifica e conta um pouco dessa experiência.

Dona **Angelita** - Boa-tarde a todos, o meu nome é Angelita, sou professora, a Conceição também é professora que é do Departamento dos Aposentados, ela é adjunta; temos aqui a Rosabela que é voluntária do projeto Bonecas de Pano, temos aqui a Jaqueline que também é voluntária. Esse Projeto Bonecas de Pano; surgiu no SINTER pelo Departamento dos aposentados com o objetivo de fazer uma ação social a crianças carentes com bonecas de pano, que são confeccionadas na máquina, temos a boneca de fuxico que não usa máquina, só na mão, tesoura, agulha, linha, enchimento e lã. Quando nós fizemos esse Projeto e divulgamos agora no dia das crianças, entregamos mais de duzentos e dez para as crianças carentes, e agora estamos na segunda etapa para o natal, pensamos que esse Projeto pode ser levado adiante para as venezuelanas que ficam em supermercados, nos sinais com crianças, bebezinhos no sol quente, elas podem confeccionar e vender. É um valor de vinte e cinco reais, são bonecas de valor, o que basta é a sociedade gerar, as entidades e os políticos se empenhar nesse projeto e dar o anzol e a vara para elas pescarem. Nós não estamos dando o peixe, elas vão pescar o peixe. Esse é o trabalho social, todos podem contribuir, toda a sociedade que esteja interessada voluntariamente. Nós lá trabalhamos como voluntárias, e ninguém lá é profissional, todos nós aprendemos, é fácil, e o nosso grupo de voluntárias está disposto a ir lá no centro, nos abrigos, ensiná-las, que elas possam fazer lá e depois vender o seu trabalho ou fazer uma feira, que elas não irão mais para o sol levar aquelas crianças para o sol quente, sofrer enquanto a sociedade, qualquer um, voluntariamente, pode ajudar as venezuelanas deste Projeto voluntário. Aqui fica o nosso recado, estamos no SINTER,

no Departamento dos aposentados de portas abertas para receber todos que queiram a nossa ajuda. A nossa parte é dar o anzol e a vara para pescar, estamos dispostos, esse é um Projeto social para todos que queiram ajudar. Essa é a nossa participação.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Agradeço, obrigado pela sua participação e pela iniciativa do Sindicato também em se mobilizar, digam o nome e, se por acaso, representar alguma instituição, se não, só o nome para que possamos fazer o registro.

O Senhor **Alberto Quirone** - É só uma pergunta, dado ao número grande de venezuelanos que estão chegando e o convite feito para a interiorização, se não seria possível pensar em um outro abrigo em outro Município aqui do Estado para dividir também as tarefas e as ajudas, eu entendi que só há abrigo em Pacaraima, poderia ter em outro Município também, obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Como O Senhor Alberto fez um direcionamento, o representante do Governo do Estado vai dar a resposta, mas vamos fazer da seguinte maneira agora: três abordagens e retomamos para a resposta da Mesa, se assim for necessário, mas, de antemão, antes da senhora fazer a sua colocação, como já foi feito o questionamento, eu passo a palavra para o representante do Governo do Estado de Roraima.

O Senhor **Hérick Feijó** - Inicialmente, eu queria destacar que, além dos dois abrigos que nós temos na capital, como foi bem colocado pela Defesa Civil e pela Organização Organizada, nós temos também agora um abrigo em Pacaraima, evidentemente, estamos fazendo alguns levantamentos para expandir a possibilidade de abrigos na Capital, evidentemente, que a sua contribuição agora, e também colocada pelo ACNUR nessa questão da interiorização, será levada em consideração agora neste momento para que possamos levar isso junto ao nosso Gabinete integrado para que possamos verificar a possibilidade de abranger isso aos interiores. Então, de imediato, o que eu posso lhe garantir é que isso será levado em consideração para novos abrigos.

Padre Jesus - Boa tarde. Eu, como expectador da situação dos venezuelanos, quero fazer duas perguntas bem completas. A primeira: se estão tomando as medidas bem tarde, porque o problema começou em agosto do ano passado, e só agora que a gente está acordando, depois de mais de um ano, medidas emergenciais, abrigos sim, refúgio sim, até quando medidas emergenciais, quais são as medidas que irão ser estudadas a médio e longo prazos para poder dominar ou domar? Eu não digo problema, porque a situação venezuelana não é problema, é acontecimento, problema depois veremos; a segunda pergunta é: quais são as medidas? Refúgios? Abrigos? Não, não é a solução, é solução se for até depois de amanhã, e depois? A resposta é complicada, eu sei que é muito complicada. Martin Luther King, em um discurso famosíssimo que ocasionou a sua morte depois, falou: "Eu tenho um sonho". Eu também tenho um sonho: um sonho de que venezuelanos e brasileiros convivam juntos, convivam em harmonia, o que vão fazer as autoridades, o que vamos fazer para vencer a crescente, trepidante e horrível xenofobia, em Pacaraima é tremenda. Eu sou testemunha, aqui em Boa Vista me falaram que está crescendo, o que vamos fazer para vencer essa epidemia horrível que é a xenofobia, a raiva, o ódio ou discriminação contra venezuelanos, de certa maneira é algo justificado porque os venezuelanos vieram a Pacaraima, como vítimas, e fizeram vítimas, Pacaraima foi vítima em um primeiro momento de venezuelanos, é aí a raiz da xenofobia, o que vamos fazer para domar esse monstro? O quê? Obrigado.

A Senhora **Merlina Ferreira** - Bom-dia, meu nome é Merlina Ferreira, eu represento a sociedade civil, eu faço trabalho voluntário com o CMDH, sou psicóloga de formação, já tenho um ano e oito meses aqui em Boa Vista. Eu vim para Boa Vista porque nós passamos por uma situação médica muito difícil e não conseguimos remédio, eu não vou fazer uma pergunta vou dar uma informação, porque gostam de falar muito em alguns programas da mídia dizendo que o venezuelano é pilantra, é bandido. Eu sou psicóloga e me sinto muito agredida quando eu vejo isso, o meu marido, que é advogado, se sente pior ainda, porque ele acha que ele faz o bem, ele estudou para cumprir a Lei, e falam dele por nascer na Venezuela. Infelizmente, ficou desempregado pela crise, e ficam falando dele como se fosse um bandido, a crise venezuelana não é só o que agente tem, não é só porque eu tenho fome, eu estou vindo aqui porque eu tenho, estou sentindo e, me corrijam se eu estiver errada, a gente tem sentimento de que podemos morrer em qualquer momento. Eu trabalhava, o meu marido não tinha problema de emprego, porque ele trabalhava para o Governo. Mas todos os dias, diziamos: "meu Deus! Quero voltar para casa viva, por favor", não é só fome, a fome parte de cima, vocês podem ver porque já não podem ir para a Venezuela comprar o sabão, pirulito, pois, só podem comprar plástico, porque sai mais barato, cinco reais a cartela, e aqui vai sair a trinta e cinco. Para nós, eu faço todo o tempo o meu trabalho, eu gosto

de falar com as pessoas e tratar de fazer consciência e cidadania, porque a gente tem preocupação, porque nós não viemos para tirar nada de ninguém, eu venho para somar, e isso para mim é muito importante porque nesta Casa, nesta Assembleia tem pessoas que, institucionalmente, promovem a xenofobia dia a dia em nossa Casa, e têm pessoas venezuelanas agredidas, se um bandido ou um ladrão venezuelano, esse cara vai sair no jornal como venezuelano, mas quando um brasileiro vende maconha na praça? Meu filho, olha esse cara vendendo ou fumando maconha, a polícia militar pega ele, mas não fala que ele é brasileiro, ele é um jovem menor de idade, que o pai e a mãe não sabem o quê está fazendo, mas se for um venezuelano falarão direto que é venezuelano. A outra informação do trabalho escravo: tem pessoas venezuelanas que a gente está fazendo seguimento, é muito difícil seguir eles, estão levando para a fazenda e com a comida pretendem pagar o trabalho, aí o venezuelano não tem tempo nem cabeça para fazer uma judicialização para o Ministério do Trabalho, aí uma fiscalização das pessoas que estão com o cartão: "procura-se trabalho", é muito importante para nós. Muito obrigada por ouvirem a minha fala.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Mais um questionamento, mais uma participação para podermos retornar à Mesa.

A Senhora **Robélia** - Boa-tarde. O meu nome é Robélia, sou professora, sou moradora do bairro Caimbé e tenho presenciado muito de perto o sofrimento, inclusive, o trabalho escravo. Eu sei que é muito complicado falar sobre a questão da prostituição, como o amigo falou da questão da xenofobia, que é muito forte, como a moça falou agora também: tudo que acontece é só porque é venezuelano, mas o fato é que eu quero endossar a pergunta dele, por quanto tempo é o abrigo emergencial? Porque por mais humano que pareça é desumano, por quanto tempo será a prostituição? Eu moro numa rua de esquina, a calçada da minha casa, infelizmente, isso me entristece muito, não tenho nenhum orgulho de falar isso, sinto vergonha alheia pelo que aquelas moças passam, elas se prostituem na calçada da minha casa, é uma situação muito difícil, e não são só venezuelanas, são brasileiras também. E aí a gente pergunta, esta semana mesmo eu liguei, porque ficou uma situação muito difícil para nós moradores. Nós somos abordados o tempo inteiro na entrada de casa, na saída, também sabemos muito bem que com essa questão da prostituição vêm outras situações mais graves. Eu gostaria de saber que atitude o Governo terá em relação a isso, até quando todos nós, não só os nossos amigos venezuelanos, os brasileiros também, vamos continuar reféns dessa situação? Eu vim hoje justamente para falar dessa questão da prostituição que está muito grave em todos os momentos do dia, obrigada.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Muito bem, retomo aqui à Mesa para as considerações do representante do Governo do Estado de Roraima e também em vista do que foi falado sobre o trabalho escravo, também o representante do Ministério do Trabalho tem uma participação que diz o seguinte: "direcionada à representante do Ministério Público do Trabalho e ao Superintendente da Polícia Federal: constantemente vemos crianças sendo usadas para pedir trabalho e vigiar carro, quais as atitudes o cidadão pode tomar com relação à exposição dessas crianças? A quem devemos recorrer? Ao Governo do Estado? À representante do Ministério do Trabalho e também ao representante da Polícia Federal".

O Senhor **Érick Feijó** - Respondendo a primeira pergunta do senhor aqui em frente, que foi: "o que nós estamos fazendo e o que vamos fazer a longo prazo? É importante destacar, principalmente, quem não é cidadão do Estado brasileiro e até mesmo para os cidadãos brasileiros que na nossa forma federativa há uma distribuição de competência política. Então, há algumas situações em que o Estado Brasileiro efetivamente não pode legislar, e em alguns momentos, não pode praticar. Na verdade, o Estado de Roraima, como entidade política, não pode legislar ou praticar alguns atos executivos. Na questão da imigração há uma competência privativa da União para legislar sobre isso, tudo que for possível de se criar uma prospecção a longo prazo deve vir da União, inclusive, hoje há uma consulta pública para regulamentação da Lei de Imigração que, com certeza, nós vamos fazer um levantamento na equipe técnica para verificar no que nós podemos contribuir, justamente, pela situação que estamos passando hoje. Há uma dependência muito grande do Governo Federal, principalmente na questão normativa porque são eles que tem que nos direcionar devido à sua competência nessas ações de longo prazo, nós não podemos usurpar essas atuações tendo em vista que a União, conforme a constituição e a quem cabe legislar sobre a matéria, o que nós temos evidentemente como fator humano a sensibilidade do Poder executivo é de efetivamente praticar medidas paliativas que é criar abrigos, promover ações sociais, manter a integração dos cidadãos venezuelanos nas escolas e no atendimento de saúde, mas efetivamente ao longo prazo nós dependemos dessa competência da União para legislar sobre o assunto. No que tange à questão da convivência da parte de xenofobia, eu só ratifico essa questão de que o Governo do Estado

pratica essa ideia de integração, quando possibilita matrículas de crianças e adolescentes nas escolas, possibilita que tenham abrigos que possam acolher esses cidadãos venezuelanos e, evidentemente, o Governo do Estado, em nenhum momento, pratica atuações discriminatórias, ressalto que a atuação dos nossos órgãos, especificamente, da Defesa Civil, que buscam diariamente essa integração, como combater isso aí é uma situação de realmente fazer denúncias ao Ministério Público, às Delegacias de Polícias que possam combater, em algum momento, em que haja indícios suficientes de autoria e materialidade do crime, creio que neste assunto, especificamente, eu acho que o Membro do Ministério Público Federal e o Delegado de Polícia podem complementar a minha fala, mas de início creio que essa participação do Estado é necessária, obrigado.

A Senhora **Joselânia** - Boa tarde, eu estou representando a Doutora Safira, do Ministério Público do Trabalho, não estou aqui para falar, e sim para anotar os questionamentos de vocês e levar ao conhecimento da Procuradoria em relação ao trabalho escravo. Vocês, que tiverem conhecimento e tiverem passando por isso podem fazer a denúncia no Site do Ministério Público do Trabalho, e a gente vai analisar, o endereço é www.prll.mpt.mp.br, não precisa ir na sede do MPT para fazer a denúncia, vocês podem fazer pelo site, mas quem não tiver condições, não tiver computador ou alguma coisa para fazer podem, sim, procurar o MPT na sede que vamos colher a denúncia e tomar as providências cabíveis, obrigada.

O Senhor Alan **Robison Alexandrino** - No tocante à Polícia Federal, quanto à vulnerabilidade de crianças, exploração de trabalho, a Polícia Federal também está aberta, através do canal telefônico três, meia, dois, um, quinze, zero, zero, atendido por um policial e pode ser repassada qualquer informação e saiba que as grandes operações, às vezes, partem de pequenos dados fornecidos por telefone, pela sociedade civil e pela população que liga e dá certas informações lá na Polícia Federal todas as manhãs, assim como a ONU, assim como a sociedade civil lá dentro atendendo a migrante, nós temos uma representante do Conselho Tutelar, do Juizado Especial da Criança. Então, se lá houver alguma notícia no plantão ou lá chegar alguma forma de vulnerabilidade, exploração de crianças e adolescentes em sinais, em bancos para pedir dinheiro, essa informação é repassada, porque é mais que uma situação criminal, é uma situação que precisa ser debelada ali pela equipe de proteção à criança que é dada pelo Conselho Tutelar e o Juizado Especial que está em parceria com a Polícia Federal, diariamente, dentro da Polícia Federal para receber essas notícias e dar encaminhamento, inclusive, judicial para proteção da criança e do adolescente.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Muito bem, eu gostaria inclusive de passar a palavra ao Cleyton para que ele possa também dar a resposta a um dos questionamentos que veio à Mesa, perguntando se foi convidado algum representante do Governo venezuelano, e se não foi, qual a justificativa visto que a Audiência Pública é um pedido do serviço jesuíta a migrantes.

Senhor **Cleyton Soares Abreu** - Sim, o pedido foi feito pela (inaudível) da sociedade civil “gostaria de saber se alguma autoridade do Governo venezuelano foi convidada para participar desta Audiência Pública, e se não foi qual a justificativa”. Nenhuma autoridade do Governo venezuelano foi convidada para esta Audiência Pública, não existe diálogo com o Governo da Venezuela, o pouco diálogo tentado foi com o Consulado da Venezuela que repete a fala do Estado venezuelano de que não há crise. Então, se não há crise e está tudo “ótimo” então se está tudo bem não há porque eles estarem aqui, mas ainda assim, eu deveria ter feito o convite, mas não o fiz pela questão prática, mesmo por falta de resposta por parte deles e também porque eles não conseguiriam fazer nenhuma ação em relação à política pública para a imigração aqui por ser um Estado brasileiro, por estarmos em Roraima e eles terem limitações para atuação.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Voltamos então à Plenária, já temos algum questionamento para ser feito, uma participação, ou sugestão.

A Senhora (inaudível) **Karen Nunes** - Boa-tarde a todos, como vocês perceberam eu sou venezuelana também, eu queria dar uma informação e abordar alguns aspectos que eu, como estudante, já fiz dentro da Escola Hidelbrando, onde eu estudo, lá se formou uma Feira de Ciências, eu vi uma oportunidade junto com os meus colegas de trazer informações para vocês sobre esse tema que, na verdade, é muito relevante, e está causando um grande impacto tanto na cidade de Roraima quanto no país também. Na escola, eu já fiz uma estatística, uma coleta de dados sobre aquele sentimento do estudante do Fundamental, nós fizemos uma pergunta assim: “você gostaria de ajudar venezuelanos? uma pergunta assim: “você gostaria de ajudar venezuelanos? Como você se sente na companhia de venezuelanos? A maioria disse que gostaria de ajudar, mas

naquela de como você se sente na convivência com venezuelanos, a resposta foi quarenta e cinco por cento negativo. Então, o que eu percebi foi que tem alguma xenofobia, porque criança não tem uma noção do conceito do que é xenofobia, do que é isso ou do que é aquilo. Então, eu percebi que é uma educação de casa, é uma educação que ele escuta na rua, uma educação em que ele fala diariamente com os seus colegas que, casualmente, na casa da pessoa se pratica ou tem alguns comentários que, às vezes, a gente pensa que não é xenofobia, mas é. Conjuntamente com a Polícia Federal, onde eu solicitei uma coleta de dados também, podemos ver as situações que o Estado apresenta com respeito a essa imigração. Queria também dar uma sugestão: assim como hoje a gente está aqui reunido, que também se fizesse alguma Audiência de conscientização para que as pessoas tenham uma noção dessa chegada aqui na Cidade, isso era o que eu queria dizer, obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, passo a palavra ao Padre Ronilson.

O Padre **Ronilson** - Boa-tarde a todos, eu sou o Padre Ronilson, jesuíta, que cheguei aqui em Roraima há a um ano para colaborar nisso, eu trabalho na Pastoral Universitária em serviços de cooperação. A Pastoral Universitária tem cinquenta e dois anos de existência e estamos em todos os países do mundo que têm universidade, no Brasil representamos também o Conselho de Reitores, são mais de quarenta instituições federais para isso. Em Roraima, é a primeira vez que chegamos e encontramos um grande problema neste Estado, porque é o único Estado do país que não tem a Federação de Amparo à Pesquisa ou a Fundação do Amparo à Pesquisa. Então, nós ficamos quase que ilegais. O Reitor nos amparou e nós começamos a funcionar enquanto Pastoral Universitária em serviços de cooperação, como o nome já diz “cooperação”. Eu quero parabenizar a todos por esta iniciativa que coopera, sim, com quem cooperamos pelo trabalho em conjunto que fazemos. A Polícia Federal nos informa que tem pedidos de refúgio, que estão em vinte mil cento e trinta e sete solicitações, só de residência temporária, temos dois mil setecentos e quarenta. Esses dados são agora do dia primeiro de novembro. É ótimo que tenhamos os números para sabermos que é bastante gente que vem sendo atendida, mas muito mais que números também trabalhamos com pessoas, como falou a irmã Teima, pessoas que passam fome e muito mais que fome de comida, fome de justiça, fome de oportunidade, fome de cidadania e de respeito. Eu vim aqui pra Roraima, chegando direto da Europa onde tem a grande crise migratória, isso aqui é nada, é para rir diante dessa situação porque é muito pequena, mas eu quero agradecer muito a presença dos órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) que são vários aqui, ACNUR, (inaudível...) Nações Unidas para refugiados, a OMM (Organização Mundial para as Migrações), OIT, e tantas a CONECTAS. Eu via a Camila da CONECTAS por aí, tem muita gente, SJM, tem todas essas instituições. Eu queria considerar uma coisa: uma filósofa fala da violência como afirmação do poder, e há uma violência muito grande em Roraima para firmar o Poder. Não é só a violência com facas ou armas ou outras coisas, mas a xenofobia é uma violência tremenda, o povo vem sempre sendo violentado pelo fato de serem estrangeiros nesta terra, a minha pergunta ou consideração pela qual eu pedi o microfone, é que ao escutar tudo isso eu vi que nos demos e fizemos muito bem o primeiro passo, todas essas instituições unidas, as irmãs da fraternidade e, como serviço de cooperação, nós estamos aí, diocese de Roraima, a Fraternidade sem Fronteiras, a Federação Espírita Brasileira, as Universidades, o IMDH, CMDH, são muitas instituições civis do Estado e do Município. Eu posso vos dizer que o Estado não virou as costas, ele nos recebeu, mas no Município não tem tanta aproximação, fica como uma briga de elefantes, existe um ditado indiano que diz: “em briga de elefantes quem se dá mal é a grama”. Então, o povo sofre e a gente vem e luta pela vida, como falou o Pablo, porque se nós morremos para que lutar mais. O primeiro passo que é a documentação foi feito, mas quais são os próximos passos? Os próximos passos é a questão da inserção laboral desse povo, muita gente falou. Eu só queria dizer que, enquanto cooperação, fechamos acordo, já tem nove pessoas que foram interiorizadas para a Universidade Federal de Juiz de Fora, estão trabalhando, estão muito bem lá através do Fundo de Amparo à Pesquisa, tem outras iniciativas de instituições que chegaram, (inaudível...) IM e outros que chegarão com os seus projetos, mas fica a minha pergunta para o Governo do Estado aqui representado pela Casa Civil: quais são os próximos passos? Qual é o Projeto de acolhimento do povo aqui pelo Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Certo, mais uma participação para podermos retornar à Mesa.

A Senhora **Raquel** - Bom dia a todos, só tenho três dias aqui, eu sou Raquel, eu sou Diretiva e Operacional para lugares de reabilitação em nível nacional na Venezuela, sou ativista da oposição venezuelana. Este Governo burro, satânico, é o primeiro Governo de

ditadura narcotraficante no mundo, tudo é mentira, só eles tem a verdade, só eles tem o poder, se tem dinheiro tem o poder. Na Venezuela há quase um mês tivemos eleições governamentais e o Centro Nacional Eleitoral da Venezuela fizeram tudo ao contrário, a gente ganhou em dezoito Estados, mas eles reverteram o resultado e, por isso, que supostamente eles ganharam, mas é mentira, tudo é mentira, tudo é falso. Perto da nossa casa lá em Porto La Cruz existe uma sede que tem muitos prédios que são da empresa de petróleo da Venezuela, tem um restaurante que faz comida para todo o pessoal dessa empresa. Eu falei com o encarregado do restaurante para que pudesse pegar o restante de comida que era deixada no prato, três famílias vêm à nossa casa lá em Porto Lá Cruz para comer os restos de comida. Eu vim para cá para fazer contatos e enlances para encaminhar doações de roupas, sapatos e comida para lá. Nós vendemos bolo na praça e com o valor de um bolo vendido aqui só podemos comprar quatro produtos, mas lá, no câmbio se podem comprar doze produtos que ajudariam muito qualquer família venezuelana. Só preciso de um enlace para levar comida, sapatos e roupas para lá, pois eles estão precisando muito.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, retomamos então à Mesa, temos aqui alguns apontamentos anotados para o Governo do Estado, para a OAB(Ordem dos Advogados do Brasil) na revitalização de alguns certificados, para a Polícia Federal também. Passo a palavra para que vocês possam fazer as suas considerações.

O Senhor **Erick Feijó** - Novamente, nos foi perguntado quais serão os próximos passos, o que eu posso reafirmar aqui é que nós temos uma dependência, e isso é inafastável, pelo menos em nossa república, da competência privativa da União para legislar sobre imigração. Então, refúgios, protocolos, residências temporárias, tudo isso é necessário para que nós possamos manter esses venezuelanos aqui, dar um apoio mínimo ao que tange às políticas públicas a serem aplicadas, com o acesso à educação, saúde pública e serviços básicos que são prestados a esses cidadãos. Evidentemente q e esses abrigos, quando se fala de acolhimento, por quanto tempo? Se isso é de maneira permanente, se queremos que eles fiquem nessa situação de maneira indeterminada e isso evidentemente não é a visão do Governo, a ideia é de que eles venham para cá e que nós demos o acesso mínimo a essas pessoas, com base até mesmo na Constituição, uma condição mínima existencial a elas, mas que possamos também condicionar ou possibilitar um processo de emancipação dessas pessoas. Poder condicionar um acesso mínimo e digno ao trabalho para que eles possam evidentemente auferir renda e que eles possam ter as suas próprias residências, a possibilidade de ter economia própria para se manter. É interessante e, apesar de se repetir, eu irei reafirmar, a atuação o Governo do Estado, devido à sua competência institucional e constitucional, ela atua nesse prior dos abrigos, vamos dizer assim, de maneira paliativa, a ideia é que eles não fiquem nesses abrigos de maneira permanente, mas sim que a gente possa proporcionar a eles um processo de emancipação para que eles se integrem à sociedade brasileira e possam, de certa forma, viver de maneira autônoma. Eu creio que, evidentemente, esses passos serão dados de maneira conjunta, não tem só como o Estado de Roraima, devido às competências que são distribuídas na Constituição, assumir nesse encargo sob pena, até mesmo de desvirtuarmos o que está decidido constitucionalmente. Tem uma pergunta que veio dos cidadãos, eu tentarei resumir, é mais sobre a questão da ausência do Governo Federal, e o que é preciso que façamos para que, vamos dizer assim, a União como ente central possa fazer frente e abraçar a causa dos imigrantes, evidentemente, a gente sabe que o clamor social e a organização e essas Audiências públicas levam a uma publicidade muito grande, ela alcança vários fatores e agentes que podem proporcionar que isso chegue ao Governo Federal e o sensibilize, o que é preciso? É preciso que, realmente, as autoridades competentes da União se sensibilizem efetivamente e possam cooperar com o Estado de Roraima e com todas as organizações da sociedade civil que participam de maneira efetiva, e a forma de fazer isso aí é uma atuação integrada, onde nós teremos que fazer algum tipo de pressão para chegar lá e termos algum retorno efetivo.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira**- Passo a palavra ao representante da OAB.

O Dr. **Hélio Abozaglo Elias** - A pergunta que nos é feita é relacionada a vários venezuelanos que possuem diplomas, inclusive de ensino superior, porém, o processo regular se toma quase impossível, tendo em vista o custo médio de quatro mil reais e também documentos necessários que a vários venezuelanos não foram fornecidos pelas autoridades venezuelanas sobretudo para quem é refugiado, qual seria a solução alternativa? Ou o que deve ser feito diante disso? A constituição federal prevê que as pessoas que não tenham condições de pagar advogados, as pessoas necessitadas, podem procurar o Estado, o que dispõe da Defensoria Pública do Estado e a da União, nesse caso, a pessoa tem que procurar a Defensoria Pública da União e expor a situação à Defensoria Pública

da União. Então, vou entrar com o devido processo para regularizar essa situação. Tem que, primeiro, ver se a pessoa tem a comprovação do diploma de nível Superior, senão vai ter que entrar, através do Consulado Venezuelano, também pode ser procurada a Defensoria Pública do Estado, são as duas únicas maneiras de resolver a situação.

O Dr. **Alan Robson Alexandrino** - Foi perguntado à Polícia Federal sobre a situação dos venezuelanos que estão adentrando em terras indígenas, se eles não estiverem legalizados deve ser comunicado à Polícia Federal? Eu digo que sim, deve ser comunicado à Polícia Federal, mas eu quero esclarecer ao representante indígena, que questionou, que não há prática criminosa do venezuelano documentado. O venezuelano afirmado aqui, no caso irregular, o venezuelano irregular no Brasil está cometendo uma infração administrativa, não vai ser preso, não será levado a uma prisão, ele terá a oportunidade de regularização na Polícia Federal. Eu acho que o melhor caminho é orientá-lo a se regularizar, o Estado hoje está de portas abertas todos os dias para regularizar pessoas, é o Estado coletando documentações, identificações para que a pessoa se regularize no Brasil, não há portas fechadas, orientação é o melhor caminho, mas se for noticiado seja à Polícia Militar, à Guarda Municipal, à Funai de alguém que esteja na comunidade indígena, o intruso ali é uma pessoa que a comunidade não quer, o que esteja documentado está cometendo uma infração, que não é crime, ele não irá preso, mas é uma infração administrativa, seja na entrada irregular na comunidade indígena por não autorização da Funai ou da comunidade, seja por ele não estar com passaporte, por ele estar em uma situação de refugiado, há uma irregularidade que é sanada na Polícia Federal. Nós estamos abertos para sanar, para regularizar esses migrantes que estão sem documentação.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Muito bem, eu gostaria de passar a palavra para o representante da Defesa Civil que também tem uma pergunta direcionada a ele. Eu peço que a nossa equipe leve o microfone até ele para que faça as suas considerações.

O Tenente **Emerson Golvea** - Obrigado, Deputado pela oportunidade de responder. Foi feita uma pergunta para uma pessoa da Universidade Federal: "qual a possibilidade de um curso ou ação sensibilizadora dentro da Defesa civil em relação aos imigrantes já que os mesmos tendem a ter contato direto com os imigrantes de forma violenta, como humanizá-los?". Eu fico surpreso com a pergunta, mas eu vou responder, dentre os atendimentos que nós realizamos, como Defesa Civil, que no caso é uma coordenadoria, nós utilizamos de vários organismos para auxiliar-nos também no atendimento e no contato direto com o imigrante, como exemplo, temos a fraternidade internacional que, desde o começo da nossa atuação, também é um parceiro forte, juntamente, com outras instituições que começaram a chegar mais recentemente, inclusive com o ACNUR que tem nos auxiliado no atendimento aos imigrantes. Os militares da Defesa Civil, porque nós somos Bombeiros Militares, temos formação juntamente com algumas matérias de direitos humanos, dentro do abrigo a gente atende a pessoa da melhor forma possível, porque nós somos bombeiros e temos como prioridade o salvamento de vidas humanas e os bens alheios a salvar. Este é o nosso lema. Então, me surpreende a questão da violência, porque eu não tenho aporte algum de ato violento. O que demanda é que nós, diariamente, como lidamos diretamente com abrigo, temos que gerenciar conflitos, e todos os gerenciamentos de conflitos têm que ter um mediador. Então, por vezes, nós temos que nos colocar naquela posição de controlador, de gerente do abrigo, até para impor as regras também de bom convívio entre a população que está interna no abrigo, e também para que possamos nos respaldar em relação a algo fortuito de violência entre os próprios imigrantes e até contra as guarnições de bombeiros que estão diariamente no local. Recentemente, foi realizado um Processo Seletivo do SETRABES, justamente, para contratar pessoas especializadas no atendimento direto a imigrantes, tanto aqui em Boa Vista quanto em Pacaraima, até, não sei se o Doutor Érick pode passar isso, mas o resultado da contratação desses profissionais já deve estar por sair. Dentro da Defesa Civil, nós atuamos da melhor forma possível para atender os imigrantes com a sensibilidade necessária, mas também com aquela necessidade de, às vezes, nos impor como gerentes do abrigo, mas de forma alguma usamos da violência para tal. Desde o começo, nós fazemos de tudo para acertar, às vezes nós, erramos, mas sempre com intenção de fazer o bem e acertar.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Muito bem, passo agora a palavra para o senhor Cleyton Soares, que representa o Serviço Jesuíta a Migrantes, que tem algumas considerações importantes para direcionar, ao encerramento deste momento, que nós levaremos ao conhecimento de todos na Assembleia, formalizaremos depois a documentação para que ser encaminha aos órgãos de competência e poder de atuação sobre este tema em âmbito Estadual. Por favor, as suas

considerações.

O Senhor **Cleyton Soares** - Obrigado, Deputado, reitero a minha felicidade em ver toda a sociedade civil e a população aqui de Roraima, discutindo este tema tão importante. Fico muito feliz que todos propuseram coisas muito semelhantes ao que eu coloquei, como encaminhamento. Eu coloquei cinco pontos de encaminhamento que eu pretendo passar para o Deputado Evangelista. O primeiro é uma coerência normativa com o arcabouço jurídico sobre migração que o Brasil tem assinado com os tratados internacionais, a própria nova Lei de Migração, uma coerência com essa nova lei de migração numa Política Pública do Estado é interessante. E para fazer isso eu sugiro, recomendo uma Conferência Estadual sobre Migrações. Segundo ponto: uma construção e implementação de um percurso formativo, alguns falaram sobre conscientização, um percurso formativo nos diversos espaços públicos, através da utilização da experiência acumulada das instituições públicas, as instituições acadêmicas, UFRR (Universidade Federal de Roraima), as organizações da sociedade civil, as agências das Nações Unidas, que podem colaborar na construção desse processo formativo em todos os âmbitos estaduais, em todo o ambiente do Poder Público. Terceiro: o apoio a espaços públicos de acolhimento gerenciados pelo poder público ou pela sociedade civil ou em parceria, e a oferta pública de serviços já existentes que a sociedade civil faz, mas que não tem esse "braço" público para a prática. O cuidado com esses espaços públicos de acolhimento, que é um dever da Administração Pública e que hoje que hoje estão de forma emergencial, podem ser melhor estruturadas, porque um processo migratório não é de curto prazo. Então, como estruturar melhor esses ambientes? Esses espaços de acolhimento e criar um apoio para isso. O quarto ponto: desenvolver uma política estadual de educação, integrando informações públicas sobre o fenômeno social das migrações. Essa política estadual de educação, Deputado, não só ajudaria a sociedade civil a se articular melhor, a fazer o trabalho de uma forma mais eficaz, mas também gera transparência, gera informação. E, onde há informação, onde há esclarecimento não há ignorância, e a xenofobia tende a sumir do um espaço onde a informação é levada. Até a própria sociedade civil, a própria população de Roraima, sendo esclarecida, tendo essa rede de comunicação facilitada, evitaria a xenofobia e outras formas de violência que vêm disso. Quinto e penúltimo ponto: apoio efetivo do poder público na criação de um fórum de debate e acompanhamento da política estadual sobre migrações, envolvendo especialmente as organizações da sociedade civil. Esse fórum de debates já existe no âmbito da sociedade civil, nós fazemos reuniões quinzenais com apoio do ACNUR, no espaço do ACNUR, aqui, em Boa Vista com toda a sociedade civil e alguns membros do Estado, mas seria interessante que houvesse um apoio efetivo, se possível, aqui da Assembleia. Um sexto ponto que eu gostaria de falar para vocês aqui da Assembleia, não está ligada a essa questão, mas existe uma Comissão de Juventude, cultura e juventude aqui na Assembleia que está um pouco parada. Nós temos a Pastoral Universitária que faz um trabalho estafante, diuturno no apoio a imigrantes, no apoio às pessoas mais vulneráveis. Então, uma inserção desses jovens universitários nessa Comissão para tentar avivá-la eu acho que seria interessante para eles, para uma formação mais política, mais crítica e também para a própria boa fama da Assembleia. Acho que são esses cinco pontos, essa é a última sugestão.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Obrigado, Cleyton, por suas considerações, vale ressaltar que essas sugestões, esses pontos que foram apresentados retomam à Comissão de Direitos Humanos da Casa que formalizará em documento próprio e encaminhará a todos esses órgãos que foram citados e que estão aqui presentes para que tomem conhecimento daquilo que é fruto da Audiência Pública e pedido por esta Casa, desejo de realidade, para que nós possamos amenizar essa situação. Eu franqueio, mais uma vez, à Mesa, caso alguém queira fazer uma consideração final, antes de encerrarmos este momento de discussão.

O Senhor **Cleyton Soares** - Só uma consideração aos amigos da imprensa, um alerta, na verdade. Observei que quando os irmãos e irmãs venezuelanos falavam muitas fotos foram tiradas, algumas dessas pessoas externaram que eram opositoras políticas na Venezuela. Então, eu solicito alguma parcimônia na divulgação de fotos, imagens dessas pessoas, e peço que seja também solicitada expressamente a autorização para divulgar essas imagens, caso contrário, poderemos colocar a vida das pessoas em perigo, obrigado.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Vamos abrir, mais uma vez, uma exceção para a sua participação, daremos aqui dois minutos para que você possa fazer uso da palavra e, então poderemos encaminhar ao encerramento.

A Senhora **Stefania** - Me desculpem, é que eu tinha uma observação, e a minha mãe falou, mas é muito importante o que eu tenho a dizer também, porque eu acho que é uma solução muito grande.

A comunidade venezuelana tem muitos problemas, mas eu vou me focar no que eu realmente sinto. É de suma importância a mobilidade laboral para todos os imigrantes, que são mais de trinta mil. Não sei quantos são exatamente, mas é muito importante, porque Roraima não dá (inaudível) para os mesmos roraimenses, e tem muito venezuelano preparado, engenheiro, muitos profissionais na rua. Então, eu queria solicitar a vocês entes governamentais, que fizessem um projeto para fazer enlances, porque eu acho que o Brasil tem como receber em outros Estados, tem muitas pessoas que estão aqui só procurando trabalho, e também sei que nós, venezuelanos, estamos dispostos a ir mais (inaudível), conheço muitos que não têm podido sair de Roraima por conta de não terem condições monetárias. A saída seria uma solução muito boa para Roraima que está lotada de venezuelanos, por isso, por não terem condições de pagar uma passagem ou por não saber onde procurar emprego, então seria ótimo se vocês fizessem isso, buscar empresas grandes que precisam de mão de obra qualificada e não qualificada também, existem muitos venezuelanos que têm profissão, muitos que não têm, mas têm força para trabalhar e tem vontade para trabalhar. Então, seria maravilhoso se vocês fizessem isso. O Brasil é um país muito grande com mais de duzentos milhões de habitantes; e eu sei que em muitos outros Estados seriamos bem recebidos, e só falta um enlace, um órgão que se dedique a isso, em outros Estados têm petroleiras, então vamos levar engenheiros, pessoas que têm capacidade para trabalhar a outros estados e, assim ajudar porque Roraima não está tão lotado de venezuelanos, era essa a minha observação, obrigada.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** - Agradeço a sua observação, não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a presente Audiência Pública, agradeço a presença de todos, e a você que esteve conosco pela TV Assembleia, pelo canal cinquenta e sete, ponto três, continue na nossa programação. Eu gostaria de convidar a todos para tirarmos uma foto oficial para registrar este momento. Obrigado e boa noite a todos.

EVANGELISTA SIQUEIRA
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E ZONEAMENTO TERRITORIAL REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas e trinta minutos, na sala de reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, duzentos e dois, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial, sob a Presidência do Deputado **Mecias de Jesus**, Presidente desta Comissão, registrada a presença dos Senhores Deputados: **Jânio Xingu**, Vice Presidente, **Marcelo Cabral**, **Naldo da Loteria** e **Joaquim Ruiz**, membros titulares. Fizeram-se presentes os Deputados: **Aurelina Medeiros**, **Soldado Sampaio**, **Coronel Chagas**, **Flamarion Portela**, que não fazem parte da Comissão. Por determinação da Presidência desta Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente **Mecias de Jesus** – Boa tarde a todos! Senhoras e senhores, vamos dar início à reunião da Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial. Solicito à senhora secretária que faça a verificação de *quórum*. Havendo *quórum regimental* e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

II – LEITURA DA ATA

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** - Solicito à Secretária desta Comissão que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** - Solicito a dispensa da leitura da Ata, cujo teor já é de conhecimento de todos os Deputados que estavam presentes na última reunião.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** - Requerimento do Deputado **Marcelo Cabral** sobre a dispensa da leitura da Ata. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, os senhores deputados que concordam, permaneçam como estão. Dispensada a leitura da Ata. Está aprovada a Ata da reunião anterior sem nenhuma ratificação.

III – EXPEDIENTE:

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Esta reunião, senhores, tem como objetivo a discussão de assuntos relacionados à Regularização Fundiária do nosso Estado e ao Zoneamento Econômico-Ecológico. Eu, como toda a Assembleia Legislativa e demais Deputados aqui presentes, toda a sociedade, estamos ansiosos sobre a questão fundiária do nosso estado. É de interesse de todos nós, que os nossos convidados possam aqui esclarecer algumas dúvidas, que certamente serão suscitadas aqui pelos deputados. Quero registrar e agradecer a presença

do professor Haroldo Amoras, Secretário de Estado de Planejamento, que se faz acompanhar pela Cíntia, Francisco e o Sótero, que são do Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial do Estado de Roraima, o André é o coordenador do Centro. Agradeço a presença do Presidente do ITERAIMA (Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima), Doutor Alysson; do Doutor Sandro Bueno, Procurador Imobiliário do Estado; também registro a presença do Vice-Presidente desta Casa, Coronel Chagas; Deputado Sampaio, Deputado Flamarion, Deputada Aurelina Medeiros. Registrar também a presença dos nossos colegas Deputados, membros da Comissão, Deputado Naldo da Loteria, Deputado Marcelo Cabral e Deputado Joaquim Ruiz. Como já disse, Senhor Presidente do ITERAIMA, Senhor Secretário de Planejamento, temos algumas dúvidas em relação as quais, na realidade, gostaríamos de ouvi-los, tendo a presença do Procurador Imobiliário do Estado, em função das várias discussões que existem na sociedade. Por que o ITERAIMA não pode ainda emitir título definitivo das áreas do nosso estado para o pequeno produtor, para o grande produtor e para o médio produtor? Por que o ITERAIMA não está seguindo essa regularização tão sonhada por todos nós: Qual é o problema imobiliário, se é apenas o problema de registro das terras no cartório? Até só para que o Doutor Sandro comece a entender e a pensar aí. Nós entendemos que a Procuradoria do Estado, caso haja algum empecilho, poderia talvez emitir algum parecer no sentido de dizer ao ITERAIMA, que o ITERAIMA pode, há lei, existem leis que transferiram, de fato e de direito, as terras para o Estado de Roraima. O Estado já é dono das suas terras, há coisas sobre as quais não há mais o que discutir. No meu entendimento, o fato simples de não estarem registradas no cartório as terras do Estado, não significa que as terras não são do Estado e que ele não pode documentá-las. Até para garanti-las ao pequeno produtor, ao nosso produtor, e, também falar do Zoneamento Econômico-Ecológico. O professor Haroldo falou que representa os dois aqui, tanto Secretário do Planejamento como Coordenador do Zoneamento Ecológico-Econômico. Eu acredito que nessa área, Vossa Excelência é a maior autoridade neste estado. Portanto, nós gostaríamos de receber esses esclarecimentos, os deputados que aqui estão, como toda a Casa e a sociedade. O que que está acontecendo? Nós estamos aí já há vários anos diante desse zoneamento sonhado, prometido, esperado por todos nós, para alavancar o crescimento e o desenvolvimento do nosso estado. O que está impedindo? O que a Assembleia Legislativa pode fazer para ajudar? A Assembleia pode ajudar, e de que forma? Onde? Como? Quando? Nós queremos ajudar, nós precisamos ajudar, nós temos que definir essa questão urgentemente. Não é pela governadora Suely. Não é pelo Deputado Mecias, não é por nenhum dos deputados que aqui estão, mas é pelo povo do nosso estado, pela sociedade em geral, pela geração de emprego, pela geração de renda, por uma economia forte, por um estado seguro. Então, nós gostaríamos de ter essas explicações, que somente os senhores podem nos dar. Pergunto dos Senhores Deputados se eu posso ouvi-los primeiro ou passo a palavra primeiro para os nossos convidados? Vamos ouvir, inicialmente, o professor Haroldo Amoras, em seguida, o presidente do ITERAIMA e o nosso Procurador Imobiliário, doutor André e, em seguida, passaremos aos questionamentos dos senhores deputados que farão perguntas de forma coletiva ou individual. Doutor Haroldo Amoras, com a palavra.

O Senhor Secretário **Haroldo Eurico Amora dos Santos** – Senhor presidente, senhores Deputados, muito grato pelo convite, estamos à disposição como sempre nos colocamos à disposição deste poder, sempre que for exigido ou requerido que nós aqui estejamos, aqui estaremos. Eu vou me ater no que diz respeito aos dois temas, principalmente ao ZEE, na medida em que o Presidente do ITERAIMA e o Procurador poderão falar sobre a questão fundiária. No que diz respeito ao ZEE, eu começaria fazendo um breve histórico, qual é esse histórico? Primeiro, a primeira versão de um zoneamento que foi tentado no estado foi em mil novecentos e noventa e dois, noventa e três, no governo do Otomar que naquela época tentou tocar a implantação da construção de uma hidrelétrica, que era a hidrelétrica do Rio Cotingo, sem dúvida, o melhor aproveitamento, a hidrelétrica do Estado, do ponto de vista da eco eficiência. Muito bem, esse estudo foi feito, ele era parcial, pegava a bacia do Cotingo, mas, infelizmente, naquela circunstância, isso não foi institucionalizado. Passados os anos, já na época do governador Neudo Campos, depois do governador Flamarion foi contratado um novo estudo e, aí sim, seria da bacia pegando todas as bacias do Rio Branco cobrindo todo o estado de Roraima. Nesse sentido, foi contratada a CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, que concluiu esse estudo e, em dois mil e dois, apresentou os relatórios. E sobre esses relatórios, eu fui tomar conhecimento no início de dois mil e cinco quando o brigadeiro Otomar assumiu, em nove de novembro de dois mil e quatro, essa questão veio à baila já no primeiro semestre de dois mil e cinco. Foi um documento muito bem feito, muito bem construído, mas no nosso entendimento à época, tratar de planejamento

territorial sem ter a ferramenta apropriada para isso, que é uma base cartográfica, é mesmo que ir pescar sem ter bússola, sem ter canoa, sem ter os instrumentos necessários. Então, nesse sentido, nós propusemos e foi aprovado pelo comando político da época, a necessidade de nós implantarmos um centro de geotecnologia, isso foi feito, nós trouxemos um técnico excelente, versado em cartografia, que é o Coronel Barroso, e foi então que implantamos esse centro. Hoje, Roraima é o único estado do país, que tem a sua base cartográfica homologada pelo IBGE. Isso significa que a nossa base cartográfica segue todas as exigências, padrões e parâmetros das normas e da legislação nacional de cartografia, porque ela é toda cheia de detalhes, isso significa, portanto, que as consistências das projeções e das representações, que a nossa base faz, são tecnicamente bem consistentes. Bom, hoje, nós temos uma base na escala de um pra cem mil, porque nós temos técnicos, e os senhores sabem, que a questão da escala faz muita diferença, tecnicamente: se tem uma escala de um pra um milhão, você enxerga uma coisa, se tem uma escala de um pra duzentos e cinquenta mil, você enxerga outra, até na escala, digamos, que é um estudo agroecológico do zoneamento agroecológico, que tem que ser feito na escala de um pra cinquenta mil, que é pra poder fazer o planejamento no âmbito da propriedade. Muito bem, feito isso e consolidado o documento, essa proposta de ZEE veio para a Assembleia Legislativa, no dia quinze de janeiro de dois mil e nove, a Assembleia Legislativa aprovou esse zoneamento, que está institucionalizado, formalizado pela lei complementar número cento e quarenta e três. Então, o zoneamento estadual, do ponto de vista institucional, já existe institucionalizado, foi complementado depois com retificações, um mês depois pela Lei Complementar número cento e quarenta e quatro de modo que é isso. Agora, o que que aconteceu logo em seguida? Aí está um dos grandes gargalos, é que no dia vinte e oito de janeiro do mesmo ano, dois mil e nove, o Governo Federal editou a Medida Provisória quatro, cinco, quatro, que deu origem à Lei onze mil novecentos e alguma coisa, que na prática, ela veio para regulamentar a Lei dez mil trezentos e quatro, que é a Lei que fez as transferências das terras, que é a lei de dois mil e um. E o que que aconteceu com o decreto que regulamentou a Lei dez mil trezentos e quatro, que é o decreto seis mil, setecentos e cinquenta e quatro. Então, o Decreto seis mil, setecentos e cinquenta e quatro também do dia vinte e oito de janeiro, ele incorporou as exigências para a efetivação das transferências das terras da União para o Estado. E aqui é uma coisa simples, aparentemente simples, mas eu presenciei durante muitos anos um equívoco aqui no Estado de Roraima, as terras eram da União, porque em mil novecentos e quarenta e três o presidente Vargas, quando foi criado o Território Federal, ele transferiu as terras do estado, que eram do Estado do Amazonas. Getúlio Vargas fez mão grande em cima do Estado do Amazonas, na realidade foi um confisco mesmo e transferiu essas terras ao invés de transferi-la para a autarquia Território Federal, que seria o ideal do ponto de vista do interesse local, ele transferiu para o patrimônio da União. Bom, então, essa questão de dois mil e nove implicou na criação e na previsão de criação de unidades de preservação. Então, foi prevista a criação de diversas unidades de conservação, como: Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco, Floresta do Jauapiri, expansão de Maracai e algumas outras e principalmente foi prevista a criação do Parque Nacional do Lavrado. Veja bem, que isso foi em dois mil e nove. E o que aconteceu? A sociedade, de um modo geral, digamos assim, aceitava. Os senhores sabem, Vossas Excelências acompanharam melhor do que nós técnicos essa situação, até que assimilaram a maioria das propostas, mas a questão do Parque Nacional do Lavrado se tornou absolutamente intragável, não houve jeito. Agora, vejam só, isso era um imperativo legal. Então, o ZEE, a primeira versão, ela não contempla essas unidades de conservação, até porque, por exemplo: reserva extrativista á em baixo, no próprio corpo técnico ficou a divergência, porque ali tem tanta área de floresta como área inundada. Então, a proposta técnica à época seria fazer diferentes unidades de conservação, onde havia floresta, fazer uma unidade der conservação tipo uma floresta estadual e não uma floresta nacional. Então, de qualquer maneira, nós não concordávamos com essa posição à época. Bom, a primeira versão do ZEE não contempla essas exigências do decreto que regulamentou, seis, sete, cinco, quatro. Conclusão, esse zoneamento não foi aprovado, por isso e por outras razões técnicas, que seriam facilmente adequáveis, não eram os problemas técnicos que ocorreram, não eram problemas que tornavam nulos, não eram insanáveis. Então, olhem só, nós tivemos em dois mil e nove essa exigência da criação do Parque Nacional do Lavrado, tentamos adequar isso de todo o jeito com o governo federal à época, mas, enfim, o CNIBIS, no final, disse: olha vocês dizem que a sociedade não aceita a criação dessa unidade e nós aqui dizemos que nós não podemos ir contra o decreto. Conclusão, foi gerado o impasse, e aí eu gostaria de salientar, que o zoneamento e uma grande ferramenta de pactuação, o ZEE precisa ser encarado como uma ferramenta de pacto ou de pacto federativo entre o Estado e a União ou entre o Estado e o Município,

e de pacto social entre o estado e o próprio grupo da sociedade. Então, fazer esse arranjo de interesses é muito complexo. Esse problema, certamente, quando a proposta vir para cá, os senhores, é que no final, institucionalmente falando, é o último passo. Serão os senhores da Assembleia Legislativa, senhores deputados e deputadas, que vão enfrentar esse momento. Bom, o Parque Nacional do Lavrado, foi somente revogado, excluído da exigência em dois mil e quinze por um decreto da presidente Dilma, e isso aconteceu no mês de dezembro, lá para quatorze ou quinze de dezembro de dois mil e quinze. Então, o zoneamento, nesse caso, ficou com esse impasse federativo, dois mil e nove, dois mil e dez, dois mil e onze, dois mil e doze, dois mil e treze, dois mil e quatorze, dois mil e quinze, quase sete anos de impasse federativo. Então, é uma novela, realmente, eu já nem me zango, me altero quando o pessoal diz: ah! Essa novela, é uma novela, certamente com diversos capítulos. Por quê? Porque a união entendeu e estabeleceu no decreto essa exigência, mas a sociedade de Roraima não aceitou os termos desse decreto, é simples assim, não houve como acomodar esse interesse, porque se nós prosseguíssemos com a proposta, e vamos supor, a Assembleia Legislativa o aprovasse como aprovou a primeira versão, isso não seria considerado, e houve também um outro fato novíssimo aí: o novo código florestal entrou em vigor, foi aprovado em dois mil e doze, portanto, novas regras do jogo foram estabelecidas. Então, isso é mais uma razão para tornar a primeira versão do ZEE anacrônica em alguns aspectos fundamentais, e, portanto, até eu diria para torná-lo inoperante, como ele é atualmente. Então, retomado no governo da governadora Suely em dois mil e quinze, o ZEE passou por um período de montagem de uma equipe, e essa equipe, no final, foi estruturada por técnicos com a criação de seis ou sete cargos, que fazem parte lá hoje da estrutura, ocupada por técnicos de curso superior, para exatamente procurar fazer, não a elaboração dos estudos, mas para fazer a revisão, a correção, fazer o acompanhamento, fazer o controle dos estudos produzidos. E quem foi contratado para fazer esses estudos? Bom, os novos estudos ou os estudos contratados nesse período foram efetuados através de uma organização, que é chamada Organização do Tratado de Cooperação Econômica – OPCA, que é uma organização internacional, que foi criada pelos países, que assinaram e subscreveram o tratado de cooperação amazônica, que são todos os países amazônicos, ou seja, é Bolívia, Venezuela, Guiana, Brasil, Equador. Enfim, esses países todos criaram essa organização que tem finalidades múltiplas, sendo o foco delas a integração das ações de interesses comuns desses estados nacionais na Bacia Amazônica. Bom, essa organização, por sua vez, contrata pesquisadores, técnicos. E, aí, vale dizer, que a maioria desses técnicos para fazerem esses estudos são técnicos, são pesquisadores nossos. Nossos no sentido de o estado dar maioria da Universidade federal de Roraima. Portanto, não tem nenhuma empresa prestando esse tipo de serviço. Isso foi desenvolvido nesses dois anos e meio. O ZEE é composto de dezesseis relatórios, desses relatórios nós já temos a maioria dos dados quantitativos e a previsão que nós tínhamos, era de conclusão desses estudos e apresentação na Assembleia, era para o final de novembro. Isso estava pactuado com a governadora e alguns segmentos das classes produtoras do estado, o pessoal do agronegócio, principalmente. E é nesse cenário que nós operávamos, e eis que vem uma surpresa, essa foi surpresa mesmo: o Ministério Público Federal nos encaminhou um ofício dois meses atrás fazendo uma série de recomendações. Quais eram as principais recomendações? A primeira, era fazer etno zoneamento; segundo, fazer a chamada faixa de amortecimento; terceiro, que o estado faça o reconhecimento dos direitos indígenas, são esses três. Então, nós respondemos ao Ministério Público Federal, à época, que não tinha problemas em fazer Audiências Públicas, nós respondemos que não teria problema no que diz respeito a representar no ZEE as terras indígenas, porque na primeira versão do ZEE, nós encaminhamos à Assembleia todas as portarias, todos os decretos, enfim, todos os instrumentos que constituíram, criaram, demarcaram e homologaram as terras indígenas. Então, isso tudo está publicado, nós incorporamos e temos a representação dessas terras indígenas todas, que no estado todas as terras indígenas hoje estão demarcadas. Agora, existem duas exceções aí: uma é Pirititis, que está lá no Sul do Estado. É uma área de, aproximadamente, quarenta e dois mil hectares. Essa área foi apartada por uma portaria da FUNAI: a primeira, de dois mil e doze, destinada a atender e abrigar, segundo a FUNAI, uma etnia. Enfim, tá a exceção dos Pirititis. Essa portaria veda o acesso de não indígenas à área, àquelas restrições, que nós daqui conhecemos muito bem, mas essa área Pirititis tem memorial descritivo. Ela tem uma portaria. Enfim, ela está, a luz do sol, dentro das terras do Estado, dentro de gleba que pertence ao Estado. Esse é conflito federativo. Nós dissemos ao Ministério Público, que iríamos representar no mapa. Dizer que aqui se tem essa pretensão, agora, se essa pretensão. Agora se essa pretensão vai se tornar efetiva já é um segundo ou terceiro momento. Agora, mais recentemente, há uns quinze dias surgiu uma outra novidade, que foi a

decisão judicial de primeira instância, que foi uma juíza de primeira instância, que determinou à FUNAI os inícios dos trabalhos de demarcação para a ampliação da terra indígena Anzol. Então, qual é a posição que nós assumimos diante do Ministério Público Federal? Nós dissemos à Procuradoria da República, que, em termos de ZEE, para nós, isso era uma situação que nós não víamos como representar cartograficamente, por exemplo, reconhecer cartograficamente uma situação que ainda não está definida nem formal nem de fato, quer disser, querer uma situação que não tem como representar. Então, são esses no que diz respeito às terras indígenas, são essas duas situações que nós conseguimos identificar e dizer que são pontos que certamente vão gerar polêmicas e que vão condicionar reconhecimento ou não da união do nosso zoneamento, quer dizer, a União vai usar isso como um fator para condicionar a institucionalização do ZEE, certamente ela vai fazer isso, mas isso já foi pactuada e aceito pelo governo do estado, assim como a reserva extrativista do baixo Rio Branco. Então, nesse sentido, nós estivemos em uma reunião na semana passada, na quarta-feira, com o Ministério Público Federal. Por que nós caminhamos nessa direção? Nosso raciocínio é simples, nós devemos procurar resolver esse impasse criado por essa demanda do Ministério Público Federal, onde foi concedida uma liminar, portanto, isso tornou uma situação obrigatória para o Estado cumprir. O nosso raciocínio é: nós temos o linhão de Tucuruí, não é? Porque toda a fundamentação do Ministério Público Federal para justificar essa decisão de suspender a continuidade dos trabalhos do ZEE, porque foi essa a decisão final, a juíza mandou suspender a realização do ZEE, ela mandou! Está lá, é decisão liminar, a União não tem contribuído absolutamente em nada para isso, é zero, zero, zero. Bom, nós lembramos logo do Linhão de Tucuruí, para o qual os investimentos dos recursos estavam previstos, programados e alocados. Aprovados no âmbito de PPA, da União e tudo, tudo, obra licitada, quando o judiciário veio e mandou suspender, e isso está paralisado até hoje. Então, nós ficamos diante do seguinte dilema: do nosso ponto de vista, ou nós sentamos com o Ministério Público Federal e com as Entidades indígenas, e aí a Assembleia pode ajudar também bastante nesse processo para encontrarmos o modos operantes pra gente ter a convergência naquilo que, no final, for o razoável ou então, nós vamos para o embate jurídico e nós sabemos que a judicialização disso, o prosseguimento é um impasse que pode ser resolvido em dois meses, um mês, mas pode ser resolvido em cinco anos, sei lá quanto tempo como está o Linhão de Tucuruí.

Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – No momento, está suspenso, é isso?

Senhor Secretário **Haroldo Eurico Amora dos Santos** – No momento, houve essa determinação, mas na prática não está, entendeu? Porque nós não temos nenhum trabalho para ser feito dentro de terra indígena, não temos nenhum levantamento de dados a serem feitos. Por isso nós nos posicionamos muito claramente para o Ministério Público Federal, dizendo, que a competência de fazer o etnozoneamento está muito claramente definido na legislação federal, tanto na constituição quanto na legislação ordinária, especialmente, nós temos o Decreto sete, sete, quatro, sete, ele estabelece o que se chama PINEGATI – Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em terras Indígenas. Portanto é o instrumento que regulamenta as relações do estado brasileiro com os territórios indígenas, e lá diz, claramente, cristalinamente, que a competência é do Governo Federal, da União, através de quem? Também está lá muito bem definido, é literal que é do Ministério da Justiça, tendo por secretaria executiva a FUNAI, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, a obrigação *stricto sensu* visto do ponto de vista jurídico, não há dúvida nenhuma, pelo menos na minha avaliação, da nossa equipe e de todos com quem nós já conversamos, não há dúvida nenhuma, é do Governo Federal. Agora, o problema não é esse, quer dizer, esse é um problema, mas, do ponto de vista político e institucional, nós avaliamos e a governadora também caminhou nesse sentido, que, por outro lado, nós temos os indígenas, eles têm um território que representa quarenta e seis por cento da área total do estado. E o outro componente é que a população indígena, pelo senso de dois mil e dez, representa aproximadamente dez por cento, isso sem considerar os indígenas, que estão nas áreas urbanas, principalmente em Boa Vista e isso deve ficar um pouco acima desses dez por cento. Então, é esse um segmento de muita importância para um processo de desenvolvimento do Estado de Roraima, até porque nas terras indígenas, a gente sabe, tem as potencialidades minerais, as potencialidades florestais, tem a potencialidade de recursos hídricos, há diversas fontes de riquezas naturais, que certamente são componentes importantes de qualquer cenário de desenvolvimento regional. Então, nesse sentido, a nossa proposta, que nós estamos agora encaminhando, no âmbito de um grupo de trabalho mais restrito que foi constituído na reunião de sexta-feira. Nós fizemos essa reunião na sexta-feira com o Ministério Público Federal, Ministério

Público Estadual, representação, das onze representações indígenas principais do estado, na reunião só compareceram seis. A principal delas que é o CIR (Conselho Indígena de Roraima), que tem uma representação muito grande, não esteve. Nós sabíamos, nós tínhamos a informação, que o CIR não iria comparecer nessa reunião, mas nós avaliamos que seria importante prosseguir com a agenda, registrar isso tudo, nós temos o registro dos convites que foram feitos para todas as entidades, temos o registro que foi feito na Ata do evento. Nós tiramos uma decisão na reunião de sexta-feira que nós reuniríamos hoje, como fizemos hoje de manhã com representante do Ministério Público Federal, com representantes de entidades indígenas, associações, nossa procuradoria-geral esteve presente, nossa Secretaria do Índio, mas também é muito importante registrar quem está registrando, em termos operacionais, essa busca de entendimento com as entidades indígenas, com as associações, é a nossa Secretaria do Índio através do Alfredo e do Dilson Engaricó, pra tentarmos facilitar nossa avaliação, isso facilitará esse diálogo com as sociedades, enfim, com as comunidades indígenas, essa é uma premissa. Então, na reunião de hoje de manhã, nós propusemos o seguinte encaminhamento. Primeiro, dizer que, no que diz respeito a representação no ZEE, não tem problema de a gente representar a faixa de amortecimento, o que é isso? É uma projeção que a Funai fez, por portaria da Funai, de um instituto, de uma norma da área ambiental. O que é que a legislação, que é uma Resolução do Conama estabelece? Ela estabelece, que nas unidades de conservação terão uma faixa de amortecimento, que, na atualidade, corresponde a uma faixa de três quilômetros. E qual é a função dessa faixa de amortecimento à luz dessa Resolução do Conama? A faixa de amortecimento tem a finalidade, de interferir quando durante o processo de licenciamento. Primeiro, ela não interfere no direito de propriedade, ou seja, ela não cria problema para o direito de propriedade, não é isso, Francisco? Segundo, mas ela pode, é uma possibilidade, é potencial importante criar restrições para o direito de uso das explorações que estiverem dentro desta faixa de até três quilômetros. Quando é que nós vamos saber se terá ou não problema? Quando do licenciamento ambiental, por quê? Porque, por essa norma do Conama, todos os órgãos de controle ambiental são obrigados, por ela, a apresentarem, a encaminharem à Funai a notícia de que está havendo licenciamento ambiental naquela propriedade, naquele local, da atividade tal. Isso é feito, atualmente, nessas circunstâncias, no que diz respeito às unidades de conservação. Agora o que a FUNAI depois vai fazer com isso, não temos nenhum caso concreto assim, mas, é claro, que isso implica em um poder discricionário imenso para Funai. Agora, o ZEE vai dizer: aqui pode plantar soja, aqui pode plantar arroz etc. Então, hoje a posição do ZEE é esta. Nós estamos nesse processo de montar um protocolo para fazer as audiências públicas junto às comunidades indígenas, através de quê? Através de suas representações, aí temos Tucara, tem Usir, tem Sodiur, tem onze, onze entidades que já foram localizadas, enfim, é com elas que nós vamos fazer. Agora, dentro de que rito? Bom, o Ministério Público Federal recomendou que essa primeira, que nós chamamos de primeira audiência, que fizemos na sexta-feira, não fosse considerada audiência, fosse considerada apenas uma reunião preliminar para organizar o rito da audiência. Então, hoje nós temos esta reunião, e quando é com isso que nós vamos ter um prazo para definir? Nós temos uma proposta, que é a seguinte: o que é que o etnozoneamento determina, no que consiste o etnozoneamento?

Senhor Presidente, Deputado Mecias de Jesus – Vou pedir ao doutor Haroldo para concluir.

Senhor Secretário Haroldo Eurico Amora dos Santos – Pois não! Eu vou já concluir. Então, tradução, a nossa proposta está girando em torno de que primeiro, nós incorporaremos a questão da faixa de amortecimento, porque tem que incorporar mesmo, em face de quê? Da Resolução do Conama, isso já se aplica, hoje, já se aplica para as unidades de conservação. Portanto, como pra efeito de analogia, as terras indígenas pra esses fins são, não sei dizer o termo jurídico, equiparado às unidades de conservação, porque as terras indígenas contam no total das terras protegidas ambientalmente, ou seja, elas entram na meta dos sessenta e cinco por cento, que é a meta que nós temos, mínima, pra nós termos, a redução da reserva legal em área de floresta de oitenta pra cinquenta por cento, o nosso ZEE tem que contemplar, no mínimo, uma área de sessenta e cinco por cento sobre a forma de áreas protegidas, ambientalmente, falando à luz da legislação, porque tem outras áreas que são protegidas, são áreas institucionais, mas elas não são ambientais, como por exemplo, as terras militares, essas não entram nesse cálculo. Nós temos, portanto, uma definição, o cronograma, nós queremos fazer esse cronograma, que a central está aí para a gente ver se cumpre o encaminhamento disso ainda este ano para a Assembleia, mas eu não posso agora, neste momento, dizer. Nós vamos concluir os trabalhos técnicos, conforme está programado, vamos concluir até o final de outubro, vamos elaborar o Projeto de Lei com a proposta, já incorporando o indicativo no

que diz respeito a esta questão da participação dos indígenas no ZEE, de modo que a gente, digamos, fique dependendo, única e exclusivamente, do cronograma das audiências, porque nas Audiências, nas comunidades indígenas ou a sociedade em geral, lá não vai ter poder para dizer, está aprovado ou não está aprovado. É claro que se for aprovado politicamente é muito melhor, mas também se disser que não está aprovado, aí é um pepino a mais, que eu digo, que esse conflito federativo todo tem, ainda hoje, por exemplo, a gente tem situação de propriedades ou de ocupações que estão dentro de unidades de conservação e que já há manifestação, mas o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) não está considerando isso. Então vem manifestação, e essa manifestação vai ficar bem visível aqui, aparece na Assembleia Legislativa. Então, um dos papéis da Assembleia é o de mediar conflitos na sociedade, sim, vão decidir para um lado ou para o outro, mas a Assembleia, certamente, vai fazer isso, é uma trajetória previsível. Então, seria isso, senhor Presidente, em linhas gerais, me coloco e a minha equipe toda aqui à disposição para trazer informações mais detalhadas que sejam julgadas necessárias para melhor esclarecer o entendimento de Vossas Excelências.

Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Obrigado, Dr. Haroldo! Como foi preestabelecido anteriormente por nós, vamos continuar, com a devida venia dos Senhores Deputados, ouvindo os nossos convidados, para depois os deputados se manifestarem. Tem bastante folha de papel para irmos anotando, certamente, ao dr. Haroldo ainda serão dirigidas a ele várias perguntas, como também aos demais que usarão a palavra. Eu gostaria que, se possível, pedir ao Dr. Allyson que vai usar a palavra agora, também quero dizer que a ordem que nós estamos usando aqui para os senhores falarem, não é o que é mais ou o que é menos importante, é que surgiu aqui da minha cabeça e fui passando a palavra para os senhores. Espero que os senhores entendam que o protocolo aqui não exigiu essa ordem de precedência. Dr. Allyson com a palavra, deixando só o esclarecimento se for possível.

Dr. **Allyson Macedo** – Boa tarde a todos! Quero agradecer o convite do Presidente Mecias, é muito importante essa participação, esclarecer para os Parlamentares a situação latifundiária do Estado, cumprimento aqui os Deputados Naldo e Joaquim Ruiz.

Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Quero registrar a presença do Deputado Xingú, chegou quando o senhor estava falando, ele é Vice-Presidente da Comissão, também registrar a presença do Deputado Odilon, muito obrigado!

Dr. **Allyson Macedo** – Para encurtar, sintam-se todos cumprimentados, servidores da SEPLAN e servidores daqui da Assembleia Legislativa, sendo bem breve aqui, vou traçar um histórico rápido desde dois mil e nove, que foi com a regulamentação da Lei dez mil, trezentos e quatro, ela foi alterada pela Lei onze mil, novecentos e quarenta e nove, que tirou o prazo da dez mil, trezentos e quatro, que tinha um prazo de cento e oitenta dias para ser regulamentada. Em dois mil e nove, eles não poderiam mais regulamentar, teriam que alterar para poder regulamentar. Então, alteraram e regulamentaram com o Decreto sessenta e sete mil e cinquenta e quatro, esse decreto impôs uma série de condicionantes para a transferência das terras, como já foi falado aqui, as principais, a criação de unidades de conservação, determinado no processo de transferência, que deverá se dar por gleba a gleba, deverá efetuar a certificação do perímetro da gleba, georeferenciar o perímetro da gleba e certificar e, após isso, georeferenciar tudo aquilo que já está afetado dentro da gleba para apurar a área remanescente que será registrada em nome do Estado de Roraima. Então, esse procedimento está exposto no Decreto sessenta e sete mil e cinquenta e quatro. Então, a ação é por gleba e, com base nisso, o Decreto, o Incra, em dois mil e nove, transferiu as primeiras oito glebas: gleba Caracará, Cauamé, Baruanã, Tacutu, Murupu, Kitauau, BR vinte e um, zero, dois e Normandia. Isso ocorreu de setembro a dezembro de dois mil e nove, logicamente, após essa transferência, o Estado começou um processo de titulação dessas áreas. Em dois mil e doze, após algumas denúncias do Ministério Público Federal, ele entrou com uma ação civil pública questionando o procedimento da transferência, ele não questionou nem a lei, tampouco o Decreto que regulamentou a lei, questionou o procedimento da transferência que não estava sendo observado. Logicamente se conclui que realmente, não foi observado, até porque não haviam sido definidas as áreas, as unidades de conservação, foi um dos principais gargalos, inclusive, afetando diretamente o andamento do ZEE, com isso a Ação Civil Pública foi acatada em parte, a Justiça Federal acatou, em parte, suspendeu a titulação no Estado de Roraima e a transferência das demais glebas. Então, com isso, a partir de dois mil e doze, existia um convênio de regularização fundiária em andamento para medir posses em emissão de títulos, esse convênio teve que ser alterado com uma pactuação entre o Governo do Estado e o Governo Federal, que era o concedente pra usar esse recurso e ampliar uma meta do convênio pra fazer o destaque das áreas previstas no

Decreto. Então, foi uma ação, que realmente teve que ser construída a quatro mãos e num espaço de tempo muito curto para atender uma determinação judicial, um recurso considerável, foi feito esse trabalho nessas oito glebas que eu citei, o trabalho de georeferenciamento, áreas indígenas, projetos de assentamento, áreas militares, áreas inalienáveis da União e faixa de fronteiras, de divisas, são as propriedades particulares, aqueles títulos que já eram imóveis particulares teriam que se apartar. Logicamente não se vai doar para o Estado o que já é do particular. Todo esse trabalho foi feito e apresentado à justiça, parte dele foi apresentado em dois mil e quatorze, quando saiu a primeira decisão judicial, declarando válido esse trabalho em cinco glebas: Barauana, Tacutu, Murupu, Kitauau e BR vinte e um, zero, dois; logicamente, já declarava válido todo esse trabalho de georeferenciamento, entretanto o Estado não emitiu título, ainda restava um detalhe imposto no Decreto, embora uma legislação muito antiga, mas, ainda, carecia do assentimento prévio. Por isso, em dois mil e quatorze, mesmo com essa decisão judicial, impossibilitou a emissão dos primeiros títulos. Depois o MPF agravou essa decisão, porque ainda faltava definir as unidades de conservação. Enfim, em dois mil e dezesseis, foi concluído todo o trabalho retificado nessas cinco glebas e feito o trabalho nessas outras três: Cauamé, Caracarái e Normandia, e apresentado o trabalho à Justiça Federal, onde, em 29 de março deste ano, o juiz, além de convalidar o que ele já havia decidido anteriormente, declarou válidos todos os trabalhos dessas outras três glebas: Cauamé, Caracarái e Normandia. Portanto o processo judicial, hoje, está concluso para sentença, já foram apresentados os memoriais finais, tanto do Ministério Público, quanto da União, que é representada pela GU; tanto do Governo do Estado quanto da Procuradoria Geral do Estado. O status do projeto hoje é concluso para a sentença. Logicamente, o que nos anima é que todas as decisões anteriores da justiça foram favoráveis ao Estado, no que vem apresentando no cumprimento desse Decreto em primeira instância. Então, foi declarado válido, e a partir do momento em que foi declarado válido, que isso era um empecilho pra movimentar o pedido de assentamento prévio junto ao governo Federal, que o próprio decreto impõe, o órgão; quem era o proprietário das terras, ao repassar para o ente, deverá constar o assentimento prévio, o que não constou nesses oito títulos de doação referente a essas glebas; e foi feito todo um trabalho de instrução do processo, de revisão do processo de doação do processo original pra buscar uma convalidação com o assentimento prévio, o assentimento é prévio, neste caso, nós não teremos mais um assentimento prévio, irão encontrar um instrumento que possa retificar o título que foi dado anteriormente, porque, à luz da legislação, ele pode ser considerado até nulo, a exemplo disso, desse procedimento, como é complexo e importante, no mês de julho do ano passado, a prefeitura municipal recebeu do Governo Federal um título de doação federal da área urbana, que está em faixa de fronteira. Esse título de doação só saiu depois que o Conselho de Defesa Nacional expediu o assentimento prévio para ser gravado no título. Está aqui a cópia do título, que deve estar gravado, senão é nulo de pleno direito, logicamente todos os atos posteriores se tornarão nulos. Então, esse trabalho foi feito, e o CDN só aceitou conversar sobre o assentimento após estar pacificada a questão judicial. Então, esses processos só puderam ser movimentados para o Conselho de Defesa Nacional após a decisão do dia vinte e nove de março, que declarou válido o que já tinha sido feito, referente a outras três glebas, a gente enviou inúmeros ofícios para o Superintendente Regional do Inkra aqui no Estado, e também para o Presidente Nacional do Inkra, que o Inkra, sendo o Órgão representante da União na transferência dessas terras, é o órgão que deveria solicitar o assentimento prévio. Eles encaminharam os processos pra Brasília, para o Inkra nacional, logo no mês de junho. Então, de junho até o dia dois de outubro, nos causou uma surpresa por conta de um entendimento jurídico por força da Lei onze mil, novecentos e cinquenta e dois, reforçada pela Lei treze mil quatrocentos e sessenta e cinco de dois mil e dezessete, com a lei federal, a competência para tratar da transferência das terras da União para o Estado de Roraima, ela saiu da autarquia Inkra e foi para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil da Presidência da República, que é o órgão na Amazônia Legal, que trata de questão fundiária por força dessa Lei onze mil, novecentos e cinquenta e dois, de dois mil e nove, mas ela, na verdade, tinha um prazo pra funcionar essa Secretaria, a onze mil, novecentos e cinquenta e dois, com a treze mil quatrocentos e sessenta e cinco. Essa Secretaria não tem mais tempo determinado, ela tem atribuição de regularização fundiária em toda a Amazônia Legal. Para tratar esses processos, a governadora Suely Campos, marcou audiência com o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, já por força deste estado, ele foi oficializado dessa decisão, desse entendimento jurídico e que, a partir dali as tratativas seriam com a Casa Civil da Presidência da República. Então, logo que esse expediente foi agendado uma audiência com o ministro e foi pedido celeridade, haja vista que todos os elementos técnicos estavam presentes, o Estado estava à disposição para colaborar

com o que fosse preciso. Então, já se passou mais de um mês e quinze dias, porém esse processo, que era uma revisão do que tinha sido feito, não avançou, logicamente, o que avançou foi só o entendimento com as demais glebas: No próprio decreto aqui, eles impõem a transferência das glebas para o Estado se dará por gleba, após estar georeferenciado o seu perímetro e destacadas as áreas internas, será emitido um título de doação para efeito de registro em cartório. Então, a transferência das terras da União será efetuada por gleba, haja vista, que a arrecadação à época foi feita toda por gleba: gleba Cauamé, Murupu, Kitauau, após a certificação do seu perímetro original e destaques das áreas externas, será expedido o título no Decreto sessenta e sete, cinquenta e quatro no art. primeiro, e só lendo na íntegra o § terceiro do decreto, não foi mudado, só foi mudada a questão das unidades de conservação. Estou com a cópia do Decreto aqui, e só foi mudada essa questão. A efetivação do registro em cartório da transferência de que trata o caput, será feita por gleba, logo após esta ser identificada e já referenciada, bem como destacadas as áreas excluídas para fins de registros. O Inkra, que não é mais o Inkra, já é Secretaria Especial expedirá (inaudível).

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Quero pedir venia à Deputada Aurelina, para deixá-lo continuar, que depois nós vamos ouvir o procurador, depois todos os deputados terão direito de fazer o questionamento e a explanação que quiserem. Por favor, presidente, continue!

Dr. **Allyson Macedo**, Diretor-Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima - **Iteraima** – Concluindo aqui, todo esse processo de assentimento que está na Casa Civil, no dia dez de maio foi lançado o programa de regularização fundiária do governo do Governo do Estado, lançado pela governadora Suely Campos, onde nós expedimos os primeiros títulos na gleba Caracarái, na área que está fora da faixa de fronteira, por quê? Embora uma lei muito antiga, de setenta e nove, trata da faixa de fronteira, o próprio decreto também impõe, que o Estado tem que respeitar a legislação em faixa de fronteiras, salvo com assentimento prévio é nulo de pleno direito a alienação e concessão de terras públicas em faixa de fronteiras. Então, tem que se observar essa situação, mas não pode se deixar em conta das inúmeras cobranças que o governo do estado fez à União pedindo celeridade. Inclusive a gente encaminhou já para a Procuradoria-Geral do Estado todos os ofícios cobrando celeridade nessa questão do assentimento, haja vista que é até contraditório, nós temos o Secretário Haroldo que sabe disso, nós temos um convênio de regularização fundiária celebrado com a própria União e, se a União e o Governo Federal não nos concederem esse assentimento, nós não cumprimos o objeto desse convênio. Então, você vê que chega a ser contraditório a União não resolver essa questão, a gente fica impossibilitado de cumprir o objeto, o convênio com a própria União, a União não resolve a questão do assentimento prévio (inaudível). Esperamos que sim, a gente torce muito para isso (inaudível). Ainda digo mais aqui, a Deputada Aurelina me passou um histórico do Projeto da Lei onze mil, trezentos e quatro, que tramitou no Senado Federal à época. A gente deu uma lida para ver se havia alguma manifestação das comissões referentes ao assentimento prévio, até passar por Procurador, mas não tem, eles não citam em nenhum momento e poderia tirar o inciso três, do art. primeiro, observação dos requisitos impostos pela legislação relativos às terras localizadas em faixa de fronteiras, por quê? Se retirar isso aqui, a própria autorização legislativa, autorização do Congresso Nacional, que é a Lei dez mil, trezentos e quatro que poderia já ter força (inaudível), mas usaram isso no decreto e tem que se cumprir. Para concluir essa situação, foi lançado o programa, tem o anseio da população rural e de todos os parlamentares que defendem essa questão fundiária, inclusive para as glebas do sul do estado para a transferência igual ao que o decreto aqui determina. O ITERAIMA recebeu uma Emenda de Comissão para contratação de georeferenciamento para o sul do estado, são as glebas para as quais esse trabalho não foi feito. Então, tamanha é a importância desse programa de regularização fundiária, esse processo está em fase de contratação, e é muito importante para também preparar as glebas do sul do estado, certificar, já referenciar os destaques e encaminhar para o governo federal emitir o documento para gente levar a registro. Então, com isso, nós iniciamos como eu falei, a emissão dos primeiros títulos na gleba Caracarái que está fora da área de fronteira, uma maneira de pressionar o governo a resolver o que está dentro da faixa de fronteira. Então nós já iniciamos um programa de regularização, emitindo uns títulos dentro do convênio, mas ficamos impossibilitados de concluir o objeto do convênio, porque a própria concedente, que é o governo federal, não resolve a questão do assentimento. Esse convênio está prorrogado até junho do ano que vem e, dentro da justificativa e do que foi pactuado para a sua prorrogação, tem a obrigação do parecer técnico lá para o governo federal providenciar o assentimento. Então, têm vários documentos cobrando o Governo Federal e pressionando para resolver essa questão do assentimento. O próprio juiz, como bem lembrara o Secretário Haroldo, na sentença, ele determina ao

Incrá que continue o processo de transferência das terras e que o Estado de Roraima e o ITERAIMA continuem o processo de titulação, está na decisão judicial. Então, estas são as considerações, eu trouxe aqui um histórico da situação judicial da transferência, vou passar para os senhores algumas cópias. Desde do início de dois mil e nove, com as primeiras transferências, a ação judicial e o que foi feito para resolver a ação judicial, lançamento do programa de regularização fundiária e a mudança de competência para tratar a situação fundiária do estado de Roraima, que saiu do Incra e foi pra Secretaria de Agricultura Familiar, e aqui me coloco à disposição para dirimir quaisquer outras dúvidas que os senhores tiverem no decorrer desta reunião de comissões, muito importante aqui para tratar desse assunto, para o qual, certamente, existem só duas possibilidades ou pressionar de forma política que resolva esta questão ou judicializar o caso, porque o estado não pode ser prejudicado, até porque a emissão de título sem o assentimento gera multa de vinte por cento para o gestor além de improbidade para cada título alienado e o cartório também, tá na Lei seiscientos e sessenta e seis mil e trinta e quatro. Então, existem essas duas possibilidades, ou judicializa, não sei se com uma ação de obrigação de fazer ou outro tipo de ação ou a pressão política, que possam demonstrar que estão atrasando o desenvolvimento do Estado por falta desse assentimento, haja vista, que a própria justiça em várias decisões sobre competência de atuação diz que o Incra já perdeu a competência de atuar nessas áreas desde dois mil e um, por força da lei. Então, fica, como Secretário fala, esse embate federativo, que precisa ser resolvido, porque o estado não pode mais esperar.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Bem, uma coisa está descartada: a união política para se resolver isso aí é praticamente impossível e todos nós sabemos que se politicamente tivéssemos essa união seria um sonho pra nós, um sonho se pudéssemos ver nossa bancada federal, Deputados e Senadores Federais unidos no mesmo objetivo, se isso tivesse acontecido e se isso viesse a acontecer, nós não teríamos problemas nem com a transferência de terras, muito menos, com a nossa questão energética, que é um problema seriíssimo que colocam a culpa nos índios, e eu tenho certeza que a culpa não é dos índios, é simplesmente política, porque nós não somos menores do que São Paulo, quando se trata de força política, principalmente no Senado Federal, enquanto nós temos quinhentos mil habitantes e temos três senadores, São Paulo têm quarenta milhões de habitantes e tem três senadores, ou seja, nós somos iguais, mas, vamos ouvir o procurador. E eu já faço inicialmente uma pergunta ao ilustre procurador, uma pergunta diante do que se foi colocado aqui. O senhor faz a sua explanação e depois pode responder à pergunta lá no final, se nós não viermos a titular essas terras, continuar com estamos, o Estado estará impedido de emitir outro tipo de documento, certidão de posse, autorização de ocupação, georeferenciar a terra do pequeno produtor, o Estado impedido disso ou não? Qual seria o outro tipo de documento que o Estado poderia dar, que viesse dar garantias reais ao pequeno produtor, ao médio e ao grande produtores de que ele é o dono da terra, da qual o Estado é o proprietário atual?

Dr. **Sandro Bueno**, Chefe em Exercício da Procuradoria Imobiliária do Estado de Roraima – Já vou respondendo à pergunta: a garantia real de que ele é o proprietário da terra, aí se dá realmente através do título, certo? O pequeno produtor tem a posse, acredito eu, que a maioria deles ou todos eles já exerçam a posse, o direito em si, ele (inaudível) exatamente, é uma posse legítima (inaudível). Então, de forma que, para finalizar e garantir a propriedade mesmo, seria através da titulação. O Estado pode sim emitir qualquer outro tipo de documento, assim como ele também pode, como venho acompanhando lá na procuradoria alguns ingressam com ação de usucapião, particularmente, lógico que lá na frente a ação será infrutífera, porque é terra pública, mas, é lógico, que ele consegue provar que ele está ali no exercício da posse e tudo mais. Mas, para finalizar mesmo só através da titulação, nada impede que o Estado emita outros documentos, mas esses outros documentos não vão dar a titulação definitiva. Então, seria um paliativo, eu não recomendaria, seria continuar o mesmo processo de titulação. Acredito ter respondido a pergunta, ou não?

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – O problema é o seguinte, o Senhor é proprietário de alguma terra?

Dr. **Sandro Bueno**, Chefe em Exercício da Procuradoria Imobiliária do Estado de Roraima – Não!

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – É por isso! Porque se o senhor tivesse uma terra lá no Santa Maria do Boiaçu ou lá em Rorainópolis, e o senhor precisasse de um financiamento bancário e aí que só o título definitivo ou com uma autorização de ocupação, um (incompreensível) ou outro documento dado pelo governo, é que o banco o aceitaria, o senhor, certamente, iria mudar sua opinião.

Dr. **Sandro Bueno**, Chefe em Exercício da Procuradoria Imobiliária do Estado de Roraima – Não, não, o banco, ele trabalha com certeza são os bancos oficiais.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Não! Eles aceitam uma autorização de ocupação, a maioria dos bancos aceita o que pode comprovar a sua posse, para custeio (inaudível) já vamos fazer assim, que o procurador se manifestar

Dr. **Sandro Bueno**, **Chefe em Exercício da Procuradoria Imobiliária do Estado de Roraima** – Os bancos trabalham de forma integrada, principalmente, com o Governo Federal, eles têm um protocolo interno, principalmente o Banco do Brasil, Caixa Econômica, o BASA, eles trabalham de maneira uniforme, acredito eu, mas, realmente, na prática, no dia a dia, eu não conheço. Fico à disposição para maiores esclarecimentos depois. Com relação ao zoneamento, a decisão liminar foi proferida nos seguintes termos (leitura dos termos da decisão liminar), ou seja, a decisão determina, praticamente, o parágrafo todo, o governo, conforme explanado pelo secretário, entendo eu, até acertadamente, decidiu que é mais fácil cumprir isso daqui, do que você se perpetuar na judicialização da questão. A Procuradoria, independente do que vai ser feito pela SEPLAN, irá recorrer dessa decisão, uma coisa não impede a outra, assim como na prática, essa decisão não está paralisando o ZEE, porque, se lá na frente, se o governo cumprir o que determina a decisão judicial, ela perde o seu objeto e não se fala mais nisso. Mas a Procuradoria, de qualquer forma, vai recorrer dessa decisão, até porque ela não vem fundamentada na legislação específica do ZEE, ela vem fundamentada na (inaudível) que é uma norma internacional, mas que o Brasil se obrigou a cumprir. Então, tem força na legislação interna. Então, ficamos nesses termos, o governo buscando cumprir isso daqui dentro do cronograma, que eu venho acompanhando junto à SEPLAN que está sendo estabelecido, acredito eu, que até mesmo antes de uma decisão que venha reverter essa daqui, o Estado já tenha cumprido o que foi determinado, até porque também estamos em entendimento com o próprio autor da ação, que é o Ministério Público Federal. Com relação ao ITERAIMA, também no aspecto processual, como bem dito aqui pelo presidente, o estado também na Ação Civil Pública, que foi movida contra o Estado com relação à titulação, o Estado também optou por cumprir o que vinha sendo exigido no próprio pedido, do que também se lançar na judicialização, o que você não tem aí é um prazo específico para ter fim, como no caso bem salientado aqui do linhão, que também está judicializado e está totalmente paralisado, como bem dito aqui também, as decisões posteriores a partir do momento, em que o estado passou a cumprir o que é exigido na norma específica, que era o objeto da ação, as decisões judiciais passaram a ser todas favoráveis ao Estado, o processo realmente se encontra concluso, aguardando sentença, tudo indica que também venha a ser favorável ao Estado de Roraima, e o fato que, realmente, agora venha a ser o maior entrave com relação à titulação é a questão do assentimento prévio, que parece ser mais uma questão política do que jurídica no momento atual, era só.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – O presidente do ITERAIMA falou de uma ação que pode ser uma obrigação de fazer, a Procuradoria tem estudado isso, é possível fazer isso?

Dr. **Sandro Bueno**, Chefe em Exercício da Procuradoria Imobiliária do Estado de Roraima – É possível. O difícil é prever os resultados práticos dessa ação, você ingressa com essa ação e o risco é você gerar uma expectativa jurídica falsa, porque você pode até ter uma decisão favorável de primeira instância, mas dependendo do que houver de recursos, isso também pode não ir adiante, de judicializar a questão, é relativamente fácil. O problema é o que virá depois.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Por uma questão de precedência, vou passar a palavra ao vice-presidente da comissão, o Deputado Xingu.

Senhor Deputado **Jânio Xingu** – É porque eu estou incomodado com essa reunião, eu vou dar-lhe o nome de reunião de confissão de culpa, não fui eu, foi ele, quando eu cheguei já estava feito, ninguém resolve absolutamente nada, ZEE é uma novela mexicana em Roraima. Quando eu soube que o Chiquinho do Apiaú era quem estava fazendo o ZEE, eu me espantei. As pessoas estão brincando com Roraima, é verdade, eu disse para governadora (inaudível) tinha demitido muita gente por telefone, ela me perguntou por quê? Porque governador tem que ter resultado e não papo furado. Você vai em Goiás, tem resultado; você vai na Bahia, tem resultado; você vai no Pará, tem resultado; só em Roraima que não tem resultado, em Roraima só tem conversa. Eu vou fazer oito anos (inaudível) e só se fala de ZEE, mas nunca houve nada concreto nisso. Então, algo está errado, eu não sei onde, mas algo está errado. Não é possível que em outros estados fazem o mundo acontecer, Roraima não consiga fazer o mundo acontecer. Eu fiquei aqui muito triste, quando falou que existe uma ordem judicial que manda continuar a titulação. Ninguém está acima da justiça, se a justiça manda continuar por que parar? Eu queria aqui, presidente, sugerir: você falou que é muito difícil aqui unir a classe política para resolver isso, aí quando falou que está na Casa Civil, eu falei acabou. O chefe da Casa Civil

é o Romero Jucá, ele não tem interesse nenhum em fazer isso. Vamos falar aqui a realidade, ele é o chefe da Casa Civil, Padilha é funcionário dele, o que nós podíamos fazer, se o governo tivesse coragem, era pegar essas quatro mil pessoas que estão lá para receber seus familiares, alugar cem ônibus e fazer uma audiência pública aqui nesta Casa, antes de convidar todos os deputados federais e senadores e colocar aqui cinco, dez mil pessoas. E, aí, o Presidente da República que está lá no gancho para ser processado, eu duvido que, em ano de eleição, eles não pulassem no pescoço do Temer, entendeu? Só resolve dessa forma, mas também resolve tirando os nunca do governo. Eu tenho dito isto para governadora que existem três tipos de pessoas no mundo: o que logo fazem as coisas acontecerem; o que desculpa, o que mata a mãe no primeiro dia, no segundo mata o pai, no terceiro mata o primo e no quarto dia, ele apresenta o atestado de óbito, chega às dez horas no trabalho, às onze horas vai embora (inaudível) não resolve nada, vai tomar a cervejinha de tarde e está tudo certo, ou faz isso ou tudo vai acontecer quando Romero e Teresa estiverem nesse palácio em dois mil e dezenove, caso contrário, a gente está aqui fazendo careta pra cego. Eu não vi nenhuma solução aqui, só vi aqui confissão de culpa, não fui eu, foi a Resolução A, foi a Resolução B, foi o João, foi a Maria, mas ninguém disse assim: “ nós temos que fazer isso, aquilo para resolver o problema. Quanto ao ZEE, eu nem acredito mais, já falei para Sampaio, já estou há oito anos aqui, e quando eu soube que era o Chiquinho do Apiáú, eu disse: não, agora o ZEE sai, porque o Chiquinho entende de ZEE, ninguém entende no mundo mais que ele, ele vai fazer os estudos, enfim, para você ver ao que chegou esse caso de ZEE, o Chiquinho do Apiáú é meu amigo, mas onde chegou esse negócio? E outra coisa, eu tenho o dever de ofício de dizer aqui, que eu considero muito o presidente do ITERAIMA, mas nunca pegue uma carga que não possa carregar, não prejudique o estado, não acabe este estado pobre que é Roraima. Se não resolve, sai, mas não pode ficar na conversa. Nós precisamos resolver essas coisas, são gargalos que fazem a governadora ter cinco por cento nas pesquisas, ou fazendo aqui uma grande audiência pública que o ITERAIMA tem que estar na frente e mobilizar as pessoas ou fazendo a parte técnica ou pegando a ordem judicial e titulando e assinando título. O problema não é seu, é da justiça que autorizou dar continuidade na titulação, caso contrário, a gente está aqui numa reunião que não serve absolutamente para nada. Esse é o meu sentimento e é isso que eu vou passar para governadora, e eu vou dizer a ela: a senhora está num mar em uma canoa sem remo e olha que vem muito tsunami pela frente. É essa a conversa, os órgãos existem, mas não resolvem, a gente sai daqui e amanhã todo mundo vai para suas casas, comer seus churrascos, falar com sua namorada, com sua esposa, com seu filho e nada acontece de real. A gente tem que sair daqui com audiência marcada, Mecias, audiência pública, o governo tem que alugar quarenta ônibus, pois aqui tem as glebas Cauamé, Caracará, Br 210, Baraúna, Murupu, Normandia, seja lá onde for.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Essas já foram resolvidas.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Está bom, essas já foram resolvidas, mas têm as outras, tem que pegar essas pessoas e trazer para cá, convidar os deputados federais, senadores e trazer para cá, isso é o governo que tem que fazer, não concorda? Para poder sensibilizar os parlamentares federais de que algo precisa ser feito de verdade, concorda? Aí, eles vão votar pra tirar a corda do pescoço do Temer, mas eles não querem resolver o problema de Roraima, eu não acredito que não resolva, mas também se tiver uma ordem judicial que autoriza titular, tem que titular, se alguém está à frente do órgão não quer titular, vai aparecer alguém que vai ter coragem de titular, porque o Banco do Brasil está mandando pro tesouro de um estado pobre duzentos milhões de reais, porque o PRONAF não pode ser operado por isso, imagine um estado passando fome, quando você chega em uma propriedade rural, o meu irmão é prefeito de Cantá, eu ando muito por lá, por Caroebe, você chega lá, a pessoa tem um galo cego e dois pintos. O Banco do Brasil diz: “eu tenho dinheiro aqui para você, mas você não tem título, eu não posso te dar”. E aí o dinheiro vai embora porque (inaudível) precisamos falar de realidade. Eu queria só dizer a vocês que não fiquem chateados com o meu desabafo, mas não dá para falar desse assunto aqui na Assembleia, que o assunto saturou, esse negócio de ZEE virou bagunça, virou novela mexicana. Esse negócio de titulação, meu irmão, virou novela mexicana, se fala nisso hoje, amanhã, depois, segunda, terça, quarta, e nada acontece. Então, era só isso que eu queria dizer, mas o meu sentimento é de revolta com relação a esse tema, que isso eu quero estender, principalmente, em relação à titulação, eu quero estender a minha indignação à governadora e dizer a ela que não peça voto para o povo de Roraima, se a senhora não tiver coragem de resolver os problemas do Estado ou com mobilização ou trazendo o povo para rua, ou trocando secretário, ou trocando diretor, mas alguma coisa tem que acontecer em Roraima, obrigado!

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Vamos ouvir o Deputado Marcelo e depois a Deputada Aurelina, que ela está ansiosa.

Então, a senhora vai ser a última a falar, já que a senhora quer ir embora, a senhora tem que ouvir os outros. Vamos ouvir o Deputado Marcelo.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Boa tarde a todos! Deputado Mecias, Secretário Haroldo, Alisson e Sandro, ouvindo aqui cada um atentamente, eu vejo, como o Chico falou, a preocupação de ajudar e contribuir com este Estado, nós que viemos do setor primário, que viemos do interior e dependemos do interior, meu pai mexe com terra, eu mexo, família tradicional mexendo com terra. A gente vê que, realmente, a preocupação de cada produtor do Norte que, hoje, têm os títulos antigos. São do Amazonas que ainda conseguem alguma coisa do banco. Você vai para Sul do Estado ou vai de Mucajaí para frente começa a dificultar um pouquinho a titulação das terras. Eu chamo atenção aqui, Haroldo, Alisson e Sandro, qual é a preocupação do governo para titular, na prática o que é que o ITERAIMA está fazendo? O que é que a PROGE vai fazer e o que que o ZEE precisa para ser feito? Eu calculando aqui o ZEE, o Haroldo aqui falando deu mais de vinte anos, vinte e cinco anos, calculou? Vinte e cinco anos se fala em ZEE, assim, o estado de Roraima só tem uma solução: empresa não vem para cá, indústria não vem, de forma alguma. Este ano foi que a soja chegou no estado, chegou com muita força, com produtor de fora plantando, porque o produtor daqui, a gente conta na palma da mão o que plantou soja. Eu sei quem planta, pois eu ando no interior, eu sei quem produziu, eu conheço, se pegar roraimense que está plantando dá na palma da mão. Está chegando o pessoal de fora, que realmente vai ser o dono das terras de Roraima, quer dizer, vão chegar, estão chegando e mesmo que a pessoa não queira produzir, ele não pode vender sua terra, porque ele não tem o documento, Aurelina. Muitas vezes eu vejo produtores de fazendas abandonados, porque a família não tem hoje como tocar a sua propriedade: casa caindo, curral caindo, cerca se acabando. Então, a gente vê, poxa, aqui era tão bonito e hoje está assim. É verdade, está acontecendo no estado de Roraima, mas a gente vê o outro lado, onde algumas fazendas, alguns produtores plantando realmente e ajudando a construir esse estado, a soja, o algodão que era um sonho em Roraima. Quem diria que Roraima iria plantar algodão aqui há vinte anos, quem diria? Ninguém diria, algodão, feijão, o milho e a pecuária começou a segurar ou seja, o estado tem tudo para ser produtivo e atrativo para ajudar. Agora, realmente, precisa, esses três pontos, e como aqui eu ouvi falando, e eu participei há um mês da entrega de título de pequenas propriedades, foi aqui no, eu chamo ainda, Bamerindos, outros chamam Atruaru, Piá da Amazônia, mas não muda, lá foram entregues duzentos e poucos títulos. E, Mecias, quando um colono pega um título, você não imagina a alegria que ele sente ao receber aquele papel, para muitas pessoas é só um papel assinado pelo governo ou pelo Incra, por quem seja, mas para ele é a esperança da vida de sua família, com aquele papel, você pode chegar no banco: “eu tenho terra, eu posso fazer o que quiser com o dinheiro.” E se ele não quiser, ele pode vender e pegar o dinheiro para viver melhor e ajudar sua família. De toda forma, o título ajuda ou produzir ou valorizar a sua propriedade. Eu queria aqui, realmente, pedir para saber, o que o governo está fazendo para titular as terras, e aí o ITERAIMA vai dizer que tem um decreto que proíbe. Ótimo, beleza e o que é que a PROGE está fazendo para ajudar o ITERAIMA a titular? Porque se ele não pode, então já sai da alçada dele, vai pra PROGE fazer ou defender ou pedir que titule as terras, e do ZEE, Haroldo, parece que foi nomeada outra pessoa. Eu ouvi um comentário agora, há pouco (inaudível). Aí eu quero dizer para você, que o ZEE é fundamental para o Estado de Roraima, agora, se o ZEE não sair, a titulação não sair e a PROGE não fazer o que possa para titular as terras, aí o estado, realmente, não vai para lugar nenhum. Quero, ao encerrar, dizer, senhor presidente, da preocupação de resolver a situação das terras de Roraima, eu falo com garantia, com segurança, porque a minha vida toda eu dependi da terra, eu não, a minha família toda, todos formaram, oito irmãos. Meu pai nunca teve um emprego, a não ser montar em cavalo e de laço, tudo veio da terra. E, assim, eu vejo centenas de famílias abandonando suas terras, abandonadas porque não têm como tocar e não têm documentação. E aqui eu observo, presidente Mecias, a preocupação de V.Exa, em ajudar, contribuir e ajudar mesmo. Ninguém está aqui para falar de governo A ou B, o que eu acho é que, quando quer resolver não pode estar tocando, eu não tenho procuração para defender nenhum político aqui, eu me defendo, mas eu acho, quanto ao o ZEE, todos têm culpa, uns mais outros menos, isso é natural. A Assembleia chegou, como vai chegar e dizer para vocês: o senador Romero conseguiu titular agora duzentos e pouco, dizem que é do Incra, que já titulou duzentas e poucas famílias aqui no Bamerindos, de pequeno porte. Eu acho que, se disser, se falar, todos os políticos ajudam a resolver essa situação fundiária, não vai ser Romero, não vai ser a Ângela, não vai ser o Telmário que vai atrapalhar. Meu ponto de vista, todos, se for para ajudar o setor produtivo como fala, com todo mundo na soja, no facebook todo mundo ajudou a fazer a soja, o que menos ajudou foi quem plantou, que foi o “Falavinha”, o que eu vi lá foi isso, todo mundo plantou soja, mas o que menos plantou

foi o “Falavinha” que é o dono da soja, que todo mundo fez que fez, fez aquilo enquanto o cara não fez nada, ou seja, estavam lá todos os políticos federais nas redes sociais, no facebook estavam lá (inaudível). As pessoas não viram que o estado não tem futuro, que tem condições de ajudar, melhorar, o estado não aguenta empregar mais ninguém, já passou esse tempo de empregar. A solução é o setor primário, é agricultura, pecuária e o agronegócio como tanto falam para ajudar o estado de Roraima. Eu estou aqui para ajudar, eu sou oposição ao governo, mas um projeto desse que é voltado para a sociedade, o agronegócio, desde já eu digo que voto favorável o que for preciso, não vai ter governo, não vai ter senador que vai me proibir votar a favor do que é preciso para ajudar o estado de Roraima. Eu sou oposição ao governo, mas, não sou contra o estado de Roraima, deixo bem claro aqui para vocês ao me posicionar, Mecias. Nós estamos há doze anos nesta Casa juntos, sempre, tenho posição favorável em ajudar o estado de Roraima. Agora, um deputado só não faz, ou dois ou três ou quatro, e, ainda, tem que ter uma força realmente do governo, um governo que queira ajudar a resolver essa situação em Roraima. Eu concordo com o Xingu, com a palavra dele, se o governo tem força, vamos lembrar o Blairo Maggi, o que ele fez lá? Chegou lá no meio ambiente, não sei se tu lembras, e proibiu o desmatamento e disse: É comigo, pode desmatar que vou dar aqui autorização. Desmatou., foi, produziu. Hoje, como é o estado de lá? Um estado forte, falta um governo realmente que tenha mesmo essa posição de querer e resolver. Para encerrar, estou aqui para contribuir e ajudar no que for possível o estado de Roraima. Muito obrigado e boa tarde a todos!

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado Naldo, logo em seguida a Deputada Aurelina.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Boa tarde a todos! Cumprimentar o presidente Mecias, Dr. Haroldo, Alysson e os demais aqui presentes. Como o Deputado Xingu falou, sobre a questão da terra, a titulação da terra é uma questão fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado. Eu estou aqui há trinta e um anos neste estado, e a gente sempre ouviu falar na questão de trazer a indústria, ninguém vai trazer a indústria. A indústria só vai se instalar aqui quando tiver o que produzir, quando tiver matéria-prima. Então, a gente fica preocupado, aguardando, uma solução para isso. O ITERAIMA, hoje, tem técnico qualificado, pessoas que têm conhecimento lá e que respeitam a lei, ele não tem autonomia para avançar além da lei. Então, o governo passado botou gente do ex-Deputado Mário Junqueira, e ficou instalada estava uma quadrilha dentro do ITERAIMA. O governo Anchieta tem muito que prestar conta, porque botou para vender terra, não para titular terra, e quando o governo faz isso, ele não faz sem conhecimento, não. Faz, porque tem conhecimento e sabe qual é o objetivo. Então, eu quero dizer que fico aqui preocupado e concordo com você, que o governo, precisa estar junto com a Assembleia, temos que fazer um movimento, uma audiência pública, vamos trazer a parte interessada, a bancada federal. A bancada federal, hoje, tem a oportunidade em Brasília em resolver muitos entraves do nosso estado. Cada um tem sua demanda, cada deputado federal, cada senador tem sua demanda para atender sua base, mas se a sociedade civil se organizar, com o apoio do governo, com o apoio desta Assembleia, com certeza isso também será uma bandeira que eles vão levantar e vão trazer a solução para este tema, uma vez que dois mil e dezoito vem aí e todos vão querer o apoio da sociedade para continuar os seus mandatos. Era isso, muito obrigado!

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Vou passar a palavra à Deputada Aurelina, antes, apenas, para reflexão, eu tenho uma propriedade em São João da Baliza, onde cheguei ainda menino, não vou dizer pequeno, porque ainda não cresci muito, mas eu cheguei já faz quarenta e três anos no Estado de Roraima, e tudo que eu gostaria de ter hoje, se eu não posso ter o título definitivo, Presidente Alysson e Dr. Sandro, seria qualquer documento que pudesse comprovar que a terra de fato que eu estou ali de boa fé e a minha esperança é que ainda vai chegar o título definitivo e depois eu pudesse até dizer pro banco: “olha, ei, eu também existo, me empresta também um pouco dessa baba aí pra eu arrumar a minha terra, pra mim poder comprar um gado, pra eu poder melhorar o meu pasto”. Sei lá, qualquer coisa nesse sentido. O que a gente não pode é não fazer nada. A preocupação dos deputados aqui, eu até peço desculpas por algumas palavras que certamente não foram intencionais dos colegas, é no sentido de contribuir, embora possa não ter sido bem esclarecido, o sentido é de contribuir com os senhores e que a gente possa colaborar, se dependesse só da Assembleia Legislativa, com certeza não teríamos mais impedimento nenhum. Vamos ouvir a Deputada Aurelina.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Oi, gente, boa tarde! Queria iniciar pedindo até desculpas por eu ter ficado brincando um pouco, mas isso se deve aos quarenta anos aqui neste estado, lidando com este tipo de assunto, em relação ao qual, às vezes, a gente começa a falar, a gente começa a dizer que não acredita mais. A gente não está fazendo aqui nenhuma cobrança com relação a vocês, acho que vocês têm o mesmo

objetivo nosso, resolver as questões, todos temos os mesmos objetivos, mas começa a passar na nossa mente um filme e algumas coisas que eu não vou, por exemplo: em mil, novecentos e noventa e dois, quando nós criamos o ITERAIMA, nós fizemos a minuta da lei de terras para a senadora Marluce levar para o Senado naquele tempo pra aprovar essa lei aqui, eu tenho uma cópia dela aqui, com a assinatura ainda da Marluce Pinto, essa lei foi aprovada em dois mil e nove, ela deu entrada no Congresso Nacional em noventa e dois, feita por mim, a primeira diretora do ITERAIMA, a gente naquele afã, e essa lei aqui transferiu essas terras para o Estado de Roraima. Nós temos aqui dentro os pareceres de todas as comissões, inclusive, da Comissão de Defesa Nacional do Senado Federal, está aqui. Teve uma hora que disseram assim: “é inconstitucional”, o que foi o parecer do relator da inconstitucionalidade do veto, não, a transferência de terras segue a Lei quarenta e dois, o mesmo trâmite em que foi feita a transferência de terras do Estado de Rondônia. Então, está tudo legal, não tem o que se criar. Mas, em dois mil e nove, quando o Otomar morreu com o papelzinho na mão, lembramos Haroldo Amora, nós dois tentando essas transferências de terras? Ele morreu, e o Anchieta fez todas as alianças possíveis para render tributo ao Otomar. Eu fui lá para sala do Lula, a gente ia todo o mês né, Haroldo? Quem mais estava do nosso lado, era o pessoal do Ministério da Defesa Nacional, eles queriam de todas as formas transferir as terras para o estado. Eram eles que fofocavam para gente, o que o presidente da república não queria fazer, porque eles tinham medo. Primeiro, eles não tinham estrutura para fiscalização de fronteira, mas tinham medo que acontecesse o que aconteceu, que tomassem as terras da gente. Então, não existe mais assentimento nenhum para ser dado, depois eu participei também, em dois mil e nove, quando se fez essa bendita Medida Provisória, a Lei dez mil e não sei quanto. Naquele tempo a questão era política, era para dizer: ” não foi a Marluce não, fui eu”. Daí em cima de uma Medida Provisória se criou um decreto e ainda hoje a gente regulamenta a constituição de oitenta e oito, está regulamentando até hoje. Então, não tinha porquê não regulamentar, fizeram o decreto, e qual era o objetivo nesse tempo? Criar mais reservas no estado de Roraima, e esse decreto criou reservas em cima da lei da Marluce, de dois mil e nove, que não tinha essas reservas lá, e um decreto não muda lei. Em cima de toda essa briga, vieram os pontos definidos pelo STF com relação à ampliação de terras indígenas. Não tem, acho, uns dois meses, eu ouvi uma decisão do STF com a intenção, pretensão de ampliação de terra indígena, o STF continua dizendo: segue o que foi definido para o estado de Roraima com a questão Raposa Serra do Sol. Não tem dois meses, que o STF definiu, que não se amplia mais terras, que acabou ali. Nós temos na constituição do Estado que tem que pedir autorização nossa, mas ninguém está nem aí para isso. Um decreto não muda uma lei, todo mundo sabe, a transferência da lei está aqui, eu vou passar isso aqui até para senadora Ângela, ainda esta semana, ela me pediu, ela vai “escaravilhar” no Congresso Nacional, lá no Senado. Eu tenho a cópia, está aqui. Foram transferidas, essas terras não foram dadas por ninguém. Se a gente não cuidar, eu vou voltar e dizer: vai ser revogado o Decreto da Dilma e vai voltar a criar a Serra da Lua, porque isso foi inventado neste Decreto, pois há interesses. Eu sei dos detalhes, eu estava na sala, eu vi, assisti, ninguém me disse. Foram interesses de “picotar” mais isso daqui, com relação à criação de outras áreas de reserva, inclusive a da Serra da Lua, isto foi feito sem nenhuma previsão na Lei que transferiu as terras. Então, a gente fica triste. Aí vem a questão dos “Pirititis”, tem uma Portaria da Funai (Fundação Nacional do índio), com ordem de colocar uma cancela no meio de uma vicinal, dentro de terra do Estado, e a gente não faz nada? Deixa lá, uma Portaria da Funai tomando terras do Estado, terras transferidas para o Estado. É uma situação que não dá para a gente entender, esse recente posicionamento do STF (Supremo Tribunal Federal) que continua para ele, considerando que os itens dezessete, dezenove, nem lembro mais quantos eram, continuam sendo válidos para isso. Agora vem a questão indígena, fazer zoneamento para índio? O doutor Haroldo acabou de dizer aqui, as leis e a responsabilidade, eu nunca vi isso no Brasil, só aqui. Rondônia estava em vigésima sétima aproximação do zoneamento ecológico. Rondônia, eles aprovaram o zoneamento, e vão fazendo aproximações. Aprovamos, o Estado tem, há! Mas nós temos que esmiuçar tal região, os estudos continuam sendo feitos, até onde eu pude acompanhar, porque acho que estou ficando cansada e velha, parei de acompanhar, a gente tem de fazer, e terra indígena, se os indígenas querem e tem a Lei que diz que a responsabilidade é do Governo Federal. Meu amigo Ministério Público, podem fazer o zoneamento de vocês, nós não estamos impedindo, faça o que nós não vamos fazer, e manda para cá, se tem um imbróglio jurídico, tem, mas vocês sabem, que a Lei de Terras, eu já disse, foi de noventa e dois, no zoneamento de noventa e três. Eu estava lá também, por ocasião da Lei dos duzentos e quinze, de noventa e oito eu estava lá, hoje tem seu “falavinha” plantando, graças a Lei duzentos e quinze que deu todos os incentivos para trazermos para cá os produtores de soja. Eu era Secretária

de Agricultura na época, veio depois a mecanização, pela sua implantação estamos pelejando com os nossos colegas colonos. Então, eu não sei, o Ministério Público está mandando no Estado de Roraima, no Brasil inteiro enquanto nós estamos baixando a cabeça, o Estado tem de tomar a frente disso. Nós não podemos esperar o “se”, é minoria no Estado de Roraima. O Dilson, Secretário do índio, é do “se”. As outras unidades representativas, que tem ali, são além do “se” são só de “u” não chegam na Secretaria do índio porque o Dilson é “se”. Ele está lá puxando para o outro lado. Então, a gente fica aqui preocupados com o zoneamento, para fazer zoneamento em terra indígena, quando a Lei está lá e diz: “isso é responsabilidade do Governo Federal”, “nós não iremos mexer na terra de vocês, cuidem, façam, que nós faremos o resto”, alguém tem que fazer isso. Não adianta a gente ter medo da ação judicial, porque estamos há vinte e cinco anos esperando o zoneamento, mas essa ação judicial não saiu até hoje. Estamos desde noventa e três tentando transferir essas terras, e não aconteceu até hoje. As terras estão transferidas, o imbróglie que houve foi o que o Naldo colocou aqui, foi quando foram para o ITERAIMA que começaram, eu nunca ouvi falar, existem leis para isso também. Quando você tem uma terra, e estão bem aqui as leis, eu vou pedir ao pessoal, nós temos que aprovar, Alison, aquela questão que tem sido falada: “ah! Nós somente podemos titular aquelas pessoas que ocuparam até dois mil e nove”, e quem ocupou depois não tem que começar a regularização? Isto está pronto para nós aprovarmos e tem outro projeto de vocês aqui, que, eu não sei se tem, eu até trouxe para lhe dizer, lhe perguntar, porque o outro se refere à doação dos lotes urbanos localizados no perímetro urbano para o Programa Habitacional dos Servidores, tem outro ainda? Você tinha me falado de outro.

Doutor **Alysson** - Esse é em relação ao “Bem-Morar” do servidor, mais, especificamente, o da legislação rural é o Projeto de Lei meia, sete, de dois mil e dezessete.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu não encontrei esse, eu tenho o zero, oitenta e um, que é de dois mil e dezesseis, que era do Gabriel, e eu fiz um substitutivo tirando todo aquele marco temporal de dois mil e nove.

Doutor **Alysson** - Em relação a esse, tem de se revisar, realmente, o marco temporal, porque ele não se aplica mais, porque a Lei é de dois mil e quatorze, se cogitava cinco anos, hoje nós já estamos chegando a dois mil e dezoito.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Nós não vamos fazer que nem o Márcio Junqueira, chegar lá, pegar um definitivo e dar para alguém que vem lá do Mato Grosso do Sul, chega aqui e diz “eu vim conhecer esta terra” o Márcio Junqueira diz “são “tantos” milhões, tome o seu título”. Mas, não, a ocupação tem passos a serem seguidos, é a titulação, a titulação tem passos, tem a ocupação produtiva, tem licença de ocupação, tem passos, você tem de estar ocupando para saber a quantos hectares você tem direito. Isso não acabou. Agora, o que fizeram aqui foi isso, chegaram aqui e disseram: “você veio aqui hoje, está olhando aqui cem mil hectares? Custa “tanto”, tome o seu título”, esse foi o imbróglie que aconteceu. Então, Messias, eu só quero encerrar pedindo, essa reunião foi importante, aqui a gente não tem número de Comissão para ficar, uma hora estou na de Terras, outra hora na da Agricultura, mas a gente tem de esmiuçar mais isso aqui. Foram dois assuntos amplos, dos quais, nenhum ficou sem ser discutido nenhum, nem outro. Nós temos que buscar a solução disto aqui, temos que ir à Tribuna, eu não queria fazer mais isso, não. Acho que há mais de vinte anos estou aqui, eu já cansei, faz dias que estou calada, mas tenho de ir. A solução está na nossa mão, parece que a gente está com medo, tem uma palavra que eu não gosto, mas vou dizer, temos que ousar, obrigada.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** - Eu quero passar a palavra ao Deputado Flamarion. O Doutor Haroldo pediu a palavra novamente, será logo após os Deputados se pronunciarem. Passo a palavra ao Deputado Flamarion.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Obrigado, Senhor Presidente, cumprimento Vossa Excelência, o Deputado Naldo da Loteria, Deputada Aurelina, Deputado Soldado Sampaio. Da mesma forma cumprimento o Haroldo, o Alison, o Doutor Sandro. Quero dizer que sinto alegria de estar aqui, em ver vocês todos fazendo essa explanação didática, apesar de estar sempre observado por todos nós, mas os obstáculos permanecem ainda mesmo assim temos que buscar caminhos para superá-los. Haroldo, me chamou muito atenção neste tempo longo de vinte e cinco anos, de dois mil e dois para cá. Deputado Messias, são vinte e cinco anos, e o que mais nos deixa angustiado é que nem eu nem nós sabemos qual é, senhores servidores, o espaço temporal que ainda se faz necessário para que nós alcancemos esses objetivos. Isso vai acontecer daqui a seis meses, daqui a um ano, daqui a não sei quantos anos, todos nós saímos daqui com essa interrogação. A explanação do Haroldo foi tão didática, eu anotei aqui vários tópicos, ela vem seguindo essa dificuldade e quando se supera uma encontra-se outra. Eu observei aqui na fala do Alison também, quando ele

diz que a decisão da Justiça de Primeiro Grau Federal do Estado de Roraima determina a continuidade da transferência através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Tenho uma pergunta também para o Doutor Sandro: como é, se isso está em uma decisão judicial e de repente isso migra da competência do INCRA para a de outro órgão? É para burlar a decisão judicial? É para fazer com que a coisa não se concretize? Aí vai para estar subordinado à Casa Civil da Presidência da República e fica nessa situação que não sabemos quando será definida. Alison, eu falei há pouco, queria saber de você se o ITERAIMA já tem noção de quantos títulos poderiam ser emitidos nas áreas de faixa de fronteira. Quantos títulos são? São dez? São quatro mil? Da mesma forma, os municípios do Estado de Roraima Padecem e muito dessa falta de legalização da terra. Eu sou da seguinte opinião, pode ser que alguns não gostem, mas é como aquele ditado diz “cada macaco no seu galho”. Se o Estado vai transferir lá para Rorainópolis para legalizar a suas terras urbanas, da mesma forma que o Município faça em Boa Vista essa regularização, que a gente esqueça um pouco, Deputado Messias, a politicagem e faça uma política pública de forma verdadeira. Essa questão também dos Municípios que não tem a sua base física legalizada, que o ITERAIMA também procurasse intensificar isso, ou seja, o que eu quero, aqui, diante do problema existente, diante desse quadro que está deixando a gente bastante desanimado, que pudesse, presidente Alison, sair algo que dissesse: “já entregamos “x” títulos definitivos, agora vai começar a deslançar”. É nós provocarmos um bem-estar na sociedade, porque, se nós estamos aqui desanimados, Presidente Messias, como nós vamos ter uma abordagem como uma entidade de classe, com um segmento produtivo, nós não estamos convencidos, como é que nós vamos convencer alguém? Se nós estamos duvidosos, como vamos vender a coisa concretamente para alguém? A gente precisa de, pelo menos, uma coisa concreta que se dê substância política para que a gente possa chegar de forma verdadeira e dizer: “fizemos isso, vamos fazer muito mais, nós temos “esse” e “esse” outro problema”. Vamos, então, buscar a união da classe política do Estado, quer seja do Congresso Nacional, Senado, Câmara e Assembleia Legislativa e das autoridades constituídas para que a gente encontre de forma coesa, solidária a solução para esse problema. Eu agradeço e pediria só um instante para o Alison resolver isso. Quantos títulos, nessas glebas, na faixa de fronteira, nós poderíamos dar amanhã?

O Doutor **Alysson** - Respondendo, Deputado, primeiramente, a questão urbana dos Municípios, os títulos de doações dessas oito glebas que eu mencionei, todos eles vêm como cláusula à exclusão do núcleo urbano das sedes dos Municípios. Logicamente, até hoje, de dois mil e nove, que é a data do Decreto, o único Município que recebeu a área urbana do Governo Federal foi o Município de Boa Vista, todos os demais Municípios têm procedimento administrativo autuado junto ao Governo Federal, mas não avançou, somente o Município de Boa Vista, inclusive, estou com a cópia do título de doação de oitocentos e quatorze hectares de área urbana, isso é, quase oitocentos milhões de metros quadrados. Somente o Município de Boa Vista que recebeu área urbana, os demais Municípios, embora, estivessem com processo administrativo em andamento, não “andaram”. Hoje, em relação à área rural, propriedades medidas pelo convênio de regularização são aproximadamente quatro mil propriedades medidas, mas tem muito “geo” que foi feito pelo particular que as pessoas precisam entregar no ITERAIMA. Ele tem, constantemente, noticiado, convocado para quem tiver para a gente ir recepcionando esse trabalho onde não precisa o Estado dispor de recursos para georeferenciar. O Projeto de Lei meia, sete, de dois mil e dezessete, vem corrigir uma série de requisitos que são, do ponto de vista técnico, prejudiciais principalmente ao agricultor familiar, porque é Lei nove, sete, meia, de dois, mil e quatorze. Para dois mil e quatorze, ela atendia aquela situação, mas para dois mil e dezessete e dois mil e dezoito ela não atende mais. Inclusive, uma das reivindicações para que se altere, é a questão do que a Deputada Aurelina comentou, que é o marco temporal, o posseiro tem que comprovar a ocupação anterior a junho de dois mil e nove. Em dois mil e quatorze, atenderia cinco anos, mas já estamos chegando em dois mil e dezoito.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** - Doutor Alysson, para que possamos ouvir o Deputado Soldado Sampaio, quanto aos títulos, como o Deputado Flamarion perguntou, a gente poderia entregar daqui a trinta dias nessas áreas?

O Doutor **Alysson** - Como eu falei, nós temos quatro mil áreas medidas, nós temos quatro mil áreas medidas e mais quinhentos, que estão prontos, são aqueles que a gente já entregou a autorização de ocupação, mas a autorização de ocupação só tem sido útil àquele produtor que já tem um relacionamento no banco e consegue ter outro bem para dar em garantia, porque ela não é garantia real, é só para custeio, mas isso a gente vem atendendo a todas as demandas do produtor que requisita principalmente para custeio e, ainda, para licenciamento ambiental, temos atendido a essa demanda.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Então, vocês teriam hoje quinhentos títulos prontos e três mil e quinhentos títulos a aprontar?

O Doutor **Alysson** – A aprontar, com a área já medida.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Qual é o espaço temporal para aprontar esses três mil e quinhentos?

O Doutor **Alysson** – Se alterar a Lei, porque o gargalo maior é a não comprovação da ocupação anterior a dois mil e nove, se aprovar a Lei nós temos um cronograma de, a cada mês, a gente aprontar uma gleba inteira. Se a gente dividir três mil e quinhentos para oito glebas, nós teremos uma média de quatrocentos e cinquenta a quinhentos por gleba. É essencial alterar o Projeto de Lei, porque por Portaria, que regulamenta a própria Lei, nós já flexibilizamos a agricultura familiar, a maioria desses títulos é para a agricultura familiar, a comprovação para a pequena propriedade não precisa de nenhuma certidão em órgão público, só precisa a área estar georeferenciada, não ter sobreposição. E a comprovação é toda declaratória de próprio punho do agricultor familiar, mas ele esbarra no Marco Temporal, que é dois mil e nove. A parte de normatização está toda pronta, agora a gente precisa só alterar o Marco Temporal, principalmente, para atender a agricultura familiar, esse número pode subir muito. A Deputada Aurelina conhece muitas demandas de movimentos sociais que ocuparam de dois mil e doze, dois mil e treze, dois mil e quatorze.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado Soldado Sampaio, o senhor tem a palavra.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Deputada Aurelina, Senhores Deputados, O Secretário Haroldo, Presidente do ITERAIMA e demais servidores que acompanham esta reunião. Primeiro, quero parabenizar o Deputado Messias pela importância da reunião. Visualizamos aqui a preocupação dos deputados desta Casa política com o tema, raramente se faz uma reunião com a participação efetiva de muitos Deputados, apesar de muitos terem ido embora devido à reunião ter sido alongada, mas é uma preocupação enorme, nós vivenciamos isso no dia a dia, especialmente, no interior do Estado. Como bem falaram aqui, são oito anos, lembrando que já estou quase isso nesta Casa, que a gente ouve falar em zoneamento e estruturação de terras. Muito se culpou, muito se apontou desculpas, como foi colocado aqui há pouco, mas essas questões são de responsabilidade de todos nós, todos temos uma participação a menos e a mais na responsabilidade por não termos resolvido essa questão. A gente responsabiliza muito os técnicos que estão lá, mas sabemos que o gargalo aqui é uma questão política. Nós, inclusive, não valorizamos e não reconhecemos quando, através de um movimento, de um gesto que um outro político ajudou a resolver, é o exemplo da retirada do Parque dos Lavrados, que foi um movimento político dos Senadores Ângela e Telmário Mota, e mais outros Deputados aqui de Roraima junto ao Governo Federal, junto ao Governo Dilma à época, é claro que era em meio a uma crise política, fomos lá e conseguimos tirar o Parque dos Lavrados e conseguimos dar uma tranquilidade. Sabemos da importância que tem o zoneamento, sem sombra de dúvida, vemos a necessidade de ampliar cento e cinquenta por cento a área de produção de Roraima por si só já é o suficiente, só falando em tamanho de área sem mencionar a questão do seguro agrícola, sem mencionar as linhas de crédito que se abrem com o zoneamento. Não é diferente a titulação das terras, não é muito diferente, no mínimo, um documento precário, ou qualquer outro documento que venha, pelo menos, confortar. Como falou o Deputado Messias: minimamente, com uma segurança ao produtor. É preciso que a gente enfrente isso, aí nós somos culpados em parte, como classe política por não enfrentar isso à altura, nós sempre viemos nos escondendo por detrás das desculpas, problemas que aparecem, como está aparecendo agora. Então, nós temos que identificar quem é o responsável, como foi colocado aqui. É o Senador Romero Jucá, de fato, o responsável? De ajudar a articular politicamente para resolver essa questão? Então, cabe à Governadora do Estado ir ao encontro do Presidente Temer e seus aliados aqui em Roraima para colocar isso em pratos limpos, isto tem de ser feito, e não a gente ficar tentando empurrar com a barriga ou até mesmo tentando responsabilizar o lado mais frágil da história, que, às vezes, é o servidor, é o Diretor, é o Secretário nesse processo. Tenho minhas ressalvas com relação ao zoneamento, com relação à titulação de terras. Eu acho que, tanto o zoneamento quanto à titulação de terras, têm de ser mais ousados, aqui vale a minha fala para o Secretário Haroldo que está hoje respondendo, temporariamente, pela coordenação do ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico), vale para o Presidente Alyson, tem que dar celeridade na documentação das terras, naquilo que for possível. Não podemos parar, a Procuradoria do Estado tem de fazer sua parte questionando e judicializando o que for necessário para dar celeridade a esse processo de titulação aqui das nossas terras e ao mesmo tempo com prudência, como bem falou o Deputado Naldo, nós não queremos e sabemos, Alyson, que muito mais difícil do que começar a fazer uma Casa do “zero” é reconstruir, reformar. É o que aconteceu no

ITERAIMA. Nós sabemos que tínhamos uma oportunidade ímpar de pegar essas terras e titular, foi um desastre o que fizeram, como bem falou o Deputado Naldo, aqui no ITERAIMA, vieram ONGS de todos os lugares se achando por direito, por erro da classe política local, se abriram margens, e veio o Ministério Público, veio a justiça, veio ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), todos questionando, e deu no que deu. Nós temos que parabenizar a Governadora Suely Campos e aos responsáveis pelas Secretarias afins que tratam dessa questão, porque, pelo menos voltamos a ganhar credibilidade junto ao Governo Federal e recomeçamos essa discussão de titulação de terras. Sabemos o gargalo que precisa ser enfrentado, a mesma coisa é o ZEE, que virou caso de polícia em Roraima, Deputado Messias. Eu vi peça técnica do ZEE, a qual o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) devolveu por erro de ortografia. Tinha marco de estudo no ZEE, umas placas que indicam a área de estudo, que eram fotos do Rio de Janeiro, colocaram na peça de zoneamento. Então, como nós temos condições de chegar hoje junto ao Governo Federal, junto a qualquer ONG, ao Ministério Público e exigir muito, enquanto quando nós não fizemos a nossa parte quando tínhamos que fazer? Eu entendo que essa parte foi superada, inclusive, responsabilizando as pessoas, tem processo tramitando, inquérito, tem que se dar seguimento, mas na minha fala aqui junto ao Presidente do ITERAIMA, ao Secretário Haroldo e demais pessoas responsáveis pelo zoneamento e titulação de terras, quero primeiro parabenizá-los, para que se ganhe a confiabilidade do Governo Federal. Em segundo momento, o que a gente pede é celeridade, por duas questões básicas: primeiro, quanto ao desenvolvimento de Roraima, estamos em uma perspectiva, sonhando, enfrentando o que tem de ser enfrentado com todas as dificuldades, a classe empresarial está vindo, está produzindo, tanto o pequeno como o grande, produzindo “aos trancos e barrancos” para o desenvolvimento de Roraima. Já falando, politicamente, da segunda questão, eu concordo com o Deputado Xingú, eu, pelo menos, vou tentar tirar esse fardo das minhas costas que trata de titulação e zoneamento. Nós precisamos dar uma satisfação às pessoas, se Vossa Excelência pedir voto para Senador, ou para Deputado Estadual, seja quem for, Deputados Naldo e Aurelina, nos quatro cantos deste Estado, não só para agricultor não, é para o estudante, para o servidor público que sabe a importância que tem o zoneamento e a titulação de terras, precisamos ter um posicionamento claro em relação a esta questão. Deputado Messias, quero parabenizá-lo, mas não vamos deixar “morrer” por aqui. Eu acho que o próximo passo é chamar as partes envolvidas para uma Audiência Pública: com a sociedade e o Governo do Estado. Não temos que ter “meio termo” com o Governo mesmo sendo aliado dele. Temos que cobrar celeridade com cautela, com prudência mas cobrar e responsabilizar um ou outro político que esteja atrapalhando, não querendo resolver esta questão, temos que apontar o dedo para ele, e o caminho é a Audiência Pública que Vossa Excelência, com certeza, vai marcar em breve. Ao mesmo tempo, antes de concluir, se eu não me engano, são dezesseis estudos técnicos, diagnósticos, Secretário Haroldo, me falaram que tem oito prontos. Eu entendi que tem mais alguns que estão sendo conduzidos por professores da Universidade e por técnicos de Roraima. Eu pergunto se nós temos em Roraima técnicos habilitados ou a gente corre um sério risco. Eu falo isso porque eu vi no zoneamento passado, tentando lançar mão dos técnicos daqui, pegava o estudo, terceirizava, não dava seguimento, e terminou ninguém sabendo quem era o responsável, se era alguém que tinham contratado o técnico. Teve até casos de “peças” de diagnósticos que foram apresentadas como zoneamento, mas o professor não assinou, não autorizou, e até virou questão de polícia, questão de inquérito. Se temos os técnicos, temos que pagar bem e cobrar o resultado concreto. Essa história de fazer de graça, Deputado Messias, pedir ao voluntariado, o voluntariado é muito bom, mas eu sei como funciona, você só vai quando pode e quando quer, inclusive, fazer uma ação política junto à Governadora para liberar o recurso necessário, se for o caso; se não tivermos o técnico temos que contratar, custe o quanto custar, Deputado Messias, temos que pagar a mão de obra qualificada para trazer esses estudos. São estudos importantes, sem eles o CONAMA não aprova, e nós iremos assim simplesmente empurrar a bola para frente sem resolver. Essa é a minha pergunta, as demais questões ficam em consideração. Obrigado, Presidente.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Obrigado, Deputado Sampaio, com a palavra o doutor Haroldo. Eu gostaria de pedir o tempo máximo de três minutos para nós ouvirmos os demais convidados.

O Doutor **Haroldo** – Pois não, eu, dentro desses três minutos, falarei em tópicos assim bem rápidos, pena que o Deputado Xingú se retirou, mas eu digo o seguinte, nós viemos aqui para procurar trazer luz, para trazer esclarecimento, não viemos aqui para gerar calor, nem polêmica. Em síntese, eu diria o seguinte, o Deputado questionou que já ouviu muitas “desculpas” e não resultados, muito bem, eu acho que é preciso a gente reforçar essa questão para não se jogar a cruz nos ombros da parte mais fraca, que é o corpo técnico, no

caso, o Secretário. Questão fundiária, está bem claro, foi dito aqui que nós temos doze glebas prontas, temos um levantamento cadastrado de mais de quatro mil lotes, devidamente georeferenciados que só estão aguardando esta decisão final. É isso que apavora a nossa oposição, a verdade é essa, vamos encerrar o fato político tal qual ele é, senão, nós ficamos nos digladiando internamente, procurando culpados dentro da lógica do “fogo amigo” e esquecemos que o inimigo é externo. O inimigo está do outro lado, é o inimigo que não quer que a Governadora Suely não seja a Governadora que realmente vem para redimir toda uma história de dependência centro-periferia porque desde quarenta e três nós somos isso, somos periferia da periferia, dessa estrutural central do poder político nacional, do Governo Federal, onde Governadores eram “delegados” e nós desenvolvemos essa cultura de cachorro vira lata. Quero deixar muito claro, nós temos doze glebas prontas, tecnicamente sem problema nenhum, reconhecido pela justiça, e isto está no âmbito do Governo Federal junto ao Conselho de Defesa Nacional. Que força estranha e poderosa foi esta que determinou uma lógica jurídica que está no decreto dizendo que quem emite um título é o INCRA, não é nem o INCRA nacional, é o INCRA local. Aurelina, você estava na reunião, ontem, que se decidiu a formatação da Medida Provisória que fez a transferência, a quatro, cinco, quatro, lembro como se fosse hoje. Em relação à questão das unidades de conservação que apareceram lá, nós nos opusemos, a Aurelina Medeiros só faltou ter um “ataque cardíaco lá”, quando o representante do Presidente Lula na reunião, o Chefe da Casa Civil, deu uma pancada na mesa e disse: “está decidido por parte do Governo Federal ou vocês pegam isso ou nada, não tem mais conversa”. Foram exatamente nestes termos que ele falou, estavam presentes Romero Jucá e Nagib. Então, o que quero dizer é que a questão fundiária não é mais técnica, portanto não cabe a nós técnicos carregarmos este peso, essa responsabilidade, é uma questão puramente política, a solução já foi sugerida por Vossa Excelência. Por que a Presidente Dilma revogou a exigência do Lavrado? Foi porque ela estava convencida da razoabilidade social, técnica? Não! Ela precisava do voto dos nossos Parlamentares aqui, então ela fez, é válido isso? Claro, é a democracia, esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, na questão do ZEE, fiquei sabendo agora que temos essa proposta do ZEE. Eu quero dizer que o ZEE em dois mil e doze saiu do âmbito da SEPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento) passou para o IACT (Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima). Agora, no meu retorno, vim trazer novamente o ZEE para debaixo do “guarda-chuva” da SEPLAN, que é onde, institucionalmente, é o espaço mais adequado para ele estar. O ZEE tem uma decisão judicial com uma liminar determinando a suspensão, a minha sugestão à Governadora, Presidente, foi que seria melhor nós sentarmos e tentarmos uma solução pactuada com o Ministério Público Federal e as entidades do que correr o risco de judicializar, criar o confronto, e isso ficar sem solução. Agora, se houver uma decisão política, da Base do Governo de dizer “vamos para o confronto?” A equipe técnica estará pronta para esse confronto. Eu peço ao Francisco se você tem os relatórios dos dezesseis, quantos já estão concluídos?

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Você poderia encaminhar para nós esses relatórios?

O Doutor **Haroldo** – Sim.

O Senhor Presidente, Deputado **Mecias de Jesus** – Eu quero agradecer a todos os senhores, agradecer a gentileza e a paciência de cada um dos senhores aqui, Doutor Haroldo Amoras, o Doutor Alyson, Doutor André, Doutora Dolane, agradecer ao Soter, Francisco, à Cintia, agradecer aos colegas Deputados que tiveram a paciência, pois essa reunião se prolongou bastante, mas no nosso entendimento foi bastante produtiva, até para tirar a dúvida dos colegas que estavam aqui, e isso será retransmitido maciçamente para a sociedade como um todo. A nossa intenção não era encontrar culpados aqui, era resolver o problema, embora nós saibamos que, de fato, que politicamente, sabemos quem está atrapalhando, quem é o causador disso. O Deputado Xingú falou muito claro aqui, o Chefe da Casa Civil é subordinado do Senador Romero Jucá. Todos nós sabemos que ele não quer que o Estado dê certo, agora o que nós precisamos é de coragem e obstinação para ultrapassar essas barreiras, porque nós já sabemos que ele faz isso, isso não é de hoje. Precisamos dar respostas para a sociedade, principalmente eu que vivo na região Sul do Estado. O que mais me cobram, a cada viagem que faço aos interiores, a questão da regularização fundiária, dos documentos das terras. O que nós queremos é uma solução, a ideia sugerida aqui é uma Audiência Pública, convidando os nossos três Senadores, os nossos oito Deputados Federais, toda a Assembleia Legislativa. Talvez apenas para encorajar nosso povo a pedir mais de perto isso, porque eu não acredito muito nessa união que a gente precisa, porque se essa reunião fosse possível nós já teríamos nossos problemas resolvidos, mas não custa nós clamarmos e pedirmos. Muito obrigado a todos, está encerrada a reunião, muito obrigado!

Mecias de Jesus
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTOS E LAZER, COM A COMUNIDADE DA REGIÃO DO MURUPU

REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2018

Às dez horas do dia vinte e dois de agosto, no Plenarinho desta Casa Legislativa, deu-se a Reunião Especial da Comissão de Educação, Desporto e Lazer, com a Comunidade da Região do Murupu, em razão de a Escola Albino Tavares estar há 90 (noventa) dias sem aula.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Sob a proteção de Deus e do povo roraimense, declaro aberta a presente reunião, solicitada pelo Deputado Naldo da Loteria e vários parlamentares, para tratar sobre a falta de transporte escolar para a Escola Estadual Albino Tavares, localizada no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, região do Murupu. Esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição da Ata e transmitida ao vivo pela TV Assembleia, canal 57.3. Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro e o Hino de Roraima. (Execução dos Hinos).

Convido o senhor Deputado Dhiego Coelho para tomar assento à Mesa dos Trabalhos. Quero cumprimentar o senhor vereador Dídica, da Câmara Municipal do Amajari. Seja bem-vindo a esta Casa, e, por favor, tome assento à bancada dos Deputados. Pedimos também que as representações da comunidade tomem assento às bancadas dos Deputados.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** Questão de Ordem Senhora Presidente, nós temos as partes interessadas nesta audiência pública, que são os alunos e seus pais, mas, já que não cabe todos aqui dentro, permita que, pelo menos, os pais ocupem as cadeiras das bancadas dos Deputados no Plenário, para que a gente possa fazer desta Sessão um local de debate, para buscarmos uma solução.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Peço aos pais e professores dos alunos da Escola Albino Tavares que tomem assento à bancada dos Deputados, na parte interna do Plenário, e aos líderes de turma também para que possamos dar início a nossa reunião. Convidamos para esta reunião as seguintes autoridades: a Senhora Secretária de Educação e Desporto, Senhora Edilaci Melania Ferreira da Silva, que comunicou agora de manhã que não poderia estar presente e não enviou nenhum representante. Convidamos a Senhora Defensora Pública Estadual; a Promotora de Educação do Ministério Público Estadual, Dra. Érica Lima Gomes Michetti, que está em audiência e justificou; o Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Ronaldo Márcilio Santos, tinha confirmado a presença, mas justificou que está com a Governadora neste momento; o Colegiado do Conselho Tutelar, Território 1 – Boa Vista; e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RR, Dr. Hélio Abozaglo Elias. Então, vai ser o povo e a Assembleia. Neste momento, convidamos o Deputado Naldo da Loteria, autor da proposição, para fazer seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Presidente da Comissão de Educação, Deputada Lenir Rodrigues, e aos meus pares Jorge Everton e Dhiego Coelho, que estão aqui para exercer o seu papel de parlamentar e para ouvir os pais, alunos, professores e representantes daquela comunidade. Esta Audiência Pública tem como finalidade atender à reivindicação da comunidade do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, na região do Murupu, no que diz respeito à Escola Albino Tavares. Essa reivindicação chegou até mim através do Edvan Silva que é um dos líderes daquela região e luta por aquele povo. E para nossa surpresa, a Secretária de Educação, que é a parte mais importante do governo, sequer se deu ao trabalho de vir participar dessa Audiência. Isso serve para vocês verem a responsabilidade desse governo com a nossa educação. Quero dizer a vocês que a dificuldade que o governo tem hoje para fazer com que o transporte escolar chegue a todas as escolas vai ser também para o próximo governo, o que não pode acontecer é o próximo governo dizer que foi o governo passado que não pagou. Não, o governo continua, quem muda são os governantes. Quem quer o bônus tem que assumir o ônus. Então, quero passar a palavra para vocês, pois precisamos ouvi-los e depois voltamos a falar sobre as causas desse problema e quais medidas a Assembleia irá tomar junto aos órgãos competentes para que esse governo tenha mais respeito pelo futuro de Roraima, que são os nossos estudantes. Obrigado.

Neste momento convidamos o Senhor Edvan Silva, Presidente da Associação dos Desintrusados Raposa Serra do Sol.

O Senhor **Edvan Silva**, Presidente da Associação dos Desintrusados Raposa Serra do Sol – Bom dia a todos! Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por mais esta oportunidade, mas não gostaria de estar aqui fazendo essa reivindicação, gostaria de estar aqui entregando certificados e diplomas para aquelas crianças que estão terminando o nono ano. Quero cumprimentar a mesa e dizer que me envergonha que uma reunião dessa importância tenha apenas quatro Deputados presentes. É esse o grande compromisso com a educação? Vou cumprimentar um

por um. Deputado Naldo, Deputada Lenir Rodrigues, Deputado Dhiego Coelho e Deputado Jorge Everton, bom dia. Isso é uma vergonha, pois a educação é a base de um país. Tudo se constrói com a educação, vocês estão vendo o grande compromisso que tem o nosso governo. Mandaram R\$180 milhões para dar comida aos venezuelanos, veio uma equipe de Brasília para resolver o problema dos venezuelanos, mas não vem um único representante para resolver o problema do transporte escolar, que já corremos a todas as instituições que podem nos ajudar, simplesmente temos apenas uma ação que fizemos por intermédio da Dra. Érica, contra o governo e, até hoje, o juiz não respondeu. Temos uma ação no Ministério Público Federal, que encaminhou à Justiça Federal, e a resposta que tivemos é que eles irão resolver os problemas dos índios e os brancos vão ficar de fora.

Que país é este que eu estou? Onde nós estamos? Que futuro aquelas crianças terão amanhã? Que futuro terá esse país? De onde sairá o agricultor, o médico e o técnico se ninguém está preocupado com a educação. Eu sou solidário aos venezuelanos, mas sou a favor de mandarmos a comida para eles, na terra deles. Então, meu povo, peço para vocês analisarem, tirem fotos para vocês verem quantos Deputados estão preocupados com a nossa educação. Não tenho mais nem palavras. Obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Neste momento convidamos a Professora Maria Iracema Amaral para usar a palavra.

Gostaríamos de pedir as pessoas, que fazem uso da palavra, que colocassem a realidade do que está acontecendo, porque esta Audiência está sendo gravada e nós intencionamos tomar providências e as medidas cabíveis. E para isso é preciso contextualizar a situação, independentemente da presença dos Deputados nessa Audiência, que têm outras atividades. Esta Audiência é de responsabilidade de quem a solicitou, no caso, o Deputado Naldo da Loteria. Então, eu, como Presidente da Comissão de Educação, estou aqui junto com os Deputados Dhiego Coelho e Jorge Everton. Mas gostaria que as pessoas que se pronunciarem contextualizassem a situação fática que nós precisamos resolver. Com a palavra, a senhora Professora Maria Iracema Amaral.

A Senhora Professora **Maria Iracema Amaral** - Bom dia a Mesa, aos Deputados que aqui vieram e se preocuparam em nos ouvir, pois temos 24 Deputados e apenas uma minoria está presente, e esta é uma questão de suma importância. Eu sou professora do estado lá na região do Murupu, estou de licença médica porque fiz uma cirurgia seríssima, estou tratando de um câncer, mas mesmo assim, eu vim. Sou professora e mãe de aluno da Escola Albino Tavares e é com muito pesar que nos dirigimos a esta Casa, que se chama Casa do Povo, e nós somos o povo, e viemos pedir ajuda, pedir socorro, pedir pelo amor de Deus. Estamos apelando porque já não temos mais a quem apelar. O seu Edvan, juntamente com uma equipe grande, se deslocou com tanta dificuldade, de uma localidade de difícil acesso para vir para cidade e procurar todos os órgãos possível para resolver o caso da Escola Albino Tavares e não conseguiram respostas. Aí a gente fica indignada, porque parece que a justiça tem uma tarja nos olhos, não é possível que seja tão cega, gente! Na Escola Albino Tavares não estudam só crianças que moram no PA Nova Amazônia I, existem crianças que estudam lá e moram em outro PA Nova Amazônia, que é onde eu moro, mais distante ainda, é praticamente 50km de distância! Como a criança vai vir a pé para escola? Como, em um ano letivo, é concebível a gente ter 49 dias de aula? Já estamos em agosto, encerrando o terceiro bimestre, as crianças de lá tem nota, eu tenho acompanhado porque tenho uma neta no sétimo ano, que tenho a guarda. As crianças têm nota do segundo bimestre porque fizeram algumas provas, mas como vai ficar a realidade de aprendizagem dessas crianças? Não tem transporte, não tem como vir, a escola fica impossibilitada de dar aula para duas, três crianças, as que os pais têm transporte para levá-las. Mas 99,9% dos alunos de lá dependem do transporte escolar e 49 dias de aulas, gente, não é justo! Hoje é dia 22 de agosto, no início de setembro começa o último bimestre, e esses meninos nossos aprenderam o quê? Se perderem o ano, como vão perder, será um ano de aprendizagem, podemos até cumprir o protocolo, podemos trabalhar sábado, domingo e nas férias, mas nessa correria a gente sabe que eles não vão aprender nada. Na verdade, só vai ser para cumprir o protocolo, porque a realidade do aprendizado é zero. Não tem como recuperar, é igual como os médicos falam: “sono perdido não tem como recuperar”. Onde é que nós vamos parar? Fico triste de ouvir a Deputada dizer que foram convidadas várias autoridades que poderiam fazer a diferença nesta Audiência e nem sequer mandaram seus representantes. Sei que tiveram uma justificativa para não vir, mas a justificativa maior, na minha humilde concepção, é de falta de compromisso com a educação brasileira. Agora, imagine se todo o povo, pois estamos aqui falando só da Escola Albino Tavares, não estou falando das outras escolas rurais que também estão sem ônibus, eu estou falando

só dos duzentos e poucos da Albino Tavares. Já pensou se essas famílias saíssem da área rural e viessem para Boa Vista, porque as crianças não têm escola lá? Sem emprego, sem casa para se alojar, e aí? Ia engrossar as fileiras da migração que está aqui destrambelhada! Nós gostaríamos de estar nos nossos lotes, cuidando das nossas galinhas, e as nossas crianças na escola. A estrutura já não é boa. Não tem um ventilador na sala e quando tem é com medo que o ventilador caia na cabeça do menino. Uma sala que é para dar aula do EJA tem uma lâmpada, como é que os alunos vão enxergar, minha gente? Pelo amor de Deus! Não tem ventilação, não tem estrutura mínima... Banheiros quebrados... Não queremos muros de escolas pintados, não! Para nós não interessa muro pintado não, para nós interessam os conteúdos e as tecnologias. É inadmissível uma criança no sétimo, oitavo ou nono ano não ter acesso a um laboratório. O Murupu não fica tão longe de Boa Vista. Está tudo aqui neste documento do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Ministério Público, que eu recebi. E, ontem, eu estava olhando a apresentação desse documento, nessa encadernação, conta com os principais artigos da nossa Constituição Federal, sobre a proteção à criança e ao adolescente, a edição do ECA e a Lei de Diretrizes e Base da Educação, LDB. A Procuradora de Justiça Janaina, que escreveu isso aqui, disse: “Quero destacar a importância da LDB como ferramenta para garantir o direito constitucional à educação das nossas crianças e adolescentes com acesso e permanência das mesmas nas escolas. Dificuldades, como falta de transporte escolar, merenda escolar adequada e *bullying*, são temas atuais que os Promotores de Justiça enfrentam no dia a dia e que exigem soluções rápidas e eficientes”. Isso é triste, isso aqui é um documento que nos protege e o cômodo da história sabe o que é? Quando a gente consulta a Constituição, Estatuto e a LDB, todas elas reforçam a obrigatoriedade do Poder Público com transporte escolar. Na Constituição Federal, Capítulo da Educação da Cultura do Desporto, seção I, Da Educação, artigo 205, diz que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa ou preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Que exercício da cidadania nossos alunos da Escola Albino Tavares estão tendo? Eles não estão exercendo nenhuma cidadania, não. O artigo 206 reforça, em seu caput, “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”, vou destacar alguns somente:

§ 1º - igualdade de condições para ao acesso e permanência na escola (isso é Constituição Federal).

§ 4º - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Art. 207, fala sobre tudo, o disposto aplica-se às instituições de pesquisas científicas e tecnológicas. Para as crianças da Escola Albino Tavares, não vejo nem sobre disso, não tem nem quadro para escrever, imagine acesso à tecnologia

Art. 208, no seu parágrafo 7º, diz que é dever do Estado o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares, de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. No inciso I, diz que o acesso ao ensino obrigatório é gratuito, é direito público subjetivo; O inciso II diz que “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa a responsabilidade da autoridade competente”. Quem é a autoridade competente? Nós? Está difícil, não é? Continuando nesse documento do Estatuto, vem a própria Lei nº 8.069 de 13 de julho, que fala também do reforço ao transporte escolar. Então, já que a gente não tem esse apoio, nós pedimos pelo menos que olhem para o Plano Estadual de Educação - que quem fez não foram os pais, foram diversos segmentos da sociedade - e que ampara o acesso à gratuidade e à competência das pessoas do poder público no transporte escolar. E, finalizando, o acompanhamento e avaliação deste Plano Estadual de Educação - que foi feito com várias e várias entidades, como CONAE, CONAB, e não sei mais quem, foi feito com especialistas também... E uma das estratégias era instituir, a partir da aprovação deste Plano, a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Plano, composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação, dos conselhos, dos fóruns constituídos, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria do Estado e outros conselhos, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, União Nacional e mais outras coisas aqui... Então, onde é que está esse acompanhamento e avaliação? Para 2019, o Plano de Educação Estadual... nas séries finais do ensino fundamental para 2019, eles querem alcançar 5,2 de média. Será que os alunos da Albino Tavares irão alcançar ao menos 5, sem aula em 2018? A gente fica indignada e, por isso, pedimos até pelo amor de Deus, para que façam alguma coisa, porque é a resposta que nós queremos, hoje, pois nossos alunos já perderam a aprendizagem do ano, mas se eles perderem o ano todo de fato, a quem nós vamos responsabilizar? Quem? Porque o Conselho Tutelar prende os pais se não

levarem para a escola, e os 260 meninos sem ir para a escola há mais de 90 dias, eles vão responsabilizar a quem? Obrigada!

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós agora vamos conceder a palavra para dona Valdina Teixeira, representando a Associação dos Agricultores Familiares do polo 1. Mas eu gostaria, mais uma vez, de pedir, já que só falta a dona Valdina e o Joanes para a fala da comunidade... Eu gostaria, mais uma vez, que alguém contextualizasse a situação. Tipo: o transporte era da empresa tal que não recebeu, aí foi tirada a empresa, colocaram uma emergencial ou não colocaram? Nós queremos entender isso. O que aconteceu de verdade com o transporte que existia? Tiraram ou não tiraram? Porque a lei nós conhecemos. Nós queremos saber qual é o problema. Então, a pessoa que for usar a palavra - viu, professora? - explique o que está acontecendo, pois está sendo gravada essa reunião, está sendo transmitida ao vivo na TV Assembleia. Está sendo gravada para que nossas taquígrafas possam degravar, para fazermos o relatório e acionarmos tanto a Secretaria de Educação quanto o Ministério Público, a Defensoria, a SEFAZ, a todos esses órgãos que faltaram aqui hoje. Então, eu gostaria que, quem usasse a palavra, contextualizasse para nós entendermos a situação.

A Senhora Valdina Teixeira – Bom dia a todas e todos presentes. Quero aqui agradecer aos Deputados presentes. Eu quero falar que não sou professora, eu não falo bonito. Eu sou mãe de aluna, estou aqui como mãe de aluna. Quero, em nome do Deputado Jorge Everton, agradecer a presença dos outros três presentes e lamentar a ausência dos outros Deputados que não estão aqui presentes. Pela primeira vez, nós estamos aqui reivindicando a falta de aula na Escola Albino Tavares. Estamos aqui por nossos filhos, pois é um direito de eles estarem na escola. E quero só relatar, Senhora Deputada, que eu fui uma das mães que esteve presente no acordo feito na Secretaria Municipal de Educação, no dia 28 de maio. Nós fizemos uma paralisação no dia 28/05 na BR 174, ficamos lá uma manhã inteira, pais e alunos, e fomos chamados para ir à Secretaria de Educação. Nesta chamada, foi feito um acordo entre a Secretaria de Educação e, se eu não me engano, com a Secretaria de Finanças.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Valdina, você citou a Secretaria Municipal de Educação?

A Senhora **Valdina Teixeira** – Perdão, Secretaria do Estado, Secretaria Estadual de Educação. E então foi feito um acordo lá, para que a gente saísse da BR. E, no outro dia, foi feita uma negociação com a ASATUR, que é a empresa responsável pelo transporte das crianças. Como a dívida do governo estava muito grande com a ASATUR, eles negociaram e fizeram um acordo para parcelar em três vezes, e, então, nós voltamos para casa, todo mundo feliz, acreditando que o acordo iria ser cumprido. Só que, passados alguns dias, a gente soube que o Secretário de Educação tinha sido exonerado. Então, a gente já sabia que o acordo não iria ser cumprido. Então, os meninos voltaram a estudar dia 29/05, e do dia 06/07 até o dia 09/07 eles tiveram aula normal. A partir do dia 13/07, teve um recesso de uma semana e até hoje não retornaram. As aulas eram para ter retornado dia 16/07, mas, até hoje, já estamos em 22 de agosto, as aulas não retornaram. Eu acho que esse aqui é o último apelo que a gente quer fazer para vocês, porque nós sabemos que teve um acordo feito, que tem um Plano Estadual de Educação, que foi aprovado o PEE, com vigência para 10 anos, em conformidade a lei nº 13.005 do dia 25 de junho de 2014. Então, é um acordo que a gente sabe que não foi cumprido e não está sendo cumprido, pelo menos não está sendo cumprido com o povo do campo. O artigo 9º diz que o transporte escolar é gratuito para todos os estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante regime de colaboração entre estado e município, visando reduzir a evasão escolar e o aumento de índice e conclusão dos estudos na idade certa. Então, nossos filhos estão com mais de 100 dias sem ter aula e a gente não sabe mais o que fazer. Nós não sabemos. Nós paralisamos 3 dias na BR. Nós voltamos para a BR, passamos três dias na BR, ficamos das 8 às 16h na BR, para ver se chamava a atenção da mídia e das autoridades, em relação a isso, e, até agora, o que nós estamos vendo aqui, nesta reunião, é que não tem nenhum representante do Conselho Tutelar, do Ministério Público e de lugar nenhum. Vários documentos já foram encaminhados ao Ministério Público. Eu estive pessoalmente lá, mas nesse dia não tinha internet para nos atender. Nós não temos mais de quem cobrar, não temos mais para onde ir, viemos aqui para pedir socorro a vocês. Já moro no assentamento há 12 anos, tenho um filho que já está na faculdade e que veio da Escola Albino Tavares, sempre teve esse problema de transporte escolar, mas demorava uma semana e as aulas começavam. Nunca aconteceu como agora, está demais, e por isso estamos aqui pedindo a vocês, pois vocês são a única solução que estamos vendo agora. Pedimos que façam alguma coisa por nós e por esses alunos. Obrigada.

O Senhor **Joane Ricarte Anão**, representante dos pais de alunos – Bom dia a todos! Sou pai de aluno da Escola Albino Tavares e o que gostaríamos de estar fazendo agora era estar no nosso lote trabalhando, e viemos aqui atrás de um direito nosso e dos nossos filhos, que é o transporte escolar, que é uma responsabilidade do governo fornecer o transporte escolar para alunos de áreas rurais. Peço desculpa pelo meu português não ser muito bom, pois sou uma pessoa humilde, mas vou tentar explicar direito a situação atual dos alunos de áreas rurais. Gostaria de demonstrar a minha indignação, como os demais colegas já fizeram, para com os representantes do povo nesta Casa, porque vemos que poucos Deputados têm compromisso conosco e eles são os nossos representantes na Assembleia. Senhores Deputados, a quantidade de dias que nossos filhos estão sem estudar por falta do transporte escolar é vergonhosa, porque o futuro do Brasil são os nossos filhos, a juventude. E que futuro terá esse país com uma juventude analfabeta, como a maioria dos pais? Se o futuro do Brasil for dos analfabetos que país será esse? É nossa culpa, culpa dos pais? Não! É culpa do governo que não faz o pagamento do transporte escolar para esses alunos, que não cumpre a lei. É dever nosso fiscalizar esse transporte, e estamos fazendo isso. Há quanto tempo estamos tomando o tempo das pessoas, atrapalhando seus afazeres para pedir uma atenção, de qualquer órgão que fosse, para nos atender lá na estrada, no sol quente, pois nós ficamos três dias lá e as pessoas passavam e paravam nos perguntando o que estávamos fazendo lá, e nós dizíamos que estávamos pedindo encarecidamente para o governo pagar o transporte escolar, para que nossos filhos possam voltar a escola. É dever do estado. Eu como analfabeto, estou dizendo aos senhores e aos alunos o que eu penso, pois acho que é o nosso direito. A empresa contratada para prestar o serviço, presta um serviço de péssima qualidade. O transporte que anda nas vicinais é uma caminhonete. O transporte que transporta da escola Aureliano Soares para Albino Tavares é um micro-ônibus de péssima qualidade. Estou pedindo aos senhores que o transporte escolar volte e que seja de qualidade, porque, há mais ou menos três anos, teve acidente com os nossos filhos. Tem aluno que tem sequelas por causa desse acidente. A gente está falando da empresa que presta serviço para a Escola Albino Tavares. Vários pais tiraram seus filhos da Escola Albino Tavares para colocar em escolas de Boa Vista, por não ter transporte escolar no campo. Não podemos sair do campo. É direito dos nossos filhos terem aula, um ensino de qualidade, um transporte de qualidade e que esteja funcionando. Tem outras empresas que prestam serviços, que traz os alunos para Boa Vista. Essas empresas estão paradas. Por quê? Por falta de pagamento. Estão na mesma situação que a Albino Tavares. Eu estou citando isso, mas você vai dizer: “Vamos falar da Albino Tavares, pois a Audiência está dizendo Albino”. Mas eu acho que não! Vamos falar do transporte escolar que está faltando para a nossa comunidade. É vergonhoso o que está acontecendo, e eu gostaria que alguém, gostaria que vocês, Vossas Excelências, que são Deputados, tomassem uma providência, porque a gente não tem mais tempo, não tem mais aonde ir e nem a quem recorrer. Como a colega citou, a gente está pedindo socorro, esse é o nosso último suspiro, contar com os representantes. Gostaria que os demais, que estão presentes aqui, gravassem bem quais são os Deputados que estão presentes aqui. Se tem alguém da oposição. Me perdoem, pois estou emocionado, pois nunca na minha vida pensei em usar a tribuna de um Plenário, pois temos os nossos representantes para fazer isso. É vergonhoso estarmos aqui hoje, os pais e os alunos que deveriam estar na escola, pois esse é um direito deles, o transporte escolar. Muito obrigado, senhores!

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu gostaria de perguntar se tem algum professor ou alguém da gestão da escola aqui?

Professora Raimunda, a senhora é concursada ou seletivada?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – Concursada.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu vou fazer algumas perguntas e gostaria que a senhora se dirigisse a tribuna para respondê-las.

Eu falei no *WhatsApp* com a Secretária de Educação e ela me informou que tem 300 empresas aguardando pagamento e que está em negociação para minimizar esses débitos com as empresas. Problemas, nós temos no estado todo, mas, por exemplo, se eu tenho problema na minha casa, eu vou querer resolver primeiro o problema da minha casa. Então, se tem outras escolas, e sabemos que tem várias que estão na mesma situação, mas não estão correndo atrás... Então, temos que resolver primeiro de quem está correndo atrás, que são vocês. Então, para nós podermos subsidiar o nosso relatório, vou fazer algumas perguntas para a senhora professora, que é concursada, e que não vai sofrer represália porque é efetiva. A senhora sabe nos informar se é somente a empresa ASATUR que atende atualmente a Escola Albino Tavares?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – Não.

Tem uma outra empresa que atende também a Escola Albino Tavares.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Qual é o nome?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – É a empresa Costa e Dino. Pelo menos, na região, ela faz a rota do limão. Eu não sei se no Truaru, que é a PA Nova Amazônia I, é a Costa e Dino que presta serviço.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mas, a rota do limão, ela faz?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E quem está parada? É a Costa e Dino ou ASATUR?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – As duas.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – As duas empresas estão paradas. No dia da paralisação, foi prometida a negociação, tanto para Costa e Dino como para a ASATUR?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – Eu não sei lhe informar. Eu sei que a Costa e Dino voltou muito tempo depois. A ASATUR voltou no dia seguinte e a Costa e Dino voltou umas duas semanas depois.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – A senhora sabe me dizer, aproximadamente, quantos carros a Costa e Dino tem e quantos tem a ASATUR?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – A Costa e Dino tem apenas um carro, como é só uma rota, pelo menos, é a que atende a rota do limão. Eu não tenho certeza se ela também faz esse transporte nas vicinais do TRUARU, então, que eu saiba, é só um carro. A ASATUR não sei quantos transportes, mas são mais de oito.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mais de oito, né? Antes, quando o pagamento estava regular, a Costa e Dino e a ASATUR prestavam um serviço direitinho?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – Sim, haviam falhas, mas o atendimento era normal.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Atendia, né?

A Senhora **Raimunda dos Santos Almeida** – Sim, atendia.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Qual o percentual, que a senhora acha, de alunos que necessitam desse transporte escolar? Tipo assim: 30%, 50%?

A Senhora Professora **Raimunda dos Santos Almeida** – Nossa escola é 100% dependente do transporte escolar. Isso consta no censo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Antes do pronunciamento dos Senhores Deputados, pergunto se os mesmos gostariam de fazer alguma pergunta.

Professora, agradeço! As suas colocações foram esclarecedoras e a gente agradece.

Nós queremos, agora, conceder a palavra ao Deputado Dhiego Coelho.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Quero cumprimentar a nossa Presidente, Deputada Lenir, o Deputado Naldo da Loteria, assim como o Deputado Jorge Everton. Em nome do meu amigo Anão, cumprimento todos os representantes: pais, professores, gestores e alunos que estão aqui presentes - que vieram, saíram dos seus lotes até esta Casa, que é a Casa do povo, para que pudéssemos discutir um assunto de muita importância, de muita relevância para nós. É lamentável o que vemos aqui, na Casa do povo, a falta de comprometimento das pessoas responsáveis pelo oferecimento do serviço público para a população do estado de Roraima. Educação está em primeiro lugar e, hoje, o que vejo aqui é que para os governantes deste estado a educação não está em primeiro lugar. Outras coisas estão em primeiro lugar. Hoje estamos aqui debatendo apenas um tema, que é o transporte escolar, existem ainda outros temas dentro da educação que não é o que foi proposto para o dia de hoje, irei até sair do tema, mas existem outras problemáticas dentro da educação que também deveriam estar sendo discutidas aqui. Um dos temas é a falta de merenda escolar. Os pais, alunos, professores, aqui presentes, sabem como está a situação. A gente vê o atraso da chegada da merenda escolar nas escolas, gestores tendo que liberar alunos antes do horário do término das aulas, por falta de merenda escolar. Gestores, professores, tendo que sair da sua escola, nos seus carros próprios, pegando carona, pedindo favor, vindo na Secretaria de Educação pegar a sua merenda escolar, colocar nas costas e levar para a sua escola para poder ter a merenda escolar para oferecer aos seus alunos. Tudo isso é responsabilidade do governo estadual e a gente vê o descaso com a educação aqui no nosso estado, descaso esse comprovado nesta reunião, pois foram convocados os Secretários de Estados para estarem aqui presentes, discutindo esse

tema, e simplesmente mandaram a resposta de que não poderiam estar presentes, porque estão despachando com a Governadora, que não poderiam estar aqui para discutir esse tema. Simplesmente estão se acovardando e se escondendo de um grande problema que tem acontecido em nosso estado. Hoje nós estamos aqui. Não temos 24, mas temos 04, e estamos aqui presentes para ouvir cada um de vocês, para que possamos debater e levar a mensagem aos quatro cantos do estado de Roraima. Me emocionei quando o Anão falou que nunca imaginou que estaria usando uma Tribuna, porque ele tem representantes para falar por ele. Infelizmente, hoje, a população está entrando dentro do Plenário da Assembleia Legislativa para brigar por seus direitos, pelos serviços que têm que ser oferecidos para a nossa população. Fica aqui também a minha indignação com o Governo do Estado de Roraima, com a falta de compromisso, com a falta de responsabilidade com o nosso futuro, que são os jovens e os adolescentes, que hoje são os mais prejudicados. Já são quarenta e nove dias letivos. Resumindo, já estamos concluindo o ano e fica a pergunta: quem irá se responsabilizar pela perda de um ano letivo? Quem é a pessoa? É a Secretária de Educação? A Governadora do estado? Porque essas crianças que estão aqui não vão concluir o ano letivo. Será que vão ter que entrar o próximo ano estudando duas séries? Como será isso? Como é que se estuda duas séries em um único ano? Eles irão perder, vão ficar com um ano de atraso na vida escolar deles, e aí quem vai pagar por isso? Quem vai se responsabilizar por tudo isso? Tenho certeza que os filhos da Governadora, da Secretária, não estudaram em escola pública, estudaram em escola particular e elas não estão preocupadas com o nosso desenvolvimento. Então, quero aqui que fique registrado todo o meu discurso nesta Sessão de hoje, e gostaria de dizer a cada um de vocês que estão aqui, que nós estamos aqui para representar o povo de Roraima, estamos aqui para representar vocês. Podem contar com o Dhiego Coelho, estou aqui, não para dizer o que é certo e errado, estou aqui para apoiar o povo de Roraima nos seus direitos e cobrar o Governo de Roraima nos seus deveres. Muito obrigado!

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Concedo a palavra ao eminente Deputado Jorge Everton, para seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Deputada Lenir, os Deputados Naldo e Dhiego Coelho, fazendo questão de citar a presença deles nesta Audiência. Parabéns pelo compromisso e comprometimento com a educação no nosso estado. E respeito vocês que vieram, pais, alunos e gestores. Realmente é inaceitável essa situação, mas era previsível. Eu digo que era previsível, porque em setembro de 2015 eu fiz uma representação nesta Casa, um requerimento de abertura de CPI com denúncias de uso indevido do FUNDEB, que o SINTER trouxe para esta Casa. Setembro de 2015, eu representei pela abertura de uma CPI para que a gente apurasse esses desvios e uso indevido de recursos e, infelizmente, não foi feito nada. Por que agora alegar que não tem recursos para pagar o transporte escolar, se a gente sabe que vem dinheiro do FUNDEB para isso? Por que deixar alunos sem assistir aula, sem preparar a sua formação educacional? Por que abandonar vocês, não só do polo 1, não só do PA/Nova Amazônia, porque esse abandono está em todo estado. Eu fiz uma representação e protocolei junto ao Ministério Público contra a Governadora, por ato de improbidade administrativa, referente a Albino Tavares e eu vou dizer aqui a data, dia 30 de julho. Eu mandei tirar cópia e entregar para os pais que estão aqui presentes para que vocês possam ter em mãos a documentação, observando a cronologia, não é porque vocês vieram me procurar, é que a gente já vem acompanhando esse sofrimento há muito tempo. Eu quero cumprimentar os que me antecederam nas falas, o Edvan, a professora Maria, a Dina, o Joanes, mas, acima de tudo, cumprimentar a todos os pais de alunos que estão aqui, e meu amigo Mazzaropi que está aqui. A realidade desse abandono do estado, ela é geral, não se pode alegar que não tem recurso para pagar o transporte escolar, afinal de contas, têm tantos recursos que nós provamos aqui na CPI do Sistema Prisional um desvio de mais de 20 milhões. Tem recurso sim, tem tanto recurso que a Senhora Governadora comprou um quadro de 89 mil reais para colocar na parede. Tem recurso sim. Tem tanto recurso que eu denunciei, Deputada Lenir, quando a Governadora contratou um inútil de um Secretário chamado João Pizzolatti, que veio para Roraima para não ser preso, para ter foro privilegiado, e esse inútil custava por ano 500 mil reais para o estado. Dinheiro tem, a questão é que eles estão gastando da forma errada. A questão é que eles não estão preocupados com a formação dos nossos jovens. Não existe sociedade justa e igualitária sem educação. Eu falo isso porque tudo que eu consegui na minha vida foi através da educação. Eu sou filho de uma professora

que formou os 03(três) filhos, eu sou Delegado de Polícia de carreira, porque eu tive oportunidade de estudar. Meu irmão é Delegado de Polícia de carreira porque teve oportunidade de estudar. Minha irmã é advogada porque ela estudou. E o que vai ser dos seus filhos se o estado não prover a educação? O que esperar do futuro dessas crianças que irão representar o estado, que irão ser os responsáveis pelo futuro do nosso estado, se não há valorização da educação? A valorização que eu falo é de forma geral, não há valorização do profissional da educação. É o profissional da educação que forma o médico, que forma o engenheiro, que forma o advogado, que forma o juiz, que forma os promotores que deveriam estar tomando a frente disso, os defensores públicos. Sem educação não há o que se falar em futuro, e sem educação não tem como melhorar o nível da política no Brasil e no nosso estado. Como vai se votar de forma consciente sem educação e depois nós vamos ficar reclamando por 4 anos pelo atraso, abandono e falta de compromisso.

Eu quero deixar registrado a minha indignação e lamentar que o governo do estado não tenha compromisso e responsabilidade com vocês. Meu muito obrigado e, podem ter certeza, eu estarei ao lado de vocês nessa luta. Não só nessa, mas em todas que vierem. Eu espero que a Comissão de Educação possa tomar as providências cabíveis para restaurar o quanto antes as aulas para nossos alunos, antes que seja tarde demais, Deputada. Obrigado e um bom dia a todos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Nós recebemos uma carta aqui na Mesa de uma reclamação, que diz assim: “Desde dia 10 de agosto de 2018, sexta-feira, a empresa Basílio e Basílio - *Quer dizer mais uma empresa? É isso que quero entender, porque, até para pedir os pagamentos, a gente precisa saber as partes envolvidas* - a empresa Basílio e Basílio declarou a sua paralisação devido à falta de pagamento, e a empresa Costa e Dino está aproximadamente a dois meses sem seu devido funcionamento e, desde o início do ano, não apresenta funcionamento regular, tendo os seus transportes funcionando dia sim ou não. Aproximadamente 20, 25, alunos dependem do transporte e estão há uma semana sem comparecer a escola pelo fato de não ter transporte - 21 de agosto de 2018. Assinado Lucas Brandon.

Eu pergunto se tem algum aluno que gostaria de utilizar a palavra. É porque o aluno, às vezes, ele expressa a questão fática. Direito a gente sabe que todo mundo tem, agora, a gente quer saber detalhes da situação fática, como agora já apareceu mais, a Basílio e Basílio. Eu preciso dizer para a Secretária. Ela me respondeu há pouco. Nós temos 300 empresas para pagar, mas vai ter que priorizar as empresas do Albino Tavares, simples assim. É ele que está correndo atrás, e o problema a gente sabe que está no estado inteiro. É assim que a gente tem que resolver as questões. A gente sabe que a Secretária não vai poder ajudar o estado inteiro num passe de mágica, mas o que está correndo atrás, tem que ser atendido primeiro. É essa a nossa preocupação.

Como é o seu nome? - Ádria Ricarte.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Você mora em que parte do assentamento?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Eu moro no Truaru, na vicinal 04, no último lote da vicinal.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - E qual é a empresa que atende vocês?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - ASATUR.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - E há quanto tempo está sem atendimento?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Uns três meses ou mais.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Esses detalhes são importantíssimos, porque tem até que saber se a empresa tem interesse de continuar. E qual o tipo de transporte que é utilizado na vicinal 04?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - É uma *Pickup* - L200.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Carrega todo mundo dentro da cabine?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Carrega e esse é o problema. Quando quebra alguns carros lá dentro, como é só caminhonete, a gente carrega mais de 12 alunos dentro dessa caminhonete. Sem condições. Vamos todos apertados e com bastante perigo de sofrer um acidente e a empresa não toma nenhuma providência.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Esses acontecimentos, de carregar além da carga normal, que seria 04 alunos dentro da *Pickup*, é comunicado à gestão da escola?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Sim, várias vezes. Eu mesma já reclamei muitas vezes, e a gestora da escola não tomou nenhuma providência. Assim como reclamamos de merenda. Dentro da

sala de aula temos que optar se queremos estudar no frio ou no escuro. Se a gente escolher estudar numa sala fria, temos que estudar no escuro. Se queremos enxergar o quadro, a gente opta por estudar no calor. Porque não tem luz, não tem nenhuma lâmpada.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Por que vai estudar fora, é?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Porque não tem luz, não tem nenhuma lâmpada e não tem janelas. Então, não tem condições de estudar.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Certo. Com a falta do transporte escolar, vocês perderam aula ou a escola paralisou também?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Logo quando voltou as aulas, teve o recesso e depois desse recesso o transporte não voltou e aí não teve mais aula também.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Chegou a ter carros emergenciais como foi tão falado nas redes sociais?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Continuaram as empresas antigas?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - A gente agradece. Você quer acrescentar alguma coisa do transporte escolar?

A Senhorita Ádria **Maria Gentil Ricarte** - Do transporte escolar, sim. Eu queria que voltasse e voltasse com melhores condições, porque a gente merece ter um transporte muito melhor. Obrigada!

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Obrigada, também! Então, gostaríamos de agradecer aos senhores pais, aos representantes, agradecer a participação do Edvan Silva, da Valdina, do Joanes, e da Professora Maria Iracema Amaral que é uma batalhadora. Agradecemos a presença de todos, e gostaríamos de dizer a vocês que nós, nesta casa, vamos colocar essa pauta para resolver a situação de vocês.

Solicito a taquigrafia que encaminhe com urgência o relatório da presente reunião para a Comissão de Educação para tomada de providências. Sou uma pessoa meio agoniada, já fui falando no *whatsapp* com a Secretária de Educação, direto com ela, pedindo providências. Ela está há poucos dias no cargo e me respondeu que tem mais de 300 empresas para pagar, mas eu repeti a ela o que eu estou dizendo aqui para vocês: *Resolva, em primeiro lugar, Albino Tavares que é quem está correndo atrás, depois pensa no resto. Porque tem que resolver quem está interessado e quem está se mobilizando para resolver.* Então, eu vou ficar falando direto com a Secretária, independente do relatório desta Casa. Estou com o apoio dos Deputados Dhiago Coelho, Jorge Everton e do, autor da proposição, Naldo da Loteria. Pergunto, Deputado, se quer fazer o uso da palavra para agradecer, já que é o autor da proposição.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** - Quero agradecer ao Edvan Silva por ter trazido essa reivindicação e dizer a todos vocês que o estado passa por grande problema de gestão. Hoje, na saúde as cirurgias são canceladas por falta de material, mas tem recurso da saúde. Os alunos estão sem aula, mas tem recurso na educação, só tem que ter gestão. Daqui a pouco vai ter um novo governo e vai ter a guerra das empresas para ganhar a concorrência do transporte escolar e quando eles não recebem, ao invés de entrar na justiça contra o governo, eles punem quem? Os alunos. Quando falam em medicamentos ao invés de entrar na justiça contra o governo, punem quem? Os pacientes. As empresas terceirizadas, hoje, fazem brincadeiras com os trabalhadores. Elas brigam para ganhar o contrato, e só paga se o governo pagar. Precisa de gestão e responsabilidade. Para ser empresário com o serviço público, tem que ter lastro. Tem que ter pano para as mangas. Hoje a maioria das empresas terceirizadas são empresas de pasta que ganham a concorrência e ficam no fundo do quintal. Quando o governo não paga, simplesmente, ninguém recebe nada e a empresa só tem uma procuração e ninguém sabe nem quem é o dono.

Então, é isso que tem que acabar nesse estado. Vamos moralizar o estado de Roraima. Muito obrigado.

A Senhor Presidente **Lenir Rodrigues** - Obrigada, Deputado Naldo, pela sua preocupação com o Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

Agradecemos a presença de todos e, não havendo mais nada a tratar, convido-os para a foto oficial e, declaro encerrada a presente reunião.

Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 8091/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADNA MARIA DE ANDRADE PEREIRA, matrícula 21853, CPF: 112.186.812-68, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8092/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA RAIMUNDA MOTA SANTOS, matrícula 21792, CPF: 002.519.853-00, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo IV CAL-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8093/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA LUCIA JANUARIO SANTOS, matrícula 21879, CPF: 051.928.504-28, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8094/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA JOSE DE SOUZA SAID, matrícula 21852, CPF: 514.508.442-00, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8095/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA GILSA MELO GOMES, matrícula 21863, CPF: 509.773.422-04, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo III CAA-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8096/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA AURINES PEREIRA BARROS, matrícula 21800, CPF: 241.601.132-49, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5 integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8097/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCELLA FERNANDES DA COSTA PINHEIRO, matrícula 21817, CPF: 817.437.002-10, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-56, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8098/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA DA GUIA DA SILVA, matrícula 21803, CPF: 750.440.054-87, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8099/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **MARCELO DA SALES COSTA**, matrícula **21791**, CPF: **009.799.032-97**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo IV CAL-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8100/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **MANUELLA BARROSO CAVALCANTE CARVALHO**, matrícula **21768**, CPF: **854.031.132-15**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8101/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **MAICON NASCIMENTO ERNESTO**, matrícula **21765**, CPF: **860.011.912-04**, no Cargo Comissionado de Assessor da Mesa Diretora V CM-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8102/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **LUDYMILA FRANCA MOURA**, matrícula **21850**, CPF: **539.728.212-04**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8103/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **LUCIANA GOMES TEIXEIRA**, matrícula **21862**, CPF: **709.174.182-04**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8104/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **LUAN JOSE SOARES SILVA**, matrícula **21873**, CPF: **010.091.072-67**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8105/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **LINDALVA DE OLIVEIRA MAGALHAES**, matrícula **21790**, CPF: **774.186.972-87**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8106/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ADRIANA ALMEIDA SILVA**, matrícula **21880**, CPF: **024.633.104-64**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8107/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a exoneração do servidor **FABIANO VASCONCELOS BRAZ**, matrícula **20578**, CPF: **836.279.102-06**, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial I CAL-1, constante da Resolução nº 5797/2018-SGP de 28.11.2018, publicada no Diário da ALE nº 2880 A de 28.11.2018, por emissão indevida.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8108/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AIRTON ALVES FURTADO, matrícula **21783**, CPF: **575.304.592-87**, no Cargo Comissionado de Assessor da Mesa Diretora V CM-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8109/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LILIANE BRIGLIA PIAIA, matrícula **21845**, CPF: **007.366.230-51**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8110/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEONIDAS MOTA FEITOZA, matrícula **21669**, CPF: **893.733.162-49**, no Cargo Comissionado de Assessor III CG-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8111/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KILLIAMS RONALD DE SOUZA NASCIMENTO, matrícula **21821**, CPF: **960.446.082-04**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8112/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KETHLEN RAPHAELLA FIALHO CHAVES, matrícula **21759**, CPF: **003.010.062-37**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo III CAA-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8113/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KELLY MARINA DE MAGALHAES SILVA, matrícula **21754**, CPF: **382.861.142-72**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo IV CAL-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8114/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KAYNAM RAMOS DA SILVA, matrícula **21822**, CPF: **017.580.232-79**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8115/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **KATIA BEZERRA DA SILVA**, matrícula **21664**, CPF: **013.016.072-58**, no Cargo Comissionado de Assistente II CG-9, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8116/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **KARLAGLEICE RENDEIRO ALVARENGA**, matrícula **21847**, CPF: **670.481.612-12**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8117/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **KAMYLLA DE FARIA MACEDO**, matrícula **21770**, CPF: **028.147.862-70**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8118/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JOSE MARCIO DENGUE MALHADA**, matrícula **21767**, CPF: **322.807.002-63**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo V CAL-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8119/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JOSE AFONSO OLIVEIRA FILHO**, matrícula **21846**, CPF: **595.474.302-97**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8120/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JORGE VITOR RODRIGUES FERREIRA**, matrícula **21826**, CPF: **822.325.472-72**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8121/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JOSE GABRIEL DE ARAUJO MOREIRA**, matrícula **21695**, CPF: **841.560.232-49**, no Cargo Comissionado de Assistente II CG-9, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

Boa vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8122/2018-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido **KARLA FERNANDA DE VASCONCELOS GOMES**, matrícula **19136**, CPF: **060.818.244-38**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 14 de dezembro de 2018.

Boa Vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8123/2018-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de 11/12/2018, o usufruto das férias da servidora CAMILLA GABRIELE TAVARES, matrícula 17402, programadas para o período de 10/12/2018 a 24/12/2018, referentes ao exercício de 2018, por necessidade da administração.

Art. 2º Os 14 (quatorze) dias restantes das férias interrompidas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 11/12/2018.

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8124/2018-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido VALDINAN PEREIRA DA SILVA, matrícula 17807, CPF: 624.075.462-53, do Cargo Commissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2018.

Boa Vista - RR, 20 de dezembro de 2018.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS**EDITAIS E LICITAÇÕES**
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS /ALE-RR
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018
AVISO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO Nº 0582/2018

TIPO: Menor Preço

NATUREZA: Pregão Presencial nº 017/2018

OBJETO: Aquisição de Disjuntor de média tensão para atender as necessidades da subestação pertencente a esta Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA através da Superintendência de Compras e Serviços comunica aos interessados, que o resultado do certame licitatório do objeto em epígrafe deu-se por **DESERTA**.

Boa Vista-RR, 20 de dezembro de 2018

Lincoln Johnson Batista de Mendonça
 Superintendente de Compras e Serviços
 SCS/ALE-RR



FAÇA PARTE DO NOSSO TIME!

BOA VISTA
 ALTO ALEGRE
 BONFIM
 IRACEMA
 CARACARAÍ
 RORAINÓPOLIS

INFORMAÇÕES
 98402-5014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA
 Independente e mais perto de você